



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
DE CULTURA E TERRITÓRIO - PPGCULT**

ROSALIA DE SOUSA LIMA COSTA

**A COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE CAMPOS
LINDOS (TO) POR MEIO DE INDICADORES SOCIAIS E DAS NARRATIVAS
DE EX-ALUNOS E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

**Araguaína/TO
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C837c Costa, Rosalia de Sousa Lima.

A compreensão da Educação de Jovens e Adultos de Campos Lindos (TO) por meio de indicadores sociais e das narrativas de ex-alunos e dos profissionais da educação. / Rosalia de Sousa Lima Costa. – Araguaína, TO, 2020.

147 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2020.

Orientador: Vinicius Gomes de Aguiar

1. Educação . 2. Indicadores Sociais. 3. Educação de Jovens e Adultos. 4. Trabalhadores. I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ROSALIA DE SOUSA LIMA COSTA

**A COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE CAMPOS
LINDOS (TO) POR MEIO DE INDICADORES SOCIAIS E DAS NARRATIVAS
DE EX-ALUNOS E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Cultura e Território (PPGCult) foi avaliada para a obtenção do título de mestre, sendo aprovada em sua versão final pelo orientador e banca examinadora.

Data de Aprovação: 27/11/2020

Banca Examinadora



VINICIUS GOMES DE AGUIAR (UFT)
Orientador – Via web conferência



DERNIVAL VENANCIO RAMOS JUNIOR (UFT)
Avaliador – Via web conferência



VANESSA LESSIO DINIZ (UFT)
Avaliadora – Via web conferência



HARLEY SILVA (UFPA)
Avaliador – Via web conferência

Dedico esse trabalho ao meu esposo, Vanderlei, pelo apoio e companheirismo em todos os momentos deste estudo. À Beatriz, Gabriel e Felipe por aprenderem a ficarem vários dias sem a presença da mamãe em seus cotidianos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela dádiva da vida. Agradeço à Universidade Federal do Tocantins (UFT) pela oportunidade de ingressar em um programa de mestrado desta renomada instituição de ensino. Ao Programa de Mestrado em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) pelas disciplinas ofertadas e pelas novas possibilidades de aquisições de conhecimento que contribuiram para a construção teórico-metodológica desse estudo.

Ao orientador, Professor Dr. Vinicius Gomes de Aguiar, pelas contribuições nos momentos de orientações, pelas indicações de leituras e bibliografias para a produção dessa dissertação. Pelas indicações para as participações nos eventos acadêmicos, a nível local, regional e nacional. Pela oportunidade de participar das duas etapas, do curso ‘Organização, Gestão, Manipulação e Análise de Dados Georreferenciados no Software QGIS’, me garantindo segurança para o uso de novos métodos nesse estudo. Pelo apoio incondicional para a realização do minicurso voltados aos professores e estudantes da rede pública, em Campos Lindos, elucidando apoio às duas redes de ensino, com as discussões voltadas às possibilidades do uso de ferramentas de interação por meio de uso de tecnologias, no retorno das atividades remotas de ensino, nesse período da pandemia.

Aos demais professores do programa de Mestrado em Estudos de Cultura e Território (PPGCult/UFT) por todas as contribuições nos momentos de discussões dentro e fora de salas de aulas. Aos entrevistados, ex-alunos, profissionais da educação e morador de Campos Lindos, pelas informações que contribuíram para a construção desse estudo. À Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Campos Lindos, por autorizar a realização da pesquisa de campo nas escolas envolvidas nesse estudo.

Agradeço a minha mãe Maria José, Stephany, Eduardo, Raquel, Isadora, Wendel e demais familiares pelo apoio em Araguaína. À Marisa, Cleide Francisca, Valmir, Joana, Valdina, João Luís, Carlene, Brasilina, Andréia, Kátia, Edjane, Valmir, Célio Nascimento, Antônio Clênio, Klêber Braga, Ana Paula Luz, Eliaquim Mendonça, Itamar Silva, Raimundo Teles, Elizete, Ana Luísa, Elaine, Walquíria, Dalva Queiroz,

Antônio Luís e Aldenor Miranda por contribuírem de diversas maneiras para que esse estudo se concretizasse.

À Safira Camelo Gomes (*In Memoriam*) pelo apoio desde o momento que nos conhecemos, no “setor Pedagógico”, em 2002, na cidade de Campos Lindos, até o último dia de sua vida. Serás lembrada por lutar pela educação. Por lutar pela EJA. Por lutar por seus filhos. E por lutar para viver.

RESUMO

O estudo “A compreensão da Educação de Jovens e Adultos de Campos Lindos (TO) por meio de indicadores sociais e das narrativas de ex-alunos e dos profissionais da educação” enfatiza uma discussão com faces a compreender as dificuldades que levam alunos trabalhadores que frequentam as escolas públicas, a tomar a decisão de abandonar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para desenvolver atividades voltadas ao agronegócio de Campos Lindos (TO). A pesquisa é de abordagem quanti-qualitativa, com análise documental, entrevistas semiestruturadas como instrumento de geração de dados e o uso da cartografia temática, tendo como categoria social de análise os ex-alunos trabalhadores da EJA, os profissionais da educação que trabalham/trabalharam na EJA e um morador de Campos Lindos. O texto traz uma abordagem sobre a realidade contextual de Campos Lindos voltadas às perspectivas do agronegócio, bem como a discussão dos problemas existentes no cenário educacional, evidenciando que a educação não acompanha as políticas de desenvolvimento econômico construídas para o município. Diante a discussão, o estudo mostra que os métodos utilizados pelo Estado para a forma de condução e administração da educação em Campos Lindos tem favorecido para a continuidade dos baixos indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB). A dissertação destaca uma discussão sobre o IDH de Campos Lindos com a perspectiva de entender os resultados das variáveis que compõem o indicador, realizando assim um comparativo dos resultados com municípios fronteiriços e os principais municípios do Tocantins evidenciando que são os critérios voltados à educação, especificamente ao público que tem idade de frequentar a EJA, que estão com resultados negativos no território estudado, comprovando assim que o problema não são os indicadores, mas a forma de condução da educação em Campos Lindos. Nessa conjuntura, o estudo elucida que os jovens e adultos que abandonam a EJA podem ser visibilizados com a perspectiva de cooperar para a melhoria desses indicadores, de modo que as políticas públicas da EJA sejam vivenciadas efetivamente pela educação e pelas escolas que ofertam a modalidade em Campos Lindos (TO).

Palavras-chaves: Educação de jovens e adultos. Alunos trabalhadores. Indicadores sociais. Agronegócio.

ABSTRACT

The study “Understanding Youth and Adult Education in Campos Lindos (TO) through social indicators and the narratives of alumni and education professionals” emphasizes a discussion with faces to understand the difficulties that lead working students who attend public schools, to take the decision to abandon Youth and Adult Education (EJA) to develop activities focused on the agribusiness of Campos Lindos (TO). The research has a quantitative and qualitative approach, with documentary analysis, semi-structured interviews as an instrument of data generation and the use of thematic cartography, having as a social category of analysis the former students of EJA, the education professionals who work / have worked at EJA and a resident of Campos Lindos. The text brings an approach on the contextual reality of Campos Lindos focused on the perspectives of agribusiness, as well as the discussion of the existing problems in the educational scenario, showing that education does not follow the economic development policies built for the municipality. In view of the discussion, the study shows that the methods used by the State for the way of conducting and administering education in Campos Lindos have favored the continuity of low social indicators, such as the Human Development Index (HDI) and the Development Index of Education (IDEB). The dissertation highlights a discussion on the HDI of Campos Lindos with the perspective of understanding the results of the variables that make up the indicator, thus making a comparison of the results with border municipalities and the main municipalities of Tocantins showing that they are the criteria aimed at education, specifically to the public who are of age to attend EJA, who are having negative results in the studied territory, thus proving that the problem is not the indicators, but the way of conducting education in Campos Lindos. At this juncture, the study elucidates that young people and adults who abandon EJA can be seen with the perspective of cooperating to improve these indicators, so that EJA's public policies are effectively experienced by education and schools that offer the modality in question. Campos Lindos (TO).

Keywords: Youth and adult education. Working students. Social indicators. Agribusiness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização do município de Campos Lindos	23
Figura 2 – Mapa de localização dos municípios das regiões intermediárias e imediatas onde Campos Lindos está inserido	25
Figura 3 - Localização das escolas públicas na sede de Campos Lindos	37
Figura 4- Localização das escolas municipais da zona rural de Campos Lindos	38
Figura 5 - Escola Municipal Arcanjo Soares Gil – Povoado Sítio	43
Figura 6 - Escola Municipal São Luís– Fazenda São Luís	43
Figura 7 - Escola Municipal Bom Jesus – Comunidade Raposa	43
Figura 8 - IDH dos países da América do Sul	54
Figura 9 - IDH das Unidades da Federação	55
Figura 10- IDH dos municípios do Tocantins	58
Figura 11- IDH – M de Campos Lindos, Palmas, Araguaína, Goiatins, Recursolândia, Carolina, Riachão e Balsas	61
Figura 12- Variáveis do IDH-M de Campos Lindos, Araguaína e Palmas.	63
Figura 13 - Variáveis do IDH-M de Campos Lindos, Goiatins e Recursolândia.	65
Figura 14 - Variáveis do IDH-M de Campos Lindos e dos municípios fronteiriços	66
Figura 15 - Fachada da construção inacabada da creche do Proinfância em Campos Lindos	69
Figura 16 - Paredes sem acabamentos na creche	69
Figura 17 - Área interna da creche	69
Figura 18 - Área de circulação sem acabamentos na creche	69
Figura 19 - Site oficial da Secretaria de Comunicação do Tocantins informando decisões sobre a municipalização	70
Figura 20 - Notícia de site sobre a formação da comissão que irá organizar o processo de municipalização do ensino fundamental no Tocantins	71
Figura 21 - Vista da entrada principal do prédio da escola municipal na sede de Campos Lindos	73
Figura 22 - Lateral do prédio; acesso à rua 05	73
Figura 23 - Sala de aulas da escola municipal	74
Figura 24 - Bloco administrativo, sem nenhuma área de ligação com os demais pavilhões	74
Figura 25 - Bloco de salas de aulas recém construídas sem área de ligação aos demais blocos	74
Figura 26 - Bloco de salas de aulas destinados à primeira fase do ensino fundamental	74
Figura 27 - Entrada da quadra da Escola Municipal José Edimar de Brito Miranda	75
Figura 28 - Área interna da quadra da Escola Municipal José Edimar de Brito	75

Miranda	
Figura 29 – Livros armazenados na sala da coordenação do livro didático	75
Figura 30 – Livros alocados na sala da coordenação dos anos iniciais do ensino fundamental	75
Figura 31 - Livros armazenados na sala dos professores	76
Figura 32 - Livros armazenados na sala dos professores	76
Figura 33 – Computadores adquiridos por meio do ProInfo	77
Figura 34 – Computadores adquiridos por meio do ProInfo	77
Figura 35 - Mães se manifestando no site AF Notícias cobrando melhoria na Escola Municipal José Edimar de Brito Miranda	79
Figura 36 - Mães se manifestando no G1 Tocantins, cobrando melhoria na Escola Municipal José Edimar de Brito Miranda	80
Figura 37 - Fachada lateral do prédio que recebe os alunos de 1º e 2º anos do ensino fundamental da rede municipal de Campos Lindos	81
Figura 38 - Situação de sala de aula em extensão da escola municipal, no início do ano letivo de 2019	81
Figura 39 - Reportagem da TV Anhanguera acompanhando a reivindicação das famílias	81
Figura 40 - Reportagem da TV Anhanguera acompanhando a reivindicação das famílias	81
Figura 41 - Vista da entrada principal do prédio da Escola Estadual de Campos Lindos	82
Figura 42 - Vista interna da entrada do portão principal da Escola Estadual de Campos Lindos	82
Figura 43 - Área de descanso para alunos na Escola Estadual de Campos Lindos	83
Figura 44 - Área de descanso para alunos na Escola Estadual de Campos Lindos	83
Figura 45 - Sala de aula da Escola Estadual de Campos Lindos	83
Figura 46 – Biblioteca da Escola Estadual de Campos Lindos	83
Figura 47 - Área interna da quadra da Escola Estadual Manoel Alves Grande	84
Figura 48 – Sala de informática da Escola Estadual Manoel Alves Grande	84
Figura 49 - Situação da parede dos banheiros de alunos da Escola Estadual em Campos Lindos	85
Figura 50 - Infiltrações nas paredes dos banheiros de alunos da Escola Estadual em Campos Lindos	85
Figura 51 - Áreas de ligações dos pavilhões da Escola Estadual em Campos Lindos	86
Figura 52 - Rampa de acesso, barras de mobilidade, área de ligação de pavilhão da Escola Estadual em Campos Lindos	86
Figura 53 - Espaço da cozinha da Escola Estadual em Campos Lindos	86
Figura 54 - Rampa de acesso e área de ligação de pavilhão da Escola Estadual em Campos Lindos	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população de Campos Lindos nos últimos censos	36
Gráfico 2 - Número de alunos matriculados na Educação Básica do município de Campos Lindos entre 2014 a 2019	40
Gráfico 3 - Número de matrículas na Educação Básica de Campos Lindos entre 2014 a 2019	42
Gráfico 4 - IDEB de Campos Lindos de 2011 à 2019 – análise de nota projetada e nota alcançada	46
Gráfico 5 - IDH 2010 do Brasil e IDHM de Campos Lindos e os municípios fronteiriços	62
Gráfico 6 – IDH 2010 do Brasil e IDH-M de Campos Lindos e dos municípios fronteiriços	64
Gráfico 7 - Matrículas na EJA municipal: total geral por gênero de 2008 a 2018	101
Gráfico 8 - Abandono na EJA municipal: total por gênero de 2008 a 2018	101
Gráfico 9- Matrículas na EJA estadual: total por gênero de 2008 a 2018	103
Gráfico 10 - Abandono na EJA estadual: total geral por gênero de 2008 a 2018	103
Gráfico 11 - Matrículas na EJA de Campos Lindos: total geral e por gênero entre os anos de 2008 a 2018	104
Gráfico 12 - Total de aprovados, reprovados e evadidos na EJA entre os anos de 2008 a 2018 em Campos Lindos	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dados da produção de soja e milho em Campos Lindos entre 2007 a 2018.	32
Quadro 2 – Dados do PIB de Campos Lindos a preços correntes.	33
Quadros 3 – Dados de alunos matriculados na Educação Básica de Campos Lindos em 2019	39
Quadro 4 – Exposição dos componentes do IDH-M Campos Lindos - TO em 1991, 2000 e 2010	59
Quadro 5 – Número de matrículas na EJA no Brasil, Tocantins e Campos Lindos de 2016 a 2018.	96
Quadro 6 – Matrícula, abandono, reprovação e transferência entre os anos de 2008 a 2018 da EJA na rede municipal de Campos Lindos (TO)	99
Quadro 7 – Matrícula, abandono, reprovação e transferência entre os anos de 2008 a 2018 da EJA na rede estadual de Campos Lindos (TO)	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAPEC	Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins
CASETINS	Companhia de Armazéns Gerais e Silos do Estado do Tocantins
CEB -	Câmara Básica da Educação
CEE – TO	Conselho Estadual de Educação – Tocantins
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONFITEA	Conferência Internacional de Jovens e Adultos
DCNEJA	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos
DOE – TO	Diário Oficial do Estado – Tocantins
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo de Desenvolvimento da Educação
ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHM-R	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda
IDHM-L	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade
IDHM-E	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
kg	Quilograma
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MA	Maranhão
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial de Saúde
PC	Polícia Civil
PDA	Plano de Desenvolvimento Agropecuário
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação

PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEE	Plano Estadual de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PME	Plano Municipal de Educação
PNAIC	Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PNBE	Programa Nacional de Bibliotecas Escolares
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROINFÂNCIA	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PPC	Poder de Paridade de Compras
PPP	Projeto Político Pedagógico
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEAGRO	Secretaria da Agricultura
SEDUC	Secretaria de Educação e Cultura
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
t	Tonelada
TJ-TO	Tribunal de Justiça do Tocantins
TO	Tocantins
UBS	Unidade Básica de Saúde
UF	Unidade da Federação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - CONTEXTO DE CAMPOS LINDOS NO AGRONEGÓCIO	22
1.1 OS INTERESSES DO PROJETO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS LINDOS	26
1.2 AS COMUNIDADES EXISTENTES EM CAMPOS LINDOS ANTES DO AGRONEGÓCIO	28
1.3 REALIDADE DE CAMPOS LINDOS APÓS A INSERÇÃO DO AGRONEGÓCIO	31
1.4 A EDUCAÇÃO PÚBLICA QUE É OFERTADA À COMUNIDADE CAMPOS LINDENSE	36
CAPÍTULO 2 – INDICADORES SOCIAIS DE CAMPOS LINDOS E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA MELHORAR O IDH-M.	48
2.1 O IDH E O IDH-M: OS CONCEITOS E COMO SÃO ANALISADOS.	50
2.2 O IDH-M DE CAMPOS LINDOS: A ANÁLISE DE SUAS VARIÁVEIS.	59
2.3 IDH-M DE CAMPOS LINDOS E INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO.	62
2.4 A ESTRUTURA EDUCACIONAL DE CAMPOS LINDOS – UM DOS FATORES QUE COMPROMETEM A EDUCAÇÃO PÚBLICA LOCAL.	67
2.4.1 ESPAÇOS FÍSICOS E ESTRUTURAIS DA ESCOLA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS	72
2.4.2 ESPAÇOS FÍSICOS E ESTRUTURAIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE CAMPOS LINDOS	82
CAPÍTULO 3 – O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.	88
3.1 MARCOS LEGAIS DA EJA – DIREITOS ASSEGURADOS AOS JOVENS E ADULTOS.	90
3.2 A EJA: O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.	92
3.3 O TRAJETO DA EJA NA CIDADE DE CAMPOS LINDOS: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS DADOS NUMÉRICOS .	99
3.4 OS SUJEITOS DA EJA E O MERCADO DE TRABALHO EM CAMPOS LINDOS.	109
3.5 O QUE DE FATO ACONTECE COM OS SISTEMAS DE ENSINO E A EJA.	112
3.6 EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CULTURA – UMA DISCUSSÃO NA PERSPECTIVA DE CAMPOS LINDOS.	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
APÊNDICE 1	139
APÊNDICE 2	141

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, no Brasil, discutir sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) implica considerar as inúmeras dificuldades enfrentadas por essa modalidade durante muitos anos, especialmente no que se refere à ausência de políticas públicas consistentes, capazes de assegurar que essa categoria de ensino seja de fato ofertada em todos os estados e municípios brasileiros, visando ao ingresso e à permanência de jovens e de adultos na vida escolar.

A EJA passou por várias mudanças em decorrência de interesses que não estavam atrelados aos seus principais objetivos. Ela foi criada com o entendimento de garantir o direito à educação aos jovens e aos adultos que não puderam concluir, na idade apropriada, a educação básica regular, o ensino fundamental e/ou ensino médio. Suas diretrizes, entretanto, não se restringem apenas ao objetivo de reparar os direitos que foram negados a esses sujeitos, mas a possibilidade de reconhecimento da igualdade que todo ser humano possui, evidenciando o seu direito à educação. Sabe-se que ter acesso à educação é compreendido como um acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, como também à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação que favorecem a inserção ao mercado de trabalho. Diante disso, o poder público deve proporcionar condições para o funcionamento da EJA em Campos Lindos, com o entendimento de que ela pode qualificar os indivíduos para terem uma educação básica concluída e contribuindo para o crescimento dos indicadores sociais de Campos Lindos.

O processo de construção das políticas voltadas à EJA passou por vários momentos, enfrentando inúmeras visões e atuações governamentais que não priorizavam a educação voltada ao jovem e o adulto trabalhador. Desde a década de 1940, essa discussão estava sendo enfatizada, mas somente a partir de 1960 é que os argumentos passaram a ser mais efetivos, especialmente quando ocorreram sob a liderança do pensamento de Paulo Freire. Entretanto, apenas no início século XXI, especificamente no período de 2003 a 2011, período em que o país estava sendo administrado pelo Partido dos Trabalhadores foi que a EJA adquiriu mais visibilidade e efetividade.

Diante do crescimento das políticas públicas, a EJA passou a ser organizada de modo que pudesse atender às necessidades básicas do jovem e do adulto. Nesse sentido, a EJA foi dividida em três segmentos, na educação básica:

1. Primeiro segmento voltado às séries iniciais do ensino fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano. Cada semestre de aula refere-se ao ano, sendo nomeado como período. Desse modo, o aluno tem que estudar do 1º ao 5º período para concluir as séries iniciais do ensino fundamental, em um prazo de dois anos e meio.
2. Segundo segmento refere-se às séries finais do ensino fundamental, ou seja, de 6º ao 9º ano, sendo utilizada a nomenclatura de 1º ao 4º período do segundo segmento, com conclusão em dois anos.
3. Terceiro segmento da EJA é organizado da mesma forma que o ensino médio regular, só que em três períodos, ou mais especificamente, em três semestres. O primeiro período do terceiro segmento refere-se à primeira série do ensino médio, o segundo período à segunda série e o terceiro período à terceira série.

Na EJA, a idade mínima para ingresso é de 14 anos para os alunos do primeiro segmento, 15 anos para o segundo segmento e 18 anos completos para o terceiro segmento. A EJA busca facilitar a conclusão do ensino fundamental e médio, com qualidade, para os jovens e adultos que não puderem frequentar a escola para concluir a educação básica na idade que é planejada pelos órgãos da educação do país.

Em Campos Lindos, uma cidade que possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,544, índice que varia de 0 a 1, sendo assim, avaliado como baixo, há na EJA alunos que são trabalhadores das fazendas, do comércio local, empregadas domésticas, desempregados, donas de casa e jovens que enfrentam problemas socioeconômicos em seu cotidiano. Esses alunos possuem diferenças culturais, étnicas e religiosas, mas o que mais há de comum entre eles é a realidade social e financeira. Grande parte desse público veio de fazendas e chácaras do município, que anteriormente pertenciam às suas famílias e hoje fazem parte dos grandes empreendimentos voltados à produção de grãos na região. Nesse contexto, a EJA em Campos Lindos é de grande relevância para apoiar esses. A EJA tem a relevância de proporcionar, além da conclusão dos estudos básicos, condições para o preparo ao mercado de trabalho local e, conseqüentemente, facilidades para a obtenção de emprego, na perspectiva de garantirem seus sustentos.

Diante disso, o poder público não reconhece a importância da EJA para a sociedade local, para os jovens e adultos como possibilidade de facilitar a conclusão da educação básica, em faces de favorecer o crescimento dos dados da educação, na perspectiva de melhoria dos indicadores de Campos Lindos. Entre a falta de reconhecimento da importância da EJA está a estrutura física que é ofertada ao 2º segmento, a falta de um calendário específico condizente às necessidades do aluno trabalhador inserido no agronegócio local e os métodos que são utilizados para organizar o processo de ensino.

Este estudo, intitulado ‘A compreensão da Educação de Jovens e Adultos de Campos Lindos (TO) por meio de indicadores sociais e das narrativas de ex-alunos e profissionais da educação’, tem como objetivo entender como a gestão pública de Campos conduz a educação, de modo a entender que ela está causando impactos negativos na EJA e nos indicadores sociais do município. Entre os objetivos específicos, busca-se entender os fatores que colocam Campos Lindos na penúltima posição no IDH-M dos municípios do Tocantins, discutindo como o IDHM - Educação influencia no desempenho geral do IDH-M de Campos Lindos, evidenciando que são os critérios voltados aos jovens e adultos que estão entre os resultados mais baixos no IDHM - Educação, considerando-se como são as organizações estruturais e de funcionamentos que caracterizam as duas redes de ensino que ofertam a EJA nesse município, bem como entender os motivos que levaram alunos trabalhadores que frequentaram essa modalidade de 2008 a 2018 a desistir dos estudos para desenvolver atividades do agronegócio.

APORTE METODOLÓGICO

A palavra metodologia vem do latim e é escrita originalmente como *methodus*, que significa, via para realizar algo ou estudo. Deriva também do grego *methodos*, tendo o significado de investigação científica ou modo de perguntar. Entende-se que a metodologia é o caminho entre o pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (MINAYO, 2012). Nesse contexto, pode-se compreender que através da metodologia é discutida o método - compreendido como a teoria da abordagem, as técnicas - definidas através dos instrumentos utilizados na pesquisa e a criatividade e interação do pesquisador, evidenciando sua experiência, organização e as possibilidades de serem utilizadas a capacidade pessoal e sua sensibilidade. Nesse entendimento, sabe-se que a metodologia possui grande relevância no contexto central e no

desenvolvimento das teorias (MINAYO, 2012). A metodologia é a descrição do processo para chegarmos ao conhecimento, no sentido que a metodologia favorece a inclusão de concepções teóricas de abordagem, com o conjunto de técnicas que favorecem o conhecimento sobre a realidade, evidenciando potencialmente a criatividade do investigador (MINAYO, 2012).

Para a construção do conhecimento, podemos compreender que a pesquisa qualitativa é utilizada como um método, que desenvolve mecanismos de investigação científica, colocando sempre a subjetividade no objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador, na busca por informações seguras e concretas com a perspectiva de encurtar as distâncias existentes entre a hipótese levantada e o dados coletados, entre as circunstâncias encontradas e a ação, de forma que haja a compreensão dos fenômenos estudados por meios da descrição e da compreensão do que está sendo coletado. (TEIXEIRA, 2014).

Diante dessa afirmativa, é necessário elencar que a pesquisa qualitativa possibilita o envolvimento de vários mecanismos para que se tenha um resultado conciso do que está sendo pesquisado. A pesquisa qualitativa não se prende diretamente aos dados numéricos, ela visa a compreender determinados assuntos e aspectos que envolvem uma comunidade, grupo social ou até mesmo organizações. Nela é necessário respeitar valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Em vez de medição, o objetivo da pesquisa qualitativa, de certo modo, é obter uma resposta mais concreta do objeto de estudo sem haver preocupação de dados numéricos ou análises quantitativas. Na visão de Severino (2007, p. 117), “são várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa”, fazendo assim referência de fundamentos epistemológicos mais do que as especificidades metodológicas.

Na perspectiva de utilizar os métodos da pesquisa qualitativa, evidenciamos que, anterior à coleta de informações qualitativamente, esse estudo realizou investigações para a aquisição de dados quantitativos para que obtivéssemos informações de cunho numérico ao qual nos possibilitaram realizar o confronto de informações com os dados obtidos para compreender o objeto de estudo. Ao utilizar a pesquisa quantitativa ou qualitativa, no entendimento da linguagem do uso acadêmico, é pertinente compreender que essa linguagem não está se referendo a modalidade de metodologia particular, no entanto, fala-se em utilização da abordagem quantitativa e de abordagem qualitativa, no sentido de que as designações destinam-se às metodologias, abrangendo diversas referências epistemológicas (SEVERINO, 2007, p. 119).

Sabe-se que a diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa não está na escala hierárquica dentro de um contexto social, mas em sua natureza. Nesse sentido é reforçado que os trabalhos que utilizam a estatística, buscam criar modelos abstratos, de modo que descrevem e explicam os fenômenos que produzem regularmente, sendo os sujeitos recorrentes e exteriores, de modo que a abordagem qualitativa busca meios para compreender e encontrar os significados do que a abordagem quantitativa evidencia (MINAYO, 2012).

Na pesquisa, para analisar dados estatísticos, é necessário utilizar a abordagem quantitativa. Nesse contexto, o papel da estatística é viabilizar facilidades de informações entre a teoria proposta e os dados observados. A possibilidade de desenvolver o estudo fazendo a integração da pesquisa quantitativa com a qualitativa favorece ao pesquisador a possibilidade de traçar as informações de modo que haja mais credibilidade, evidenciando que os dados não foram analisados apenas por um método específico ou de uma única maneira.

A integração da pesquisa quantitativa com a pesquisa qualitativa dá condições para que o pesquisador cruze as informações de maneira que seu estudo tenha maior confiança, com a utilização dos dados, compreendendo que esse o resultado de um procedimento específico de diversas situações. Nesse sentido, pode-se evidenciar que o entrevistador não se limita ao que pode ser coletado nas entrevistas. O entrevistador tem a possibilidade de entrevistar através de vários questionários, podendo investigar as diferentes questões em diversas ocasiões, tendo também a possibilidade de utilizar a análise de fontes documentais e dados estatísticos (GOLDENBERG, 2011)

Durante esse estudo foi necessária a utilização de métodos variados para que obtivéssemos êxitos nos resultados. Para Minayo (2009), “o método se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade”. De acordo com Severino (2006), “o método trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos”. Seguindo o pensamento desses autores, podemos afirmar que o método é que guiará o trabalho a ser desenvolvido pelo pesquisador, desde o início da pesquisa, com a detecção do problema a ser estudado, até o resultado de sua investigação.

Na perspectiva metodológica, esse estudo é compreendido com uma pesquisa quanti-qualitativa. As informações utilizadas para a pesquisa quantitativa ocorreram por meio de trabalho de campo para a realização de análise documental para obter dados

numéricos de indicadores socioeconômicos e indicadores da educação de Campos Lindos. De acordo com a necessidade de compreender o panorama exibido pelos dados numéricos adquiridos, tornou-se pertinente a análise qualitativa das informações. A realização inicial da pesquisa qualitativa, com vista a validar as informações quantitativas, ocorreu por meio de entrevistas, com um morador que acompanhou os primeiros passos para o desenvolvimento da educação em Campos Lindos, com ex-alunos que abandonaram as duas escolas públicas da sede do município e profissionais da educação da rede municipal e rede estadual envolvidos na EJA de Campos Lindos.

Para os registros dos dados quantitativos foram realizadas coletas de informações, em sites específicos, dos registros do Produto Interno Bruto (PIB), das produções de grãos em Campos Lindos, coleta de informações do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Campos Lindos, dados do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) e dados do Censo Escolar. Para compreender a diferença entre os indicadores, realizamos uma análise mais detalhada nas variáveis que compõem o IDH-M e visualizamos que a variável educação colabora para o baixo resultado do IDH-M de Campos Lindos, evidenciando assim que os dados negativos no indicador são relativos aos alunos da modalidade EJA que não concluíram o ensino fundamental e/ou o ensino médio em todo o território camposlindense.

Em continuidade à análise dos dados quantitativos, buscamos compreender o que de fato ocorreu e ainda ocorre na educação de Campos Lindos para que os resultados do IDHM–Educação estejam baixos. Nesse sentido, na busca de compreender o que mostra o IDH-M de Campos Lindos, analisamos os registros de matrículas e abandono na EJA das duas escolas públicas da sede do município.

Os trabalhos de campo envolveram a pesquisa documental, que teve como fonte de análise primária os dados obtidos nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (AtlasBrasil), Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bem como coleta de dados específicos das duas escolas públicas da cidade sobre a EJA, como livros de atas da EJA, para realizar um levantamento de número de matrículas, aprovação, reprovação e evasão, entre os anos de 2008 e 2018. As informações coletas nos documentos têm como objetivo compreender os números de abandono na EJA, visando entender quais fatores contribuíram para o abandono, favorecendo assim um atraso maior na vida

escolar dos interlocutores da EJA e colaborando para baixos resultados nos indicadores do município de Campos Lindos.

O uso de documentos em pesquisas propicia ao pesquisador a possibilidade de encontrar ricas informações, de modo que esse método é utilizado em várias áreas (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANE, 2009). Nessa perspectiva, assegura-se que os documentos podem acrescentar o entendimento à dimensão do tempo na perspectiva social, podendo ser ela a testemunha de fatos que já aconteceram no passado. A utilização da análise documental, nesse estudo, possibilitou ampliar o entendimento do objeto desta investigação, sinalizando assim a importância da contextualização histórica e sociocultural dos participantes da pesquisa, favorecendo assim o prosseguimento da utilização de outros métodos até o resultado final do estudo.

Para compreendermos o contexto da educação de Campos Lindos, realizamos uma entrevista com 01 (um) morador que nasceu na região, estudou em escolas públicas, no período em que o território envolvido no estudo pertencia ao município de Goiatins, com o objetivo de compreender a visão do poder público local sobre o desenvolvimento de Campos Lindos e da educação. No decorrer do estudo, na perspectiva de entender o que de fato ocorreu com os ex-alunos da EJA, foram realizadas entrevistas com os 08 (oito) participantes. Para compreender se a educação conseguia entender o que de fato ocorre com a EJA, entrevistamos dez (10) profissionais da educação¹ que trabalham na EJA da rede municipal e da rede estadual de ensino no município estudado.

Com o intuito de conhecer a realidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, utilizamos as entrevistas. As entrevistas foram utilizadas para comprovar o que é evidenciado nos dados numéricos, voltados aos indicadores e informações da educação, que são mostrados no decorrer do estudo. Nessa perspectiva, compreende-se que a entrevista pode ter um entendimento amplo de comunicação verbal, no entendimento que a coleta de informações de temas científicos é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo (MINAYO, 2012).

Nesse entendimento podem-se favorecer conversas entre pesquisador e entrevistado objetivando a construção de respostas para a discussão em tela. Nesse sentido, compreende-se que as entrevistas, de acordo suas finalidades e organizações,

¹ Entre os dez profissionais da educação entrevistados há professores da rede municipal, professores da rede estadual, coordenador(a) pedagógico(a), secretário(a) de unidade escolar e diretor(a) de unidade escolar.

são caracterizadas conversas. Esse entendimento evidencia que a ela é uma conversa a dois ou mais sujeitos, de maneira organizada e conduzida pelo entrevistador. A entrevista visa levantar informações importantes e seguras para o objeto que está sendo pesquisado, na compreensão de que o entrevistador elucide as temáticas, na iminência de atingir os seus objetivos e podendo ocorrer de várias formas e maneiras (MINAYO, 2012).

No desenvolvimento deste estudo, utilizamos entrevistas semiestruturadas. A entrevista semiestruturada é organizada com perguntas abertas e fechadas, com o objetivo de possibilitar ao entrevistado de discutir sobre o tema, de acordo Minayo (2012, p. 65), “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Os roteiros das entrevistas estão anexos no apêndice dessa dissertação.

Diante disso, a utilização de entrevistas proporcionou, evidentemente, uma interação com a sociedade camposlindense, representada pelo morador, pelos ex-alunos da EJA e pelos profissionais de educação, considerando-se que uma entrevista pode ser compreendida como uma maneira de interagir socialmente com os sujeitos, na perspectiva de proporcionar as mesmas relações existentes na sociedade (MINAYO, 2012). Sabe-se que o pesquisador precisa ter cuidados de visualizar no momento da realização da entrevista que em uma sociedade ou um grupo que vivencia ou vivenciou conflitos é preciso ter cautela e presteza, no sentido de entender que os sujeitos podem expressar “de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados aí produzidos” (MINAYO, 2012, p. 65). Nesse entendimento Rosa e Arnoldi (2006, p. 17) afirmam que:

A Entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.

Para a escolha dos participantes a serem entrevistados, selecionamos sujeitos que abandonaram a vida escolar, no 2º e no 3º segmento da EJA em Campos Lindos², com a perspectiva de trabalharem nas fazendas voltadas às produções de grãos na região e profissionais da educação que já estiveram e/ou estão trabalhando na EJA em Campos Lindos. A respeito da seleção dos profissionais da educação, inserimos dentre eles, profissionais que atuam ou atuaram na rede estadual e na rede municipal, bem como

²Alguns desses participantes voltaram às escolas entre 2018 a 2020 para continuarem os estudos, evidentemente, na EJA.

profissionais que trabalharam, respectivamente, nas duas redes de ensino.

De acordo com Minayo (2012, p. 62), “no campo, o pesquisador precisa não ficar preso às surpresas que encontrar e nem tenso por não obter resposta imediata a suas indagações”. Considerando essa afirmação, e de acordo com o que está ocorrendo no Brasil e no mundo neste ano, é importante registrarmos algumas mudanças ocorridas para a realização das entrevistas com os sujeitos envolvidos neste estudo. Em novembro de 2019, foi registrada na China uma nova variação de vírus, o SARS-CoV-2, que ficou conhecido como coronavírus, tornando-se responsável pela pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020.

De acordo com as autoridades de saúde que dirigem a Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Saúde do Tocantins e a Secretaria de Saúde de Campos Lindos, não estão sendo permitida a aglomeração e/ou movimentações de pessoas em vários períodos do ano, sendo exigido o uso de máscaras e álcool gel à população para evitar a proliferação do coronavírus, denominado também Covid-19. A pandemia ocorreu no período em que estávamos iniciando as entrevistas, mas, visando a preservar a saúde dos envolvidos, e com a preocupação de ouvir todos os sujeitos participantes, foi necessário utilizarmos outros métodos de entrevista que não demandasse a presença física do entrevistado.

Para podermos ouvir ex-alunos, em meio à pandemia, fizemos ligações telefônicas para planejarmos a melhor maneira para realizar as entrevistas, respeitando-se as normas da OMS, os decretos do governo do Tocantins, bem como da prefeitura municipal de Campos Lindos, de modo que os participantes se sentissem seguros. Todos eles optaram por participar das entrevistas por meio de gravação de áudios enviado pelo aplicativo *WhatsApp*³. Diante disso, foram programados uma data e um horário específicos para cada participante, e no momento da entrevista foram encaminhadas as perguntas pela pesquisadora ao entrevistado, que as respondia e as devolvia pelo aplicativo. Posteriormente à realização das entrevistas, a pesquisadora transcreveu as respostas individualmente e arquivou os áudios gravados em um *drive* próprio.

Na perspectiva de compreender os motivos do abandono dos estudantes na EJA de Campos Lindos foram aplicados questionários, com profissionais das duas escolas

³ O *WhatsApp* é um aplicativo utilizado em celulares e computadores que possibilita o envio e o recebimento de diversos arquivos de mídia, como textos, fotos, vídeos, documentos, áudios e localização, além de chamadas de voz. As chamadas e mensagens do *WhatsApp* são criptografadas, garantindo assim que elas não serão ouvidas/lidas por terceiros, apenas pelo emissor e pelo destinatário.

públicas, que ofertam a referida modalidade de ensino. Para Amaro, Póvoa e Macedo (2005, p. 38), “um questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo”. No caso deste estudo, o tema escolhido para as entrevistas foi o abandono de alunos da EJA do 2º e do 3º segmento em Campos Lindos. É evidente a importância da participação de profissionais da educação no estudo, pois, por terem convivido diariamente com os ex-alunos participantes da pesquisa, poderiam destacar aspectos das dificuldades por eles enfrentados para frequentar a escola.

Para a realização das entrevistas com os profissionais da educação, ocorridas no período da pandemia, entramos em contato via telefone com os participantes e, mediante as necessidades de garantirmos a segurança de saúde a todos os envolvidos, organizamos um questionário misto no *Google Formulários*⁴, com perguntas abertas e fechadas, encaminhando-se o *link* do formulário por e-mail, possibilitando que todos os profissionais da educação selecionados para participarem do estudo, pudessem colaborar, respondendo as perguntas elaboradas.

Com o objetivo de expor da melhor maneira possível os dados coletados, e com o intuito de facilitar o entendimento das discussões tanto quantitativamente quanto qualitativamente, utilizamos a cartografia temática como método de pesquisa, pois com os mapas torna-se possível representar graficamente uma área e explicitar informações referentes a ela. A cartografia é a arte de conceber, de levantar, de redigir e de divulgar os mapas. Sabe-se que “um mapa é uma representação geométrica plana, simplificada e convencional, do todo ou de parte da superfície terrestre, numa relação de similitude conveniente denominada escala” (JOLLY, 2004, p. 7). Sobre a importância da cartografia, Martinelli (2009, p. 21) afirma que “o mapa pode ser definido como expressão do raciocínio que seu autor empreendeu diante da realidade, apreendida a partir de um determinado ponto de vista: sua concepção de mundo”.

A cartografia temática, também compreendida como geomática temática, em seu âmbito específico “consiste em integrar a uma unidade taxionômica memorizada sua localização, sua extensão, sua eventual quantificação e as instruções necessárias para a transcrição de um mapa de base” (JOLLY, 2004, p. 81). Sendo ainda que possui a

⁴ O *Google Formulários*, conhecido também como *Google Forms*, é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas disponibilizado pelo *Google* (empresa que oferta serviço de e-mails para a UFT). Ele possibilita coletas de informações por meio de questionários digitais disponibilizados aos entrevistados por meio de um *link*. Ao acessar o *link* a pessoa pode se conectar às perguntas a serem respondidas.

função de registrar e tratar dados, bem como comunicar informações por eles reveladas (MARTINELLI, 2009, p. 25).

Nessa perspectiva, o uso da cartografia temática neste estudo buscou evidenciar os dados qualitativos e quantitativos, representados por mapas coropléticos. Podemos compreender que os mapas coropléticos “são aqueles que empregam a variável visual VALOR para transcrever a ideia de Quantidade ou Ordem” (SAMPAIO e BRANDALIZE, 2018). Para Martenelli (2009, p. 61), “esse método estabelece que a ordem crescente dos valores relativos agrupados em classes significativas seja transcrita por uma ordem visual também crescente”, ou seja, apresenta quantidades associadas aos lugares analisados. Nesse contexto, “as classes podem ser construídas, ou com as cores, desde matizes claros até escuros de uma das duas metades do espectro visível, ou com texturas, que vão também das mais claras até as mais escuras” (MARTINELLI, 2009, p. 61).

Outro aspecto relevante é compreender a escala de um mapa que é tratada pelo IBGE (p. 21, 1998) como a “relação entre a medida de um objeto ou lugar representado no papel e sua medida real”. Em conjunto com essa informação em um mapa, outro elemento fundamental é a presença da legenda, que tem a função de evidenciar em forma de cores ou símbolos, as informações as quais precisam ser compreendidas. Para a criação e organização dos mapas, utilizamos um *software* de sistema de informação geográfica (SIG) livre, que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciados disponibilizado gratuitamente, conhecido como *QuantumGIS (QGIS)*.

A discussão do presente estudo está exposta em três capítulos. O capítulo 1 trabalhou a fundamentação teórico-metodológica e a caracterização da área de estudo. Esse capítulo informou a localização de Campos Lindos, a caracterização contextual, sendo evidenciada parte da sua história, bem como os objetivos que impulsionaram a criação desse município. Em consonância aos interesses da criação de Campos Lindos, realizamos uma explanação sobre a educação de forma em geral, com vista a compreender o que de fato é proporcionado à população local, sendo evidenciando que a compreensão de desenvolvimento para Estado e para o poder público que rege a educação em Campos Lindos diverge das necessidades para o crescimento dos indicadores, como também dos sujeitos que necessitam frequentar a EJA.

O segundo capítulo faz uma discussão sobre o IDH de Campos Lindos. As reflexões se iniciam focalizando o IDH, como ele é medido, quais são os objetivos dessa coleta de dados e qual a importância dele para a construção de políticas públicas

para os países, estados e municípios. Ainda nesse capítulo, enfatizamos aspectos do IDH-M de Campos Lindos, analisando índices desse município e relacionando-os com os de outros municípios do Tocantins, inclusive com os municípios limítrofes. Vale ressaltar, por fim, que a discussão é também reforçada por meio de mapas, sintetizando assim a importância do método da cartografia temática para este estudo.

O capítulo três traz uma contextualização da EJA, evidenciando o seu processo histórico no país, estendendo as discussões da EJA, no território envolvido na pesquisa, principalmente à realidade das duas escolas que ofertam essa modalidade de ensino em Campos Lindos, a partir de dados numéricos. Discorreremos nesse capítulo as falas dos interlocutores da pesquisa, os ex-alunos da EJA, com o intuito de conhecer os motivos pelos quais precisaram abandonar as salas de aula. Do mesmo modo, evidenciamos as narrativas de profissionais da educação, tanto para conhecermos outros pontos de vista sobre o que motivou esses alunos a abandonarem a EJA, quanto pelas implicações desse fato para os baixos resultados da educação nos indicadores de Campos Lindos.

CAPÍTULO I

1 CONTEXTO DE CAMPOS LINDOS NO AGRONEGÓCIO

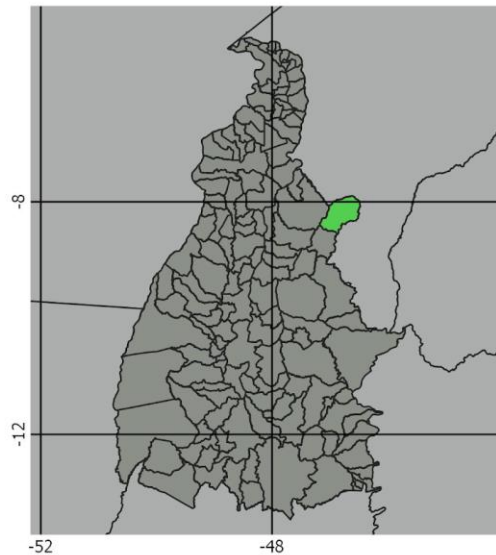
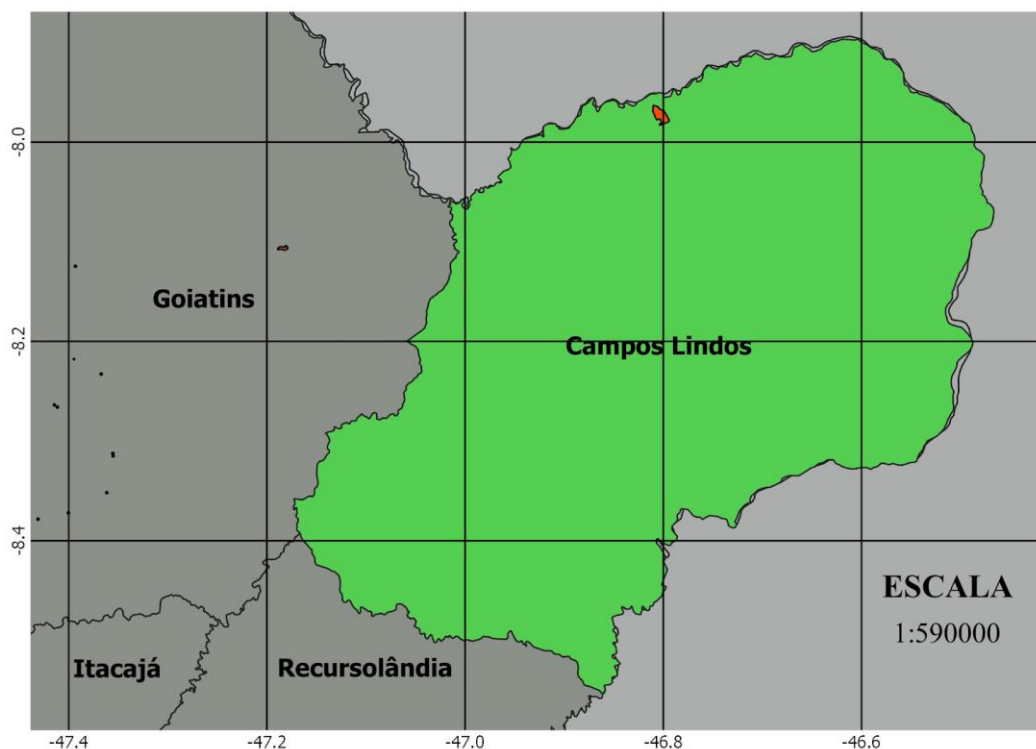
O município de Campos Lindos foi criado com a perspectiva de ser implantado nesse território o projeto voltado para o agronegócio no Estado do Tocantins. José Wilson Siqueira Campos, primeiro governador do estado, escolheu o lugar para instalação da sede municipal, por meio da Lei Estadual nº 251, criada em 20 de fevereiro de 1991.

A lei ressaltou, em seu artigo 3º, que o Estado havia realizado consulta prévia em forma de plebiscito, de modo que a obtenção de mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos válidos por distritos ou povoado, assegurando que vários municípios foram criados pelo artigo 18 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 01, de 19 de dezembro de 1989, da Constituição Estadual, podendo ser observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 01, com a redação dada pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 02, de 09 de Abril de 1990, entre eles, o município de Campos Lindos. Nessa perspectiva, a lei assegurou que fosse criado o município de Campos Lindos, de modo a ter seu território desmembrado do município de Goiatins, conforme mostra a figura 1, com os seguintes limites:

- a) ESTADO DO MARANHÃO: começa na barra do Rio Formiga, no Rio Manoel Alves Grande; daí, sobe pelo Rio Manoel Alves Grande, até sua cabeceira, na Chapada das Mangabeiras; daí, segue em rumo sul, até a cabeceira do Rio Bonito;
- b) MUNICÍPIO DE RECURSOLÂNDIA: começa na Chapada das Mangabeiras, na cabeceira do Rio Bonito; daí, desce pelo Rio Bonito, até sua barra no Rio Vermelho; daí, desce pelo Rio Vermelho até a barra do Rio Gameleira Grande;
- c) MUNICÍPIO DE GOIATINS: começa na barra do Rio Gameleira Grande no Rio Vermelho; daí, desce pelo Rio Vermelho até a barra do Ribeirão Tabuleiro; daí, sobe pelo Ribeirão Tabuleiro até a barra do Córrego Retiro; daí, sobe pelo Córrego Retiro até a barra do Córrego Palestino; daí, sobe Córrego Palestino até sua cabeceira; daí, segue no rumo de 46°30'00"NE, até a cabeceira do Córrego Formoso; daí, desce pelo Córrego Formoso até sua barra no Rio Formiga; daí, desce pelo Rio Formiga até sua barra no Rio Manoel Alves Grande; ponto inicial destes limites.
(TOCANTINS, 1990, [n. p.]).

Figura 1 – Mapa de localização do município de Campos Lindos.

**LOCALIZAÇÃO DE CAMPOS LINDOS NO TOCANTINS E
BRASIL - 2020**



LEGENDA

- Área Urbana
- Campos Lindos
- Demais municípios do Tocantins
- Unidades da Federação

Base Cartográfica
SEPLAN Tocantins e IBGE
Datum: SIRGAS 2000
Data 07/2020
Autora: Rosalia de Sousa Lima Costa



Para a construção do território camposlindense, o Estado, antes da emancipação de Campos Lindos, passou a incentivar os camponeses que moravam em diversas chácaras e fazendas de pequeno porte, da região, a se instalarem no povoado Porto do Cordeiro, onde está localizada, atualmente, a sede de Campos Lindos.

No entendimento de estimular as pessoas a deixarem seus espaços no campo, objetivando a vinda para a sede do novo território que estava sendo construído, o estado planejou a cidade, fazendo uma planta, como réplica de Palmas - a capital do Estado do Tocantins -, contendo, em seu projeto inicial, ruas planejadas, espaços verdes para o lazer das famílias e inúmeras possibilidades que, futuramente, poderiam ser utilizadas para proporcionar qualidade de vida à população, facilitando assim a difusão e aceitação do discurso de desenvolvimento.

O município de Campos Lindos está localizado a 491 km de Palmas, tendo como municípios fronteiriços Goiatins (TO), Recursolândia (TO), Balsas (MA), Riachão (MA) e Carolina (MA), com extensão territorial de 3.238,600 km², conforme mostra a figura 1.

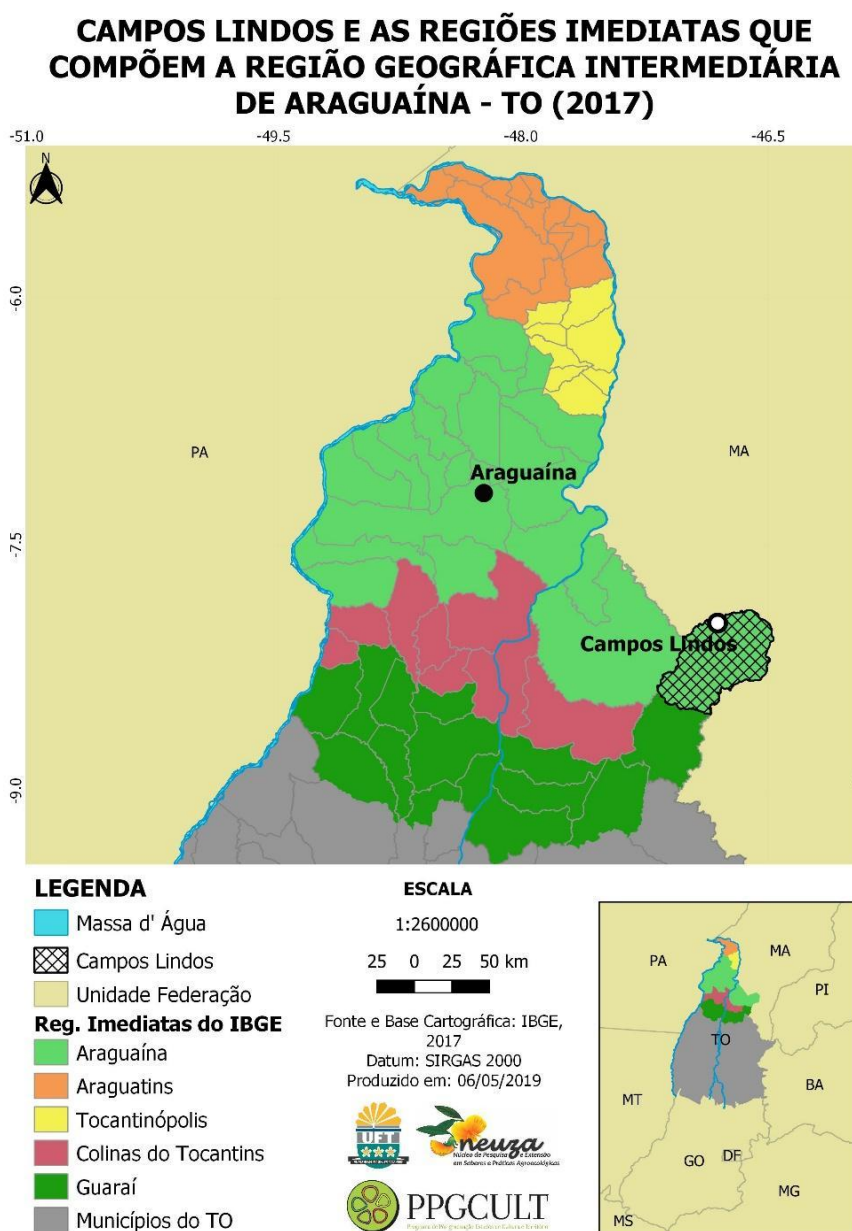
Mediante a divisão regional do Brasil proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, o Estado do Tocantins está dividido em 03 regiões intermediárias e 11 regiões imediatas. Pode-se afirmar que as Regiões Geográficas Intermediárias têm a função de organizarem o território, de maneira articulada com as Regiões Geográficas Imediatas, tendo um polo hierárquico superior diferenciado, baseado nos fluxos existentes da gestão pública e privada e das funções urbanas complexas (IBGE, 2017).

Nesse sentido, o IBGE (2017, n. p.) afirma que “as Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas”, salientando que as regiões geográficas imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Para o entendimento de regiões imediatas é afirmado que elas:

São estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017, n. p.).

O Estado do Tocantins está dividido em três (03) regiões geográficas intermediárias, sendo elas: Palmas, Araguaína e Gurupi. As regiões geográficas estão subdivididas em onze (11) regiões imediatas, sendo nomeadas por: Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Tocantinópolis. Nesse contexto, o município de Campos Lindos está localizado na região geográfica intermediária de Araguaína e região geográfica imediata de Araguaína, conforme mostra a figura 2.

Figura 2 – Mapa de localização dos municípios das regiões intermediárias imediatas onde Campos Lindos está inserido



Fonte: Aguiar (2019).

1.1 OS INTERESSES DO PROJETO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS LINDOS

Na perspectiva de favorecer os interesses do capital, o Estado do Tocantins realizou a implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos, por meio do Decreto nº 436, de 8 de maio de 1997, publicado no Diário Oficial do Estado nº 597/97. No decreto, foram desapropriados 105 mil hectares do Loteamento Fazenda Santa Catarina, entre a Serra do Centro e Serra da Cangalha, ambas localizadas no território camposlindense.

O decreto considerava a importância de expandir o projeto de produção de grãos no Tocantins, assegurando assim “a implantação de agroindústrias, ampliando a possibilidade de introdução de novas tecnologias e do aprimoramento das condições de vida da população” (TOCANTINS, 1997, n. p.). Em análise do decreto, constatou-se que não há referências aos aprimoramentos que poderiam ser efetivados nas condições de vidas da população do município em tela, voltados à geração de renda, à melhoria da qualidade de vida e às perspectivas para o desenvolvimento da educação local.

Nesse sentido:

Tal medida da administração estadual inseriu-se no âmbito de um processo conhecido como modernização conservadora da agricultura brasileira, que consiste na implantação de procedimentos produtivos com elevada tecnologia concomitantemente à manutenção da estrutura agrária vigente, ou seja, dos grandes latifúndios dedicados à monocultura (SANTOS; SOUZA, 2014, p. 4).

O MATOPIBA⁵ teve o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) anunciado através do decreto presidencial nº 8.447 de 2015, assinado pela então Presidente Dilma Rousseff e por sua Ministra da Agricultura, Katia Abreu – ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e, na época, Senadora licenciada do Estado do Tocantins. O PDA objetivava a criação de agência de desenvolvimento e um plano diretor para a região (GREENPEACE BRASIL, 2018).

O discurso utilizado pelo Estado, com o intuito de que houvesse aceitação da ação, era de que a produção seria de grãos e de fruticultura, objetivando comprovar que os moradores da região seriam inseridos, economicamente, na composição do modelo de desenvolvimento que estava sendo proporcionado para o município de Campos Lindos. A esse respeito, é evidenciada, *in loco*, a falta de apoio e de investimentos para

⁵ Acrônimo das siglas dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia.

a produção de fruticultura na região. Significa dizer que o discurso foi utilizado como mecanismo para viabilizar a aceitação da sociedade, com o intuito de facilitar a aprovação do decreto que implantava o projeto de grãos.

Essa realidade é compreendida por Nierdele e Júnior (2018, p. 329) como “a pressão econômica sobre a terra [...], que vem-se refletindo de diferentes maneiras, confirmando fenômenos como *land grabbing* (apropriação da terra) [...]”. Para os autores, “o significado de *land grabbing* abarca o processo de aquisição (compra, arrendamento, concessão, contrato de fornecimento) em escala de terras e de outros recursos a ela associados [...]” (NIERDELE; JÚNIOR, 2018, p. 32).

Para Sauer e Borrás (2016, p. 25), “a concentração da posse da terra e o caos fundiário [...] – fontes de conflitos, violência e violação de direitos – são problemas históricos no Brasil”. Confirmando esse fato, o Estado do Tocantins proporcionou vários mecanismos, favorecendo a apropriação de terra em larga escala, especificamente por parte de grupos e empreendedores advindos de muitos lugares do país, e fortalecendo, assim, o “desenvolvimento agrícola desigual” (SAUER; BORRAS, 2016).

Nesse sentido, podemos correlacionar à realidade atual dos donos das terras produtivas em grande escala, em território camposlindense, com o que foi reportado anteriormente, de modo que o capital estrangeiro possui o controle do território, em busca de facilitar o crescimento financeiro dos grandes empreendimentos. Efetiva-se, desse modo, a territorialização do capital, de modo que favorecem a desterritorialização e reterritorialização da população de Campos Lindos.

O processo de apropriação das terras ocorrido em Campos Lindos tem as características da forma global vivenciada nas apropriações. Sauer e Borrás (2016, p. 18) afirmam que “no contexto dos processos de apropriações ocorre à dinâmica de acumulação para novos sujeitos ou investidores em benefício de grandes quantidades de terras”. Evidentemente que o envolvimento do Estado no processo de desapropriação das famílias tradicionais estabelecidas há tempos no território beneficiou, especificamente, grandes grupos, donos dos empreendimentos e as multinacionais que logo se instalaram no local.

A ação representa, nesse sentido, que as terras são utilizadas pelo Estado do Tocantins como recurso de poder. Na visão de Raffestin (1993, p. 225), “um recurso é o produto de uma relação”, e “o poder original do homem se revela por intermédio do aparecimento das propriedades da matéria, que correspondem para o homem, às classes de utilidade”, evidenciando que a relação com a matéria é política e proporcionando a

compreensão de recurso como produto, de modo que possa ser explicitada uma “concepção histórica da relação da matéria que cria a natureza sócio-política e socioeconômica dos recursos” (RAFFESTIN, 1993, p. 225).

O processo de desapropriação vivenciado pelas famílias e comunidades, em vários locais de Campos Lindos, que beneficiava os grandes empreendimentos, nos faz compreender a afirmação de Raffestin no que concerne ao fato de que “a matéria não é, de início, a consequência de uma prática, mas é oferecida à prática e, desde então, se torna um vasto campo de possibilidades” (1993, p. 223).

Podemos salientar o interesse do Estado do Tocantins em proporcionar a implantação de grande empreendimento, voltado ao cultivo de grãos, especificamente pelas riquezas naturais existentes no município de Campos Lindos, tais como solo fértil, área plana e água em abundância, fatores que favorecem a expansão do agronegócio na região, no sentido de que os investidores de produção de grandes escalas, utilizando de mecanismos que contestam a discussão sobre impactos ambientais, evidenciando que os impactos causados à população são inerentes às necessidades coexistentes no território. Nesse contexto compreende-se que impactos ambientais ocorrem com as alterações da qualidade ambiental, sendo inerentes às modificações dos processos naturais e sociais provocados por ações humanas (SANCHEZ, 1998). Para o *Greenpeace* Brasil (2018), em análise à dinâmica produtiva dos municípios inseridos no MATOPIBA, Campos Lindos possui um importante papel na produção de grãos no MATOPIBA, no entanto, o município de Campos Lindos é caracterizado no grupo de municípios injustos porque a principal característica é justamente o fato de que, embora sejam ricos, isto não se traduz em bem-estar para a população que ali vive (*GREENPEACE BRASIL*, 2018).

Os processos sociais provocados pela ação do Estado remetem à dificuldade que é encontrada na educação de Campos Lindos, quanto ao modo como ela está sendo ofertada. De modo que para Campos Lindos a educação pode proporcionar possibilidades de melhorias às condições de vida da população, sobretudo da população jovem e adulta, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), favorecendo assim o crescimento e melhoria dos indicadores sociais do município.

1.2 AS COMUNIDADES EXISTENTES EM CAMPOS LINDOS ANTES DO AGRONEGÓCIO

As comunidades do município de Campos Lindos anteriores à inserção dos grandes empreendimentos voltados ao agronegócio viviam e mantinham o seu sustento com o uso da terra. As famílias e comunidades utilizavam a terra para plantar as roças de tocos⁶, cultivando arroz, milho, feijão, batata, abóbora melancia e mandioca. Faziam suas hortas, criavam galinhas, porcos e gado, caçavam, pescavam e ainda colhiam os frutos do cerrado, como pequi, buriti e o bacuri (GONÇALVES *et al.*, 2018).

Além de usar os frutos do cerrado camposlindense como alimento, as famílias e comunidades utilizavam o pequi, o buriti e o bacuri para extrair o óleo para seu sustento e tratamento de saúde. O pequi era matéria-prima para fazer o sabão de uso diário. O buriti servia para extrair óleo medicinal, fazer doces e sucos para serem bebidos com farinha. E o bacuri tornou-se muito procurado para fazer sucos, vitaminas e sorvetes, tornando-se um produto de comercialização entre as famílias, que o vendiam para mercados consumidores de cidades próximas (FOLHA LARGA, 2020).

Na perspectiva de compreender as mudanças ocorridas pelas comunidades no processo de inserção e crescimento do agronegócio em Campos Lindos, é elucidado por Saquet (2017, p. 131) que “o estabelecimento e a comunidade rural não são simples espaços de produção e atendimento a alguns serviços, são territórios de vida, com enraizamento e relações sociais de cooperação, solidariedade, disputas e conflitos”. A citação remete ao entendimento de que o espaço rural então vivenciado pela maioria das pessoas que estavam na região, no momento da criação do território, passou a ser modificado para a inserção da agroindústria.

As comunidades, as famílias tradicionais e muitos moradores que ainda residem no território que hoje compreende o município de Campos Lindos vivenciaram o processo histórico referente à oferta da educação na região pelo Estado. Antes da criação do município, a administração pública goiatinense ofertava, em alguns lugares, aulas a alguns filhos dos moradores da região da Serra da Cangalha. Naquela época, as condições de locomoção dentro do município eram muito restritas, evidentemente por não haver estradas pavimentadas e veículos disponíveis.

Na perspectiva de compreender como era ofertada a educação da região que hoje compõem o território de Campos Lindos, entrevistamos o senhor Folha Larga⁷, filho de um casal pioneiro da região, 62 anos, morador de Campos Lindos, lavrador e

⁶ Tradicional sistema de cultivo praticado com a derrubada de pequenas áreas de vegetações, na maioria das vezes feita em sistema braçal e depois cultivada por dois anos consecutivos.

⁷ Nome fictício do participante da entrevista. O termo Folha Larga refere-se há uma fazenda próxima da regiões da Serra da Cangalha, no município de Campos Lindos (TO).

ex-estudante das primeiras escolas da região. Folha Larga relembra como foi construída a primeira escola anterior à criação do município de Campos Lindos. Ele afirma que na década de 1970:

A primeira escola construída em Campos Lindos foi no pé da Serra da Cangalha, que seu *Dito*⁸ construiu um colégio e fez um aeroporto pra quando ele ir visitar lá o povoado, ele vim de avião, na época. Tinha um aeroporto, tinha um colégio, um colégio construído com área, igual aqui essa cozinha, com uma cozinha. Todo de madeira serrada, de tijolim e de telha. Eles fizeram a telha lá na fazenda do Alfredo, lá onde era a cerâmica que eles fizeram um colégio com cimento. Cimento veio de motor no rio até ali na cachoeira. De lá da cachoeira ele vinha de carro de boi, passava lá na porta de casa e ia para agência. Eles carregando o cimento e o cara pra fazer as paredes do colégio (FOLHA LARGA - entrevista, 20/08/2020).

O entrevistado relata as dificuldades que eram vivenciadas em um período em que não havia estradas pavimentadas, mas o poder público ao qual pertencia essa região construiu escolas, em fazendas e no povoado de Rancharia, trazendo materiais de outros municípios para possibilitar o estudo às pessoas da região. Folha Larga afirma que “no mesmo período que o Totó construiu a escola da agência, ele construiu a escola da Rancharia” (entrevista, 20/08/2020). O interlocutor afirma:

É, que pena que aquela relíquia *foi, foi* desfeita ali naquela região. Esse colégio, primeiro colégio construído, não foi de palha não; foi construído, que seu Totó construiu. E o nome daquele homem foi esquecido, não tem uma praça, nem uma rua pra levar o nome daquele homem que fez isso bem aqui ainda. Viu? (FOLHA LARGA - entrevista, 20/08/2020).

O relato de Folha Larga ressalta o sentimento de pertencimento ao lugar, vivenciados por aqueles que nasceram e cresceram na região, evidenciando a luta diária das famílias para proporcionar estudos aos filhos. É compreendido que mesmo diante das mudanças ocorridas na educação, no prédio que sediou a primeira escola da região, é denotado que “existe um sentimento de pertencimento ao lugar e ao território [...]” (SAQUET, 2017, p. 133). As modificações que foram realizadas na educação, inclusive nas estruturas físicas, como a construção e a não preservação da primeira escola, conforme evidencia Folha Larga, nos remetem à compreensão de que os interesses para o desenvolvimento educacional desse território, há tempos, são colocados em segundo plano, não levando em conta a importância da educação para as pessoas desse território.

A educação, diante do desenvolvimento que surgia no então norte de Goiás, para as terras que hoje são camposlindense, chegava com atraso, considerando-se a forma como chegava a outros municípios. Nesse sentido, as famílias, com a perspectiva de envolver os filhos nos estudos, se organizavam e buscavam meios para que eles

⁸ Codinome de um dos ex-prefeito de Goiatins (TO).

frequentassem a escola, conforme narra Folha Larga (entrevista, 20/08/2020): “Os alunos que moravam longe da escola *vinha e ficava* na casa de parente”. Evidentemente que a distância que havia entre a escola e a moradia das demais famílias não eram justificadas como dificuldades.

O Estado não planejava e nem estava disposto a investir muito em educação na região. Em 1979, de acordo com a narrativa de Folha Larga, sua família doou um pedaço de terra, no local que hoje está sediado a cidade de Campos Lindos, para que a prefeitura de Goiatins construísse uma escola próxima ao Porto do Cordeiro. A escola foi construída, e a partir desse período a população próxima à divisa do Tocantins com o Maranhão pôde dispor da educação pública para seus filhos, com mais facilidade. A escola construída na época foi nomeada Escola Municipal Manoel Alves Grande, que, de acordo com seu Projeto Político Pedagógico (PPP), passou a ser administrada por convênio da prefeitura com o governo do Tocantins e, posteriormente, passou a ser totalmente da rede estadual de ensino, fato que está nas discussões sobre educação e educação de jovens e adultos no município pesquisado.

Após a criação do município de Campos Lindos, as pessoas da região aguardavam melhorias nas condições de oferta da educação para seus filhos. Em análise da lei orgânica do território camposlindense, criado após a emancipação, constatou-se que em seu artigo 58 está explícito que “a educação [...] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CAMPOS LINDOS, 1993, p. 41). As discussões sobre a educação de Campos Lindos ocorrerão nos próximos subitens deste capítulo e continuarão nos próximos capítulos, sendo enfatizada a educação como possibilidade de melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Campos Lindos, bem como a melhoria da estrutura ofertada à população e a Educação de Jovens e Adultos.

1.3 REALIDADE DE CAMPOS LINDOS APÓS A INSERÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Desde a criação do município de Campos Lindos, é pregado o discurso sobre a importância do desenvolvimento, por parte do Estado, com a promessa de facilitar a criação do território e, posteriormente, a inserção do projeto de monocultura na região. Por ser assim, as famílias que ocupavam diversos espaços rurais do território camposlindense foram atraídas pelo Estado a irem morar na nova cidade, dado o

discurso da chegada do desenvolvimento, que seria proporcionado, evidentemente, pela criação do município e, posteriormente, com a chegada do projeto de produção de grãos.

A soja, desde 1970, é a principal *commodity* agrícola no Brasil e, segundo Nierdele e Júnior (2018, p. 48), “dentre os principais cultivos agrícolas anuais, trata-se do único que teve importante incremento de área plantada nas últimas décadas: de 9,7 milhões de hectares em 1990 para 33,9 milhões de hectares em 2016”. Como resultado da expansão da produção em larga escala, atualmente o município de Campos Lindos tem registrado avanços significativos no que tange ao agronegócio, especialmente na produção de soja e milho.

O IBGE comprova que a produção de grãos de Campos Lindos, em 2015, levou o município a ocupar a 14ª posição do Produto Interno Bruto (PIB) dos 139 municípios tocaninenses e a 1.678ª posição dos 5.570 municípios brasileiros.

De acordo com informações do IBGE, nesse mesmo ano, Campos Lindos teve 72.700 hectares de terras voltadas ao plantio de soja e 47.200 hectares voltados ao plantio de milho, ocupando, respectivamente, o 1º lugar na produção dos dois grãos no Tocantins e a 89ª posição na produção de soja e 52ª posição no cultivo do milho, em nível nacional – quadro 1. Entre os anos de 2007 e 2017 houve um grande crescimento de área plantada na produção agrícola de Campos Lindos, sendo um crescimento na eficiência da área plantada, de 2.600 para 3.180 quilogramas (kg) por hectares (ha).

Quadro 1 – Dados da produção de soja e milho em Campos Lindos de 2007 a 2018

Ano de referência	Produção toneladas(t)		Área plantada (ha)		Ranking Tocantins/área plantada		Ranking Brasil/área Plantada	
	Soja	Milho	Soja	Milho	Soja	Milho	Soja	Milho
2018	213.260	135.036	67.000	27.120	1º Lugar	1º Lugar	104º	98º
2017	128.790	135.036	40.500	27.120	4º Lugar	1º Lugar	184º	111º
2016	198.390	138.636	66.100	27.120	1º Lugar	1º Lugar	107º	92º
2015	220.660	240.400	72.700	47.200	1º Lugar	1º Lugar	89º	52º
2014	232.140	214.456	73.000	41.800	1º Lugar	1º Lugar	80º	56º
2013	213.570	117.891	67.800	20.700	1º Lugar	1º Lugar	86º	120º
2012	166.920	147.100	53.500	26.000	1º Lugar	1º Lugar	99º	87º
2011	164.300	107.160	53.000	19.000	1º Lugar	1º Lugar	93º	111º
2010	134.400	44.850	48.000	5.500	1º Lugar	2º Lugar	102º	452º
2009	126.000	33.000	45.000	5.500	1º Lugar	3º Lugar	375º	911º
2008	126.000	28.800	45.000	5.100	1º Lugar	2º Lugar	378º	639º
2007	127.400	14.280	49.000	3.600	1º Lugar	11º Lugar	863º	1851º

Fonte: IBGE (2019), organizado pela autora.

IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/campos-lindos/pesquisa>. Acessado em: 15/10/2018.

Os dados numéricos de Campos Lindos, expostos no quadro 1, nos facilitam o entendimento da realidade da produção local e brasileira, conforme assegura Nierdele e Júnior (2018, p. 49) que “em 2015, a soja respondeu por 34% (R\$ 98,7 bilhões) do valor bruto da produção agrícola nacional (R\$ 288 bilhões) e por 38%, ou seja, R\$ 28 bilhões, das exportações agropecuárias brasileiras”. Os autores afirmam ainda que, “em 1997, este percentual era de 33%, o que representava um valor de apenas R\$ 5,5 bilhões” (NIERDELE e JÚNIOR, 2018, p. 49).

Nessa perspectiva é possível compreender a elevada participação dos grandes empreendimentos do agronegócio camposlindense para o favorecimento do crescimento numérico desses dados. De acordo os números informados no quadro 2, compreendemos que Campos Lindos tem sido o principal município voltado para a produção de soja e milho no Tocantins, ocupando rankings importantes na produção de grãos do país.

As informações do IBGE mostram ainda que Campos Lindos alcançou em 2016 a 17ª posição quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) dos 139 municípios tocaninenses. Diante dessa realidade, a produção agrícola é exportada para fora Tocantins e até mesmo do país, o que favorece um crescimento elevado do PIB da cidade. Nesse sentido, o que é efetivamente comprovado, diante da realidade local, é do que o volume do PIB não é determinante - ou pouco favorece - para que o território envolvido obtenha evolução no desempenho educacional, como também para a classificação do IDH-M.

O município de Campos Lindos obteve um IDH-M baixo (0,544), em 2010, ocupando o 138º lugar entre os 139 municípios do Tocantins, ficando à frente apenas do município de Recursolândia. O quadro 2 expõe os dados do PIB do município.

Quadro 2 – Dados do PIB de Campos Lindos a preços correntes

Ano de Referência	PIB (R\$ x1000)	Ranking no Tocantins	Ranking no Brasil
2017	289.333,65	19º de 139 municípios	1979º de 5.570 municípios
2016	275.120,21	17º de 139 municípios	1974º de 5.570 municípios
2015	314.382,81	14º de 139 municípios	1678º de 5.570 municípios
2014	381.718,36	12º de 139 municípios	1390º de 5.570 municípios
2013	286.958,00	14º de 139 municípios	1589º de 5.570 municípios
2012	276.422,00	13º de 139 municípios	1510º de 5.570 municípios
2011	205.546,00	15º de 139 municípios	1723º de 5.570 municípios
2010	161.233,00	17º de 139 municípios	1844º de 5.570 municípios

Fonte: IBGE (2019), organizado pela autora.

Analisando o contexto da produção de grãos camposlindense, é possível compreendermos que a área de plantio de soja em 2017 foi menor que a de 2007, uma diferença de 8.500 ha. No entanto, há o entendimento de que a produção de grãos foi superior, pois em 2017, foram colhidas 1.390 toneladas a mais na produção da soja. Isso converge ao que afirmam Nierdele e Júnior (2018, p. 49-50): “São inegáveis as transformações que ocorreram nas últimas duas décadas no mercado da soja, as quais apontam para uma agricultura ainda mais globalizada, financeirizada e tecnificada”.

A utilização do termo de agricultura “globalizada, financeirizada e tecnificada” nos traz entendimento acerca da grande demanda disposta aos grandes empreendimentos do agronegócio. Nesse sentido, sabe-se que a tecnicidade é o conjunto das relações que o homem tem com as matérias às quais ele pode ter acesso. A tecnicidade é compreendida como o apêndice, um subconjunto da territorialidade, podendo ser ela simétrica ou dissimétrica. Pode-se compreender que a tecnicidade simétrica se define pelas relações existentes e que não tem a função de destruir o meio material, de modo que a tecnicidade dissimétrica é caracterizada pelas possibilidades de destruição do meio material (RAFFESTIN, 1993).

Os grandes empreendimentos em Campos Lindos utilizam da tecnicidade dissimétrica, em que, mediante a realidade atual da região, as articulações favorecem apenas o capital financeiro, de modo que não há preocupação com a população, não sendo assegurados os direitos básicos da sociedade, a exemplo de conter, em todo o planejamento realizado para a criação do território de Campos Lindos, a inserção da saúde, educação e emprego como perspectiva para favorecer o desenvolvimento do município. Nesse aspecto, é possível compreender que a realidade vivenciada em Campos Lindos é o caráter de trunfo da terra que se manifesta então plenamente. As relações de produção e de propriedade interagem e constituem um sistema de relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

As multinacionais presentes em Campos Lindos detêm o controle sobre recursos tecnológicos (maquinários de última geração), científicos (implementos e insumos para o “bom desempenho” da produção) e a facilidade de exportação do grão para diversas partes do mundo objetivando sempre os interesses capitalistas globais.

Nesse contexto, a produção agrícola é exportada para fora do estado e até mesmo do país, o que favorece um crescimento elevado do PIB da cidade, no entanto, o

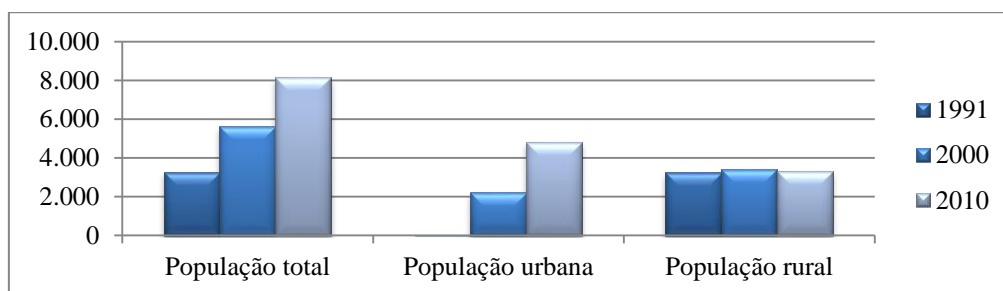
que é efetivamente comprovado, diante da realidade local, é que o volume do PIB não é determinante - ou pouco favorece - para que o território envolvido obtenha evolução na variável educação, quanto a ajudar a melhorar o crescimento do IDH-M, bem como os demais indicadores que envolvem os resultados na educação local, de modo que seja compreendida a importância de o jovem e o adulto trabalhador terem acesso à EJA, com a perspectiva de concluir a educação básica, de acordo com o que é assegurado pelas políticas públicas voltadas a esse público. Nesse sentido, o município de Campos Lindos, de acordo com o IBGE (2020), obteve um crescimento populacional significativo entre os censos de 1991 e de 2010. O município, no período de sua emancipação, estava com um total de 3.276 habitantes, de modo que 1.707 era a população masculina e 1.570 compreendia a população feminina; 22 pessoas residiam na zona urbana⁹ e 3.254 pessoas na zona rural.

No censo de 2000, houve um crescimento populacional; a população total era de 5638 pessoas, sendo 2.976 homens e 2.662 mulheres, no entanto, 2.209 pessoas moravam na zona urbana e 3.429 pessoas tinham suas moradias na zona rural. Em 2010, o recenseamento mostrou que a população atingiu o total de 8.139 habitantes, sendo 4.264 homens e 3.875 mulheres, de modo que 4819 pessoas estavam vivendo na zona urbana e 3.320 continuavam na zona rural. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 6,22%. Por outro lado, “na UF, esta taxa foi de 2,58%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 0,67% para 39,18%” (IPEA, 2018, [n. p.]).

No contexto geral da análise populacional de Campos Lindos, é constatado que, de acordo com o gráfico 1, há um avanço no número populacional na zona urbana, mas é possível compreender também que a zona rural, conforme os dados dos censos, se manteve na média com a sua população. Isso comprova que as famílias se mantiveram na zona rural, colocando o município a ser caracterizado como rural, de modo que podemos observar as “ofertas” existentes na zona urbana, de certo modo, não fazem com que essa população deixe seus espaços na zona rural.

É possível entendermos que parte do aumento da população urbana se deu pela chegada de muitas pessoas de outros lugares do Tocantins e demais estados do Brasil, com o objetivo de serem inseridos em diversas atividades na região, oriundas do agronegócio local.

⁹ Os vinte e dois (22) habitantes da zona urbana, moravam na sede do município que tinha sido recentemente criado, local que anteriormente era chamado de Porto do Cordeiro.

Gráfico 1 – Evolução da população de Campos Lindos nos últimos censos

Fonte: IBGE (2010), organizado pela autora.

A renda per capita da população de Campos Lindos tem evidenciado crescimento, conforme as análises dos censos. A renda per capita no censo de 1991 foi de 158,54 reais, em 2000 esse valor foi para 211,95 reais e em 2000 e no censo de 2010 o valor atingiu 292,64 reais. Nesse contexto, o território possuía 33,29% de pessoas extremamente pobres e 72% de pobres. Em 2020, Campos Lindos obteve um crescimento no percentual de extremamente pobres, atingindo 43,09%, e 62,43% de pobres. Em 2010, o censo evidenciou um declínio perceptível nos percentuais de Campos Lindos. O censo expôs que 31,11% da população foram considerados extremamente pobres, de modo que 51,98% foram considerados pobres.

Sabe-se que desde a criação do município de Campos Lindos é perceptível o crescimento populacional e econômico desse território. Nesse contexto, a educação evidencia, através dos indicadores do município, um crescimento mais lento, em face ao que ocorre com o crescimento populacional e desempenho econômico desse território. As próximas seções e capítulos farão exposições sobre a educação pública, de modo que possamos compreender o seu contexto e como a sua forma de condução pode influenciar a permanência dos alunos da EJA e o favorecimento para baixos resultados dos indicadores sociais de Campos Lindos.

1.4 A EDUCAÇÃO PÚBLICA QUE É OFERTADA À COMUNIDADE CAMPOSLINDENSE

O discurso de desenvolvimento em Campos Lindos não torna evidente a educação como um de seus elementos propulsores, tampouco como subsídio no processo de melhorias de outros indicadores. Na perspectiva de evidenciar o que de fato ocorre com a variável educação, quanto ao que a leva a obter resultados menos satisfatórios no contexto dos indicadores sociais de Campos Lindos, o estudo em tela

fará um breve levantamento de informações sobre a atual situação da educação pública no município.

A educação básica no município é ofertada por duas redes: a rede municipal e a rede estadual de ensino. Na sede do município a rede municipal oferta à população a educação infantil (alfabetização para alunos a partir de quatro anos de idade), o ensino fundamental I (primeiro ao quinto ano) e o ensino fundamental II (de sexto ao nono ano regular, sendo também ofertado o segundo segmento da EJA). A rede municipal possui uma (1) escola na zona urbana com três imóveis alugados e localizados em pontos diferentes da cidade para atender à demanda de alunos matriculados, a Escola Municipal José Edimar de Brito Miranda. Na rede estadual é ofertado o ensino fundamental I (terceiro ao quinto ano), o ensino fundamental II (de sexto ao nono ano) e o ensino médio (primeira à terceira série regular e o terceiro segmento da EJA) no prédio da Escola Estadual Manoel Alves Grande. A figura 3 mostra a localização das escolas na sede do município de Campos Lindos.

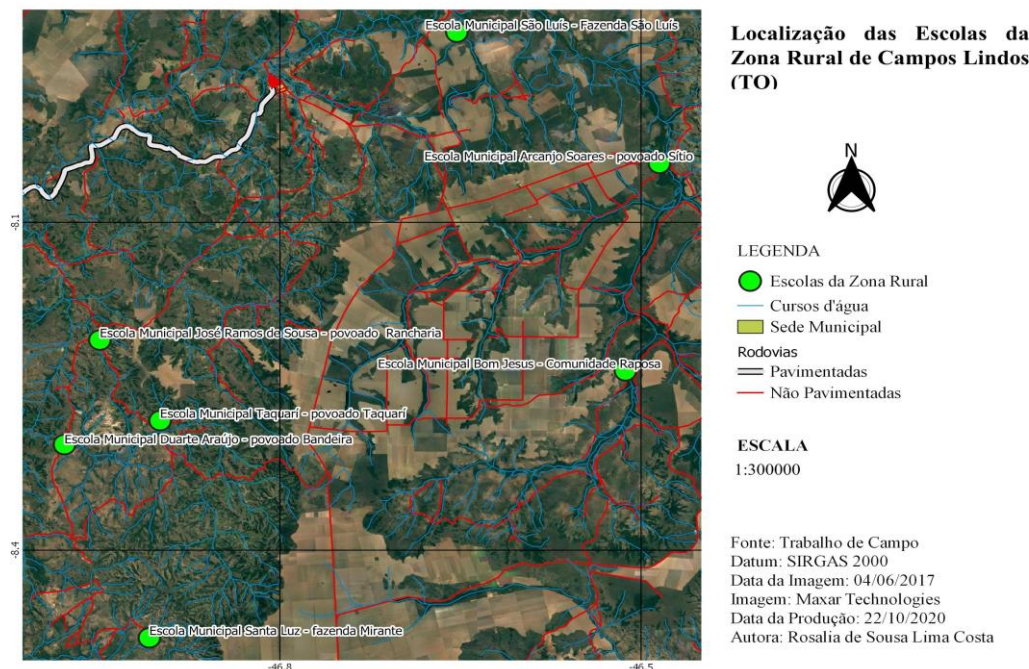
Figura 3 - Localização das escolas públicas na sede de Campos Lindos



Fonte: Autora (2020).

A rede municipal de ensino dispõe de sete (7) escolas ativas para funcionamento, na zona rural do município. As escolas estão localizadas em diversas regiões do município, conforme mostra a Figura 4.

Figura 4: Localização das escolas municipais da zona rural de Campos Lindos



Fonte: Autora (2020).

Entre as oito escolas, seis delas foram construídas de tijolos e cobertas com telhas de barro, sem forros no teto, o que possibilitaria minimizar a poeira e facilitar a iluminação do ambiente. Os pisos são de cerâmicas e cimentos grossos, sem polimento e com rachaduras. As demais escolas são construções improvisadas pela Secretaria Municipal de Educação, que escolhe os materiais a serem utilizados, pertinentes à realidade da região.

As construções dos prédios foram realizadas por período, de acordo com o aumento do número de alunos, não havendo um projeto arquitetônico a ser seguido, o que pode trazer muitas consequências, como rachaduras em paredes, sequelas na cobertura e demais estorvos, de modo a comprometer o funcionamento da escola e o cumprimento do calendário escolar. Para melhor compreensão acerca da estrutura física das escolas das duas redes de ensino, o capítulo 2 apresentará alguns apontamentos sobre o contexto da educação de Campos Lindos.

A rede estadual assegura o ensino médio regular para os alunos que moram no povoado Rancharia e povoado Sítio. As aulas ocorrem nos prédios das escolas da rede

municipal dos dois povoados. Essa parceria é firmada entre a Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC) do Estado do Tocantins e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Campos Lindos. A oferta do ensino médio regular nos dois povoados evidencia que as respectivas redes de ensino estão proporcionando o que rege o artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), o qual assegura que “o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, através da pré-escola, ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 1996, [n. p.]).

No que se refere à oferta do ensino médio nos dois povoados, a SEDUC disponibiliza os professores para ministrarem as aulas e apoio ao aluno, no que é possível atender no interior do município, com a perspectiva de proporcionar ensino equiparado aos alunos que moram na cidade, e a SEMEC cede toda a estrutura física e administrativa das duas escolas para o funcionamento das aulas. A parceria entre as duas redes garante, mesmo estando distante há uma média de quarenta (40) quilômetros da sede da escola que oferta ensino médio, a possibilidade para os alunos que estão fora da cidade concluírem a educação básica.

De acordo com informações documentais da SEMEC, da secretaria da escola da rede estadual e de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o município, em 2019, dispunha de 2.756 alunos matriculados na educação básica. O quadro 3 nos mostra os dados de alunos matriculados, por escola e por modalidade de ensino, no ano letivo de 2019.

Quadro 3 – Dados de alunos matriculados na educação básica de Campos Lindos em 2019

Unidade Escolar	Localização	Educação Infantil	1º ao 5º ano do Ensino Fundamental	6º ao 9º ano do Ensino Fundamental	1ª a 3ª Série do Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos
Escola Municipal Bom Jesus	Zona Rural – Fazenda Raposa	08	47	25	-	-
Escola Municipal Duarte Araújo	Zona Rural – Povoado Bandeira	-	25	34	-	-
Escola Municipal José R. Sousa	Povoado Rancharia	12	59	67	-	-
Escola Municipal Santa Luz	Zona Rural – Fazenda Mirante	-	12	-	-	-
Escola Municipal Taquari	Zona Rural – Fazenda Taquari	-	14	-	-	-

Escola Municipal Arcanjo Soares	Zona Rural – Povoado Sítio	07	17	21	-	-
Escola Municipal São Luís	Zona Rural – Fazenda São Luís	-	17	-	-	-
Escola Municipal Vereda Bonita *	Zona Rural – Fazenda Vereda Bonita	-	09	-	-	-
Escola Municipal Rio Bonito III	Zona Rural – Fazenda Rio Bonito	-	07	-	-	-
Escola Municipal José Edimar de Brito Miranda	Zona urbana – sede de Campos Lindos	199	805	663	-	-
Escola Estadual Manoel Alves Grande	Zona urbana – sede de Campos Lindos	-	61	231	343	74
Total de Matrículas por modalidade de ensino		226	1.073	1.041	343	74
Total geral de matrículas em Campos Lindos				2.757		

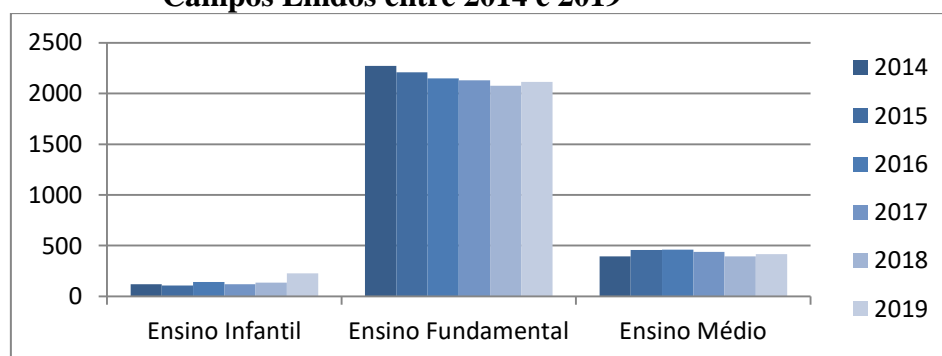
Fonte: SEMEC (2019); EEMAG (2020); INEP (2020). Organizado pela autora.

* Escola desativada depois do repasse inicial de informações do censo escolar 2019.

Diante do crescimento populacional, entre 1991 e 2010, conforme nos informa o IBGE (2010), e analisando o contexto no qual se encontra a educação no município, compreendemos que há um declínio no quantitativo de alunos que frequentaram a educação básica nos últimos 05 anos. O gráfico 2 traz um comparativo entre os anos 2014 a 2019, com o número de matrículas nas duas redes de ensino da educação básica.

Desse modo, podemos compreender que, no ensino infantil, apenas no ano de 2019 houve um crescimento significativo de matrículas, no entanto, entre 2014 a 2018, a queda no ensino fundamental é visível, de modo que o número de matrícula em 2019 não conseguiu atingir o quantitativo de 2017. As matrículas no ensino médio demonstram momentos oscilantes, no entanto, o quantitativo foi positivo, segundo o ano inicial da análise.

Gráfico 2 – Número de alunos matriculados na educação básica do município de Campos Lindos entre 2014 e 2019



Fonte: SEMEC (2019); EEMAG (2020); INEP (2020). Organizado pela autora.

Nos períodos aos quais foram coletadas as informações, as redes de ensino haviam vivenciado mudanças com as trocas de equipes de governos, havendo assim, alterações nas secretarias de educação, direções de escolas. De certo modo, percebe-se que essas modificações interferem nos encaminhamentos, organizações e consequentemente, modificam o funcionamento das redes de ensino.

No âmbito da administração da educação municipal, o ano de 2014 corresponde ao segundo ano do mandato do prefeito eleito em 2012, sendo reeleito em 2016. Nesse sentido, podemos compreender que ocorreram algumas mudanças administrativas, como a troca de diretor da escola da sede por duas vezes e a mudança de secretária de Educação, durante os cinco anos envolvidos na análise exposta. Essas mudanças geraram impactos nos planejamentos, em curto e em médio prazo, das atividades contínuas da SEMEC e das escolas, dificultando, em várias ocasiões, a vivência dos alunos em seus cotidianos escolares. Na esfera estadual, o Tocantins sofreu novamente a cassação de mandato do governador, sendo trocada toda a equipe da Secretaria de Educação, medida que interferiu nas ações que estavam em andamento, no entanto, a direção da escola estadual em Campos Lindos permaneceu a mesma.

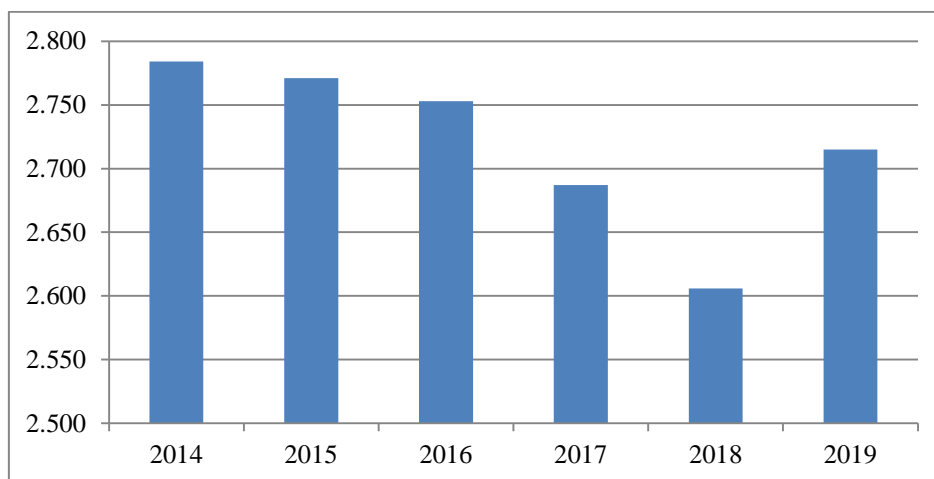
Nesse conjunto de circunstâncias, podemos destacar, conforme demonstra o gráfico 3, as oscilações no número total de matrículas na educação básica de Campos Lindos. Entre os anos de 2014 e 2018, ocorreu uma queda no número de alunos matriculados na rede pública. Essa informação torna-se preocupante pelo fato de não existir escola particular de ensino fundamental e médio na região, ou seja, não há como falar que os alunos estariam deixando a rede pública para serem inseridos no ensino privado.

Entre os 2.756 alunos matriculados na educação básica, de acordo com o censo escolar¹⁰ de 2019, havia 535 alunos que moravam em chácaras e fazendas, no território cenário deste estudo, e que necessitavam de transporte escolar para frequentar a escola. A Constituição Federal (CF) de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar como forma de facilitar seu acesso à educação. Sendo assim, o poder público municipal oferta os ônibus e alguns veículos para transportarem os alunos, com o intuito de garantir esse direito à comunidade escolar e visando a observar o que preceitua o artigo 70 da LDB quando considera como “manutenção e desenvolvimento

¹⁰ Trata-se de um levantamento estatístico realizado anualmente em todas as escolas visando a coletar dados que possibilitem o planejamento de várias ações do MEC. Com ele é verificado desde o número de matrículas e rendimento dos alunos até a infraestrutura das escolas e funções docentes.

do ensino [...] a manutenção de programas de transporte escolar” (BRASIL, 1996, p. 104).

Gráfico 3 - Número de matrículas na educação básica de Campos Lindos entre 2014 e 2019



Fonte: SEMEC (2019); EEMAG (2020); INEP (2020). Organizado pela autora.

O município camposlindense, em 2019, foi dividido em 12 (doze) rotas para o atendimento no transporte escolar, contendo 11 (onze) veículos, de modo que um deles realiza, diariamente, duas rotas no mesmo turno. Os veículos são insuficientes para atender a todas as demandas de locomoção, devido ao grande número de alunos que moram nas chácaras próximas da cidade ou em fazendas mais distantes. São disponibilizados 05 (cinco) micro-ônibus do Programa Caminho na Escola¹¹, 03 (três) ônibus grandes, 03 (três) Kombis e 01 (um) carro de passeio, locados por meios de pregões realizados pela Prefeitura Municipal de Campos Lindos.

Diante do quantitativo de alunos da zona rural que estavam sendo deslocados para frequentar as escolas da cidade, e com um número pequeno de transportes trafegando para realizar os traslados, os veículos andavam com excesso de pessoas em seus trajetos. Há rotas de viagens em que ônibus que possuíam autorização para transportar 51 pessoas estavam deslocando 84 alunos, sentados e em pé, durante todo o percurso, sendo pertinente registrar que a maior parte das rotas fica a vários quilômetros de distância da escola a qual o aluno frequentava.

Em visita de campo ao território pesquisado, conhecemos algumas escolas públicas da zona rural, que possuem estruturas prediais conservadas, conforme

¹¹ O Programa Caminho da Escola objetivou renovar, ampliar e padronizar a frota dos transportes públicos escolares das redes municipal, do DF e estadual de educação básica pública. Atendendo a estudantes residentes, prioritariamente, em áreas rurais e ribeirinhas.

evidenciam as figuras 5, 6 e 7. Entretanto, de acordo com o levantamento de números de alunos exposto na tabela 03, as unidades escolares estão com uma pequena quantidade de alunos matriculados no ano de 2019. A administração pública camposlindense, com a narrativa de que os pais não pretendiam permitir a frequência de seus filhos a algumas unidades escolares da zona rural, e que enfrentava dificuldade em dialogar com as famílias, viabilizou veículos para transportar os alunos todos os dias para frequentarem a escola da sede do município.

Figura 5 - Escola Municipal Arcanjo Soares Gil – Povoado Sítio **Figura 6 - Escola Municipal São Luís – Fazenda São Luís** **Figura 7 - Escola Municipal Bom Jesus – Comunidade Raposa**



Fonte: Autora (2020)

Fonte: Autora (2020)

Fonte: Autora (2020)

A Escola Municipal Vereda Bonita, localizada na comunidade Vereda Bonita (situada próxima às fazendas de produção de grãos), na região da Serra do Centro, iniciou o ano letivo de 2019 em funcionamento, conforme registro de informações no censo escolar 2019. No entanto, em agosto desse mesmo ano, foi declarada escola extinta, e os alunos remanejados da comunidade para a escola do povoado Sítio, com percurso diário de 32 quilômetros (entre ida e volta), em estradas de terraplanagem.

A alegação do órgão é que o número de alunos é insuficiente para que sejam realizados gastos com a manutenção da escola e com a lotação de um professor. Em razão desse entendimento, a SEMEC alugou uma caminhonete para transportar os educandos para a Escola Municipal Arcanjo Soares, situada no povoado Sítio.

Em virtude disso é tornado público, no Diário Oficial do Estado do Tocantins (DOE-TO), o resultado do pregão presencial SRP nº 015/2019, do Fundo Municipal de Educação, “cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de

locação de um veículo para o transporte escolar de alunos da rede pública de ensino para atender o município de Campos Lindos–TO” (TOCANTINS, 2019, p. 26), para o trajeto entre a comunidade Vereda Bonita e a Escola Municipal Arcanjo Soares. Registre-se ainda que a escola extinta ofertava ensino a uma comunidade que vivencia muitos problemas com os produtores de soja, ou seja, está localizada dentro da área de conflitos agrários existentes no território.

Por força da decisão da SEMEC, os alunos viajam em caminhonetes, e a maior parte do trajeto é feita dentro dos grandes empreendimentos da produção de grãos. Em vez de melhorar a estrutura da escola existente, como construir salas de aulas adequadas, disponibilizar água potável, energia elétrica, materiais de apoio pedagógico e lotar servidores comprometidos com o desenvolvimento escolar dos educandos, a SEMEC compreende que é mais pertinente dispor e superlotar ônibus, com quase o dobro do número de pessoas autorizadas a transportar, em viagens até a escola localizada na sede de Campos Lindos.

Na maior parte do ano, as estradas vicinais utilizadas pelos transportes escolares impõem dificuldades para o tráfego, em razão de serem de terraplanagens. Apenas a rota que se destina ao sentido da cidade de Goiatins é percorrida parte da viagem em via asfaltada. As demais rotas enfrentam diversos problemas, como muita poeira, lama, pontes de madeiras em péssimas condições e o mais grave: a falta de combustível no posto de abastecimentos com o qual a prefeitura faz convênio para manutenção das frotas. Diante da realidade é pertinente compreender que, em muitos momentos, há riscos para as mulheres que necessitam utilizar os transportes escolares, ficarem expostas em situações que comprometem suas seguranças, enquanto mulheres.

Em decorrência de problemas com o transporte de estudantes durante o ano letivo, são inúmeras vezes que os alunos perdem aulas, situação que gera maiores transtornos para os estudantes que estão em deslocamento, impossibilitando a aprendizagem dos conteúdos explicados em salas de aulas, provas e demais ações pedagógicas nas unidades escolares.

Como esses problemas tornaram-se frequentes, a SEMEC disponibilizou um assistente administrativo para acompanhar a rotina das rotas dos transportes, ficando o servidor responsável de informar as duas escolas da cidade quando há problema com os veículos. Por serem constantes os contratempos, as escolas instruem os professores para que justifiquem as faltas dos alunos do campo e, posteriormente, realizem atividades de reposição de aulas.

A realidade vivenciada por um grande número de alunos para frequentar a escola pode ser um dos fatores que levam o município a obter um baixo resultado nas avaliações externas realizadas pelo MEC, entre elas a análise do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB). A respeito do IDEB, podemos destacá-lo como o mecanismo utilizado pelo governo federal, por meio do INEP, como indicador nacional para monitorar a educação que está sendo ofertada à população em geral, de modo a possibilitar que ela conheça e também se mobilize no intuito de cobrar efetividade e melhoria dos órgãos educacionais.

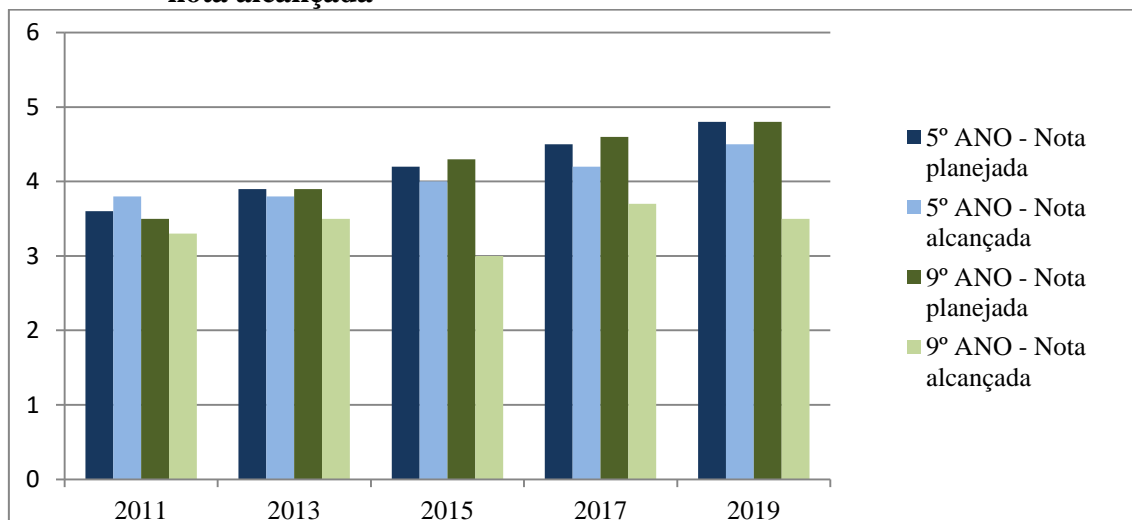
A coleta de dados para obter o resultado do IDEB se dá a partir dos números informados de alunos aprovados, no censo escolar, de cada ano letivo e as notas adquiridas pelos alunos na Prova Brasil, para escolas e municípios, e a prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para estados e o país, realizada a cada dois anos.

De acordo com as ações projetadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), o município de Campos Lindos está inserido nos planejamentos de melhorias educacionais para o crescimento do IDEB do país, do Tocantins e automaticamente do seu próprio resultado. Isso está assegurado na meta 7, do PNE, que tem como foco fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental. Destacamos que o objetivo único do IDEB é alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos (BRASIL, 2014).

No entanto, esse planejamento estratégico ocorre de maneira esporádica pela educação camposlindense, conforme foi explicitado na II Audiência Pública para Análise, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) de Campos Lindos, voltada aos anos de 2017 a 2019, ocorrida em 21 de novembro de 2019. A audiência retratou os resultados das ações, sem demonstrar em números, gráficos ou tabelas a trajetória do IDEB de Campos Lindos.

As últimas medições do IDEB em Campos Lindos mostram que as metas que são projetadas para a educação básica, a cada dois anos, não estão sendo alcançadas, nem mesmo depois da criação do plano de educação municipal. O gráfico 4 expõe os últimos resultados, do 5º e do 9º ano do ensino fundamental.

Gráfico 4 - IDEB de Campos Lindos de 2011 a 2019 – análise de nota projetada e nota alcançada



Fonte: INEP (2020).

Considerando que, conforme o artigo 21 da LDB a educação escolar é composta pela educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 1996). Em 2019, a rede municipal de educação de Campos Lindos proporcionou, pela primeira vez, salas de aulas voltadas ao ensino infantil, para as crianças de 4 e 5 anos. O ensino fundamental de nove (9) anos está presente nas duas redes de ensino da cidade, de modo que a rede municipal detém a responsabilidade maior de conduzir esse nível de ensino, distribuindo os alunos em 10 escolas. A maior unidade escolar da rede, a Escola Municipal José Edimar de Brito Miranda, situada na sede, possuindo três anexos, fora do prédio principal e localizado em pontos diferentes da cidade, para atender à demanda de alunos.

A rede estadual de ensino do Tocantins, possui uma escola na sede do município, a Escola Estadual Manoel Alves Grande, ela oferta parte do ensino fundamental e o ensino médio para a comunidade camposlindense. Diante da necessidade da população, a escola possui salas de aulas voltadas ao ensino médio, em parceria com a rede municipal de ensino, aos alunos da zona rural. Nessa parceria, a SEDUC organiza todos os procedimentos pedagógicos, tal como a matrícula dos alunos na rede, a lotação de servidores, livros didáticos, formação continuada aos profissionais, a oferta da merenda escolar e materiais de manutenção para o apoio pedagógico aos alunos. A SEMEC cede às salas de aulas e toda a estrutura física da Escola Municipal José Ramos de Sousa (povoado Rancharia) e da Escola Municipal Arcanjo Soares (povoado Sítio).

As duas escolas da cidade são autorizadas para o funcionamento da EJA. A rede municipal já ofertou, por muitos anos, o I segmento da modalidade a jovens e adultos que queriam ser alfabetizados, com a perspectiva de concluírem de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, no entanto não há mais turmas desse segmento nas escolas de Campos Lindos. Diante disso há a publicação da Portaria nº 048, de 28 de fevereiro de 2018 da SEMEC, assegurando as exigências para a formação de turmas para o segmento e assegurando que para as séries iniciais do ensino fundamental da EJA, os alunos devem possuir 14 anos completos (CAMPOS LINDOS, 2018).

A Portaria nº 048 determina ainda que o aluno ingresso no 2º segmento da EJA, ou seja, a EJA de 6º ao 9º ano, deve ter 16 anos completos, ressaltando que o número de matriculados em salas de aula nessa modalidade deve ser com o mínimo de 15 e o máximo de 30 alunos (CAMPOS LINDOS, 2018). Baseado nessa portaria, o 2º segmento da EJA foi ofertado até o final de 2018, na rede municipal de ensino, no entanto, em 2019 a comunidade escolar da rede municipal não teve acesso a turmas de EJA. A rede estadual ofertou por vários anos o 2º segmento, no entanto, a partir do período em que conseguiu autorização de funcionamento para o 3º segmento, em 2006, dedicou-se apenas à oferta para turmas de ensino médio nessa modalidade.

Este estudo descreve a realidade da educação pública de Campos Lindos salientando a sua importância para a população, para os sujeitos da EJA, para o crescimento dos indicadores que são voltados à variável educação, na coleta de dados do IDH-M, bem como para demais indicadores sociais que são relevantes para o território camposlindense, conforme será discutido adiante.

Nessa perspectiva, o capítulo 2 traz uma discussão sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no município de Campos Lindos, expondo os resultados das variáveis que são avaliadas para o cálculo desse indicador, focalizando no IDHM-Educação, evidenciando que os critérios de análises para obtenção dos dados mostram que a educação está com dificuldades no quesito que avalia a conclusão de estudos dos jovens e adultos, a partir de 15 anos em Campos Lindos, favorecendo assim a nota baixa do IDH-M.

CAPÍTULO II

2 INDICADORES SOCIAIS DE CAMPOS LINDOS E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA MELHORAR O IDH-M

Este estudo busca evidenciar a importância da educação, especificamente a educação de jovens e adultos, como uma das possibilidades de ajudar o município de Campos Lindos a melhorar os seus indicadores, nesse sentido considerando o IDH local. Este capítulo traz discussão sobre o IDH, na perspectiva de compreendermos a sua importância, bem como a contribuição da educação para a construção do resultado do IDH para os países, estados e municípios brasileiros. Para analisarmos aspectos do IDH de Campos Lindos é evidente a necessidade de uma discussão mais ampla acerca do que é o desenvolvimento humano, com vistas a compreender o que é o IDH, como ocorrem suas análises e o que é interligado à realidade da educação de jovens e adultos no território pesquisado.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) compreende que o “desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e às oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter” (PNUD, 2013, [n.p]). Nesse sentido é contextualizado que para aferir e compreender o desenvolvimento humano não é possível considerar apenas os aspectos econômicos, no entanto, é preciso evidenciar as características sociais, políticas e culturais que distinguem as influências na qualidade de vida humana (SILVA; PANHOCA, 2007).

Essa afirmação parte do pressuposto de que a compreensão do crescimento da qualidade de vida de uma população não deve se respaldar apenas no critério econômico, de modo que se possam compreender e utilizar os demais fatores que muito favorecem o avanço da qualidade da vida humana. Por seu turno, Januzzi (2002, p. 120) assegura que “na concepção do PNUD, o Desenvolvimento Humano deveria ser entendido como um processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades dos indivíduos para a conquista de níveis crescentes de bem-estar”.

O processo de desenvolvimento poderia ter condições de garantir oportunidades de acesso à educação e cultura, de modo a garantir condições de desfrutar qualidade de

vida, bem como ter uma vida saudável e longa, favorecendo a condição de dispor um padrão de qualidade de vida à população (JANUZZI, 2002). Nesse aspecto, é importante destacar que, para compreendermos desenvolvimento humano, é de grande relevância o entendimento sobre indicador social.

O indicador social é um ato de aferir uma medida, especificamente quantitativa, sendo compreendido por Januzzi (2002, p. 07) como “significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)”, garantindo que o indicador social é recurso metodológico, experienciando, que retrata a realidade ou sobre as mudanças que estão ocorrendo socialmente (JANUZZI, 2002).

É de grande relevância a definição dos conceitos e das variáveis que buscam compor os indicadores e os índices, observando a grande importância de seus resultados. Diante disso, Orsi (2016, p. 41) aponta que “a definição dos conceitos e as variáveis que compõem um indicador ou índice e seus resultados são de extrema importância”. Os indicadores viabilizam possibilidades de serem compreendidos os pontos deficientes, o não alcance de metas, como também a possibilidade de compreender os processos ineficientes e as demais necessidades vivenciadas pela sociedade envolvida. Nesse sentido, compreende-se que os indicadores são elementos importantíssimos no processo que organizam e proporcionam tomadas de decisões da iniciativa pública e privada, tornando-se indispensáveis para direcionar e favorecer a orientação da vivência das políticas públicas (MORAIS; LIMA, 2001).

Nesse entendimento, sabe-se que um indicador compõe-se de uma concentração, uma construção teórica, que busca chegar ao máximo à realidade que está sendo evidenciada, tendo como ênfases os recortes metodológicos. Pode-se destacar a importância dessas limitações e potencialidades, tendo como base o indicador, de modo a não usá-lo como expressão da própria realidade, mas como uma aproximação teórica com restrições específicas de suas metodologias (ORSI, 2016).

Nesse contexto, é compreendido que os índices sociais precisam ter a capacidade de compreender de alguma forma o dinamismo e a complexidade de uma sociedade, na perspectiva de evidenciar a instabilidade, o dinamismo de sua estrutura (ORSI, 2016). Dessa forma, os indicadores sociais podem favorecer para que haja o planejamento das atividades públicas, com a possibilidade de formulação de políticas sociais, entre os entes federativos, favorecendo assim a melhoria das condições de vidas das pessoas e o

bem estar populacional e facilitando ainda as possibilidades de estudos acadêmicos e investigações científicas com faces a compreender a mudança social como fatores determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANUZZI, 2002)

Em nossa pesquisa tratamos de índices sociais, o IDH e o IDH-M de Campos Lindos, o que, dada a estrutura da sociedade inserida na pesquisa, necessita ter uma análise dos dados voltados à contribuição da educação ao IDH do município, com vistas a compreender se os valores evidenciados das variáveis analisadas de fato favorecem o baixo IDH-M, tendo como recorte a análise da variável educação, especificamente os critérios que envolvem o público que preenchem os requisitos para terem o atendimento escolar na modalidade EJA. Antes, porém, de apresentarmos algumas análises do IDH de Campos Lindos, seguiremos com uma discussão sobre o que é IDH e suas variáveis e, posteriormente, o IDH-M e seus critérios de análise.

2.1 O IDH E O IDH-M: OS CONCEITOS E COMO SÃO ANALISADOS

A partir da construção do conceito de desenvolvimento humano, foi criado o IDH, na perspectiva de contrapor outro indicador que é muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, o qual considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (PNUD, 2010). Desde a década de 1950 que o PIB per capita é compreendido como uma forma insuficiente para avaliar a qualidade de vida das pessoas, diante disso, em 1954, foi proposto através de um grupo de especialistas das Nações Unidas que era importante considerar outras dimensões para avaliar a qualidade de vida das pessoas (TORRES; FERREIRA; DINI, 2003).

O IDH foi desenvolvido pelo paquistanês Mahbub ul Haq¹², com a colaboração e inspiração do pensamento do economista Amartya Sen¹³. A série histórica do IDH começou em 1975, para a maioria dos países, no entanto, desde os anos 1990, o PNUD compreende que o IDH é uma medida composta de indicadores de saúde, educação e renda, aplicados aos diferentes países do mundo e que têm em seu resultado um valor

¹² Economista paquistanês. Estudou na Universidade do Punjab, King's College, Universidade Yale, Universidade de Cambridge, Trinity College. Foi o primeiro a desenvolver a teoria do desenvolvimento e o relatório do desenvolvimento humano.

¹³ Economista indiano. Prêmio Nobel de Economia em 1998 por sua contribuição às teorias da escolha social e do bem-estar social. Professor de Harvard (EUA), foi um dos idealizadores do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e fundador do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento (Universidade da ONU).

numérico variando entre 0 (valor mínimo) e 1 (máximo). Diante desse contexto, o PNUD, desde 1990, vem realizando publicação dos relatórios de desenvolvimento humano com o intuito de apresentar as estimativas atualizadas do IDH para mais de 170 países, evidenciando os casos extremos de exclusão ou das experiências internacionais que podem ser exemplos nas discussões de crescimento e progresso social (JANNUZZI, 2004).

Nessa perspectiva, em conjunto às novas possibilidades da exposição do IDH, a partir dos anos 90, deu-se uma nova perspectiva para as políticas sociais, de modo a facilitar e favorecer para que elas pudessem ser descentralizadas, focalizadas, permitindo assim a participação e envolvimento de atores não governamentais, na perspectiva de reforçar a demanda por diferentes tipos, abarcando análises nacionais e locais (TORRES; FERREIRA; DINI, 2003).

Diante disso, podemos compreender que o IDH foi criado na iminência de confrontar o PIB *per capita*, o qual considera apenas a dimensão econômica em face ao desenvolvimento (PREARO; MARACCINI; ROMEIRO, 2014). Os relatórios do PNUD revelam que o IDH considera os fatores como uma vida longa, o acesso ao conhecimento e o padrão de vida de uma população, medindo assim, o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação (PREARO; MARACCINI; ROMEIRO, 2014). Na medição do IDH dos países são observados que a renda é medida pela renda nacional bruta *per capita*, no sentido que a saúde é compreendida pela expectativa de vida e a educação, é analisada pela média de anos de educação de adultos e a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar (PREARO; MARACCINI; ROMEIRO, 2014).

O cálculo do IDH é criado a partir da aglutinação de indicadores representativos das três dimensões básicas citadas dos relatórios coletados para compreender o desenvolvimento humano, dispondo sempre de informações com maior regularidade nos diversos países. As três dimensões básicas desses indicadores são compostas pelas informações computadas do nível educacional, desde a taxa de alfabetização dos adultos e a taxa de escolarização, bem como a esperança de vida é composta pelas condições de saúde e risco à morbidade e o produto interno bruto *per capita* visa refletir melhor o uso dos recursos monetários como a compra de bens e serviços, os quais são indispensáveis à seguridade de vida de cada país (JANNUZZI, 2000, p. 121).

Pode-se compreender que a coleta de informações do IDH pode ser desvinculada ao PIB ou PIB *per capita*, podendo expandir seu escopo a outras variáveis, incluindo claramente a perspectiva da melhoria de vida das pessoas na avaliação (ORSI, 2016).

Sobre esses aspectos, Guimarães e Jannuzzi (2005, p. 74) asseguram que a utilização dos resultados do IDH “[...] deu um impulso importante para multiplicação de estudos na área, sobretudo os de caráter mais descritivo, voltados a propor e construir medidas-resumo [...] da realidade social vivenciada pela população brasileira”. Nesse sentido pode-se efetivamente compreender que o progresso de um país ou localidade não pode ser medido ou mensurado apenas pelo dinheiro que possuem sua população, no entanto, torna-se pertinente a análise da qualidade dos serviços médicos voltados à saúde, bem como a qualidade da educação. Nesse aspecto, torna-se pertinente que as análises das variáveis, estejam imbuídas a qualidade da saúde e educação atreladas às disponibilidades de ofertas aos cidadãos (TORRES; FERREIRA; DINI, 2003) .

A renda de um país, de acordo a análise do IDH, é medida de acordo o PIB *per capita*. Nesse sentido a coleta de dados da renda ocorre de modo que o PIB é dividido pela população total do ano de referência da análise, evidenciando que o PIB *per capita* é medido em dólares, ou seja, em unidades de paridade do poder de compra (PPC), que são comparáveis internacionalmente. Nesse aspecto é compreendido que a dimensão renda, observa-se o padrão de vida de uma sociedade, assegurando que é através da renda pode-se ter acesso às necessidades básicas e à possibilidade de escolhas genuínas de padrões de vida das pessoas (PREARO; MARACCINI; ROMEIRO, 2014). De modo a compreender que “para mensurar a riqueza de uma nação, utiliza-se o indicador Renda Nacional *per capita*, no conceito da paridade do poder de compra” (PREARO; MARACCINI; ROMEIRO, 2014, p. 135).

Na obtenção da variável renda, o PIB *per capita*, é organizado em modelo específico, na perspectiva de refletir de forma mais segura a compra de bens e serviços indispensáveis aos países. Compreende-se que para poder comparar o valor do rendimento distinto entre os países, torna-se pertinente a reflexão sobre a capacidade de compra de cada país, compreendendo que o rendimento, é expresso em dólares, baseado na Paridade do Poder de Compra (PPC), de modo a refletir que a existência de retornos crescente à escola no processo de transformação do rendimento em capacidades humanas, não necessita um rendimento ilimitado, evidenciando assim a utilização do logaritmo de rendimento (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005).

A dimensão longevidade envolve em suas análises os aspectos que beneficiam a esperança de vida dos indivíduos, esperando-se que o desenvolvimento humano ocorra a partir da limitação das mortes prematuras e do acesso à saúde de qualidade, objetivando condições para que haja uma melhoria no padrão de qualidade da saúde, tanto física quanto mental. Dessa forma, torna-se evidente que a expectativa de vida é a unidade que é calculada para a dimensão longevidade (MARACCINI; ROMEIRO, 2010). Podemos ressaltar que a obtenção da variável longevidade é analisada pela expectativa de vida, como medida-síntese das condições existentes de saúde e dos riscos à relação entre morbidades e mortalidades (JANUZZI, 2002).

No IDH, a variável educação é exposta por um indicador com perspectiva ao nível educacional, computando informações a partir da taxa de alfabetização de adultos e da taxa de escolarização (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005). Essa variável torna-se importante, de modo que a evidenciar que a educação ofertada à população deve ser considerada fundamental para as possibilidades do desenvolvimento local (TORRES; FERREIRA; DINI, 2003, p. 81). Os critérios observados na variável educação, do IDH, são as taxas de matrículas combinadas com as taxas de alfabetização de pessoas acima de 15 anos (SILVA; PANHOCA, 2007). Nesse sentido e com o intuito de explicitar a visão do PNUD referente ao IDH é sustentado que o desenvolvimento deveria garantir oportunidades crescentes de acesso à educação e cultura e uma melhoria na qualidade de vida da população (JANUZZI, 2002, p. 120).

O resultado das análises do IDH favorece os países na análise de dificuldades relativas ao planejamento e execução de suas políticas públicas, complementando medidas que possam sanar problemas encontrados nas três variáveis analisadas periodicamente. É importante destacar que os países que atingem entre 0 e 0,499 pontos são considerados de baixo desenvolvimento, os que possuem notas de 0,500 até 0,799 pontos são de médio desenvolvimento e são considerados de alto desenvolvimento os países que atingem a nota superior a 0,800 pontos.

O relatório de atualização do desenvolvimento humano de 2015, publicado por meio do PNUD, registrou que o Brasil, em 2014, foi classificado com o IDH em 0,755, alcançando a 75ª de 188 (cento e oitenta e oito) colocações, em nível global, e ficando na 5ª posição entre os 12 (doze) países que formam a América do Sul.

Para alcançar essa posição, o Brasil demonstrou uma melhoria nos índices de saúde e de renda, ficando estagnados os dados voltados à educação. Nesse sentido, é possível compreendermos que, na educação, os anos de estudos continuam inalterados,

considerando-se a publicação de 2015, com 15,4 anos esperados de escolaridade, contendo uma média de 7,6 anos de estudo. A figura 8 mostra a classificação do IDH dos países da América do Sul, de modo que podemos compreender como se dá o resultado de cada país pelo seu valor adquirido em 2014. Em seguida, a figura 9 expõe o IDH de cada unidade da federação (UF).

Figura 8 - IDH dos países da América do Sul

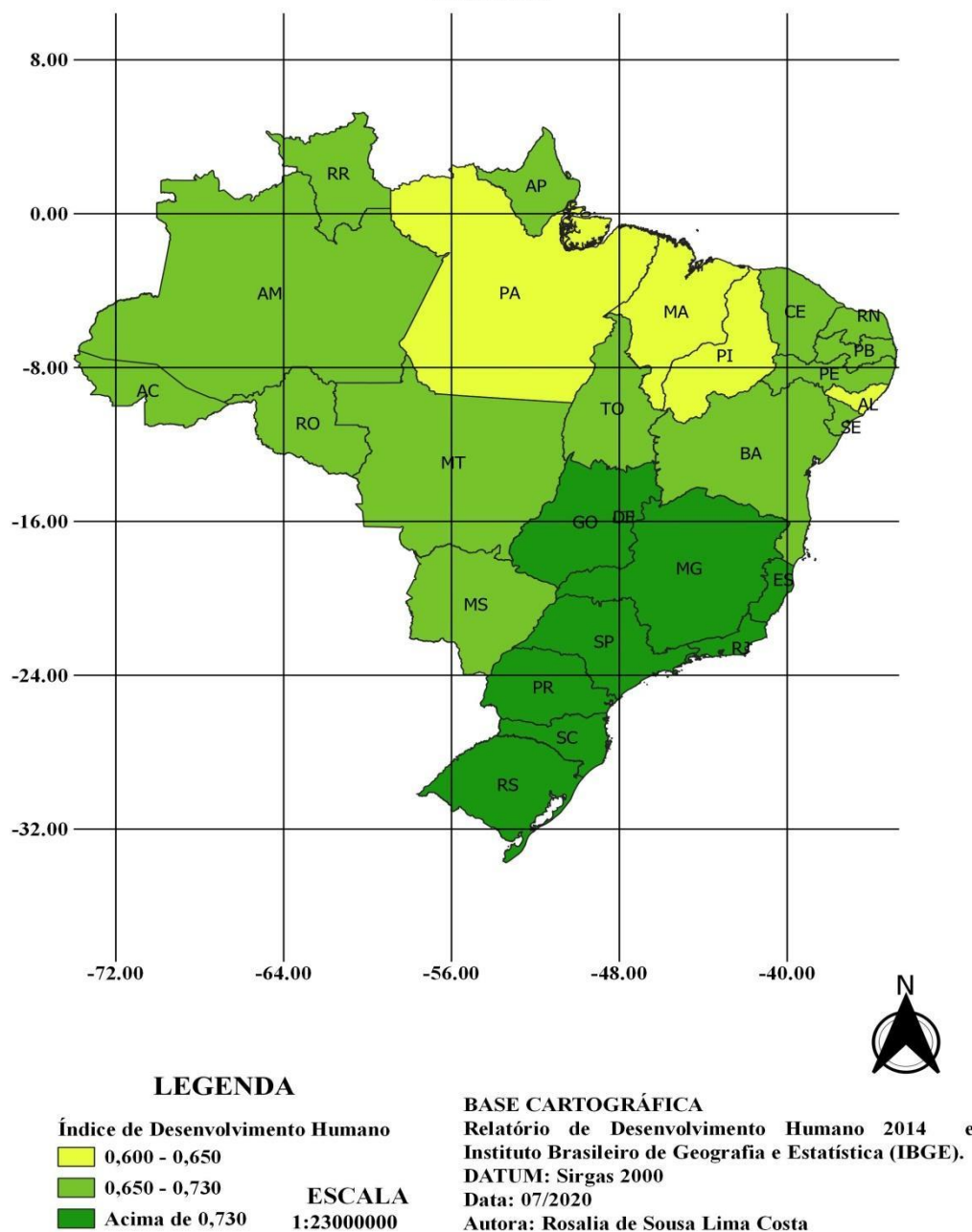
Classificação do IDH dos países da América do Sul - Ano 2014.



Fonte: Autora (2020)

Figura 9 - IDH das Unidades da Federação

**Classificação do IDH do Brasil por Unidade da Federação -
Ano 2014**



Fonte: Autora (2020)

Na análise do IDH por estado, entre as vinte e sete (27) unidades da federação (UF), o Tocantins obteve em 2010 o valor de 0,699, sendo colocado na 14ª posição e

classificado na faixa de desenvolvimento humano médio. Os resultados por dimensões de análises demonstram o valor da longevidade, índice de 0,793, seguido de renda, índice de 0,690, e de educação, índice de 0,624.

O IDH-M tem a função de compreender a complexidade das condições de vida das populações municipais. De acordo com o PNUD, o IDH-M é uma análise mais local da renda, educação e longevidade, perfazendo assim uma junção de dados que determinam o valor do IDH dos municípios. O IDH-M é composto dessa forma, para melhor organização e adequação das políticas públicas municipais, sendo regidas pelos mesmos princípios de coletas do IDH. Nesse aspecto, ele calcula o índice de desenvolvimento humano dos 5.565 municípios do Brasil, contendo, até o momento, três publicações, as quais são divulgadas por meio da plataforma do Atlas de Desenvolvimento Humano¹⁴. A criação do indicador brasileiro está sob a responsabilidade do PNUD, órgão global, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão público federal e a Fundação João Pinheiro, órgão público do Estado de Minas Gerais. A perspectiva de criação do IDH-M se dá ao entendimento de realizar comparações entre os municípios brasileiros, no sentido que o ranking do IDH-M possa estimular formuladores e implementadores de políticas públicas, nos âmbitos municipais, tendo como prioridade a melhoria de vida das pessoas (PREARO; MARACCINI; ROMEIRO, 2014).

O IDH-M analisa os critérios voltados à dimensão renda (IDHM-R), à dimensão longevidade (IDHM-L) e à dimensão educação (IDHM-E). A dimensão longevidade analisa a esperança de vida ao nascer. Diante disso, Prearo, Maraccini e Romeiro (2014, p. 139) argumentam que no IDHM-L “a esperança de vida ao nascer [...] tem como objetivo considerar o nível e a estrutura de mortalidade de uma população”. A dimensão longevidade, compreendida pela esperança de vida ao nascer, mostra o número médio de pessoas nascidas nos municípios, compreendendo o ano de referência, as condições de mortalidades existentes, sintetizando assim as condições de saúde e salubridade, de modo que, quanto mais mortes ocorrerem nas faixas etárias precoces, menor será a expectativa de vida de seus habitantes (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005).

Prearo, Maraccini e Romeiro (2014, p. 140) sustentam que no IDHM-R “a variável que compõe o índice é a renda municipal *per capita* (renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado município em reais)”. Em concordância,

¹⁴ Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/>

Guimarães e Jannuzzi (2005, p. 82) consideram ainda que “a Dimensão Renda é apontada pela Renda Municipal *per capita*, que indica a renda média dos indivíduos residentes no município e é expressa em reais”. A variável realiza a soma da renda de todos os residentes, dividindo-a pelo número de residentes, inclusive das pessoas que não possuem suas rendas registradas.

O IDH analisa a dimensão educação com a média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados. De acordo com a realidade nacional, Prearo, Maraccini e Romeiro (2014, p. 140) afirmam que “a dimensão Educação do IDH-M é a que mais difere em termos conceituais e metodológicos do IDH e sofreu modificações ao longo desses anos de publicação”. O relatório do atlas de desenvolvimento humano no Brasil informa que para a obtenção dos dados do IDH-M são utilizadas informações dos censos demográficos do IBGE, tendo a média geométrica de dois componentes que resultam o IDHM-E e para isso:

Considera, com peso 1, a escolaridade da população adulta, medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e, com peso 2, a adequação do fluxo escolar da população jovem, medida pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo (IPEA, 2014, p. 13).

No intuito de compreender os critérios utilizados para o IDHM - Educação é pertinente considerar que na perspectiva de medir a situação da vida da população na idade escolar, o IDH-M utiliza quatro (4) critérios, com o intuito de compreender até que ponto as crianças e os jovens estão frequentando a escola, bem como complementando a conclusão dos anos de estudos, resultando no subíndice de fluxo escolar da população mais jovem. Essas ações voltadas à educação buscam trazer maior confiabilidade ao critério avaliado (PREARO; MARACCINI; ROMEIRO, 2014).

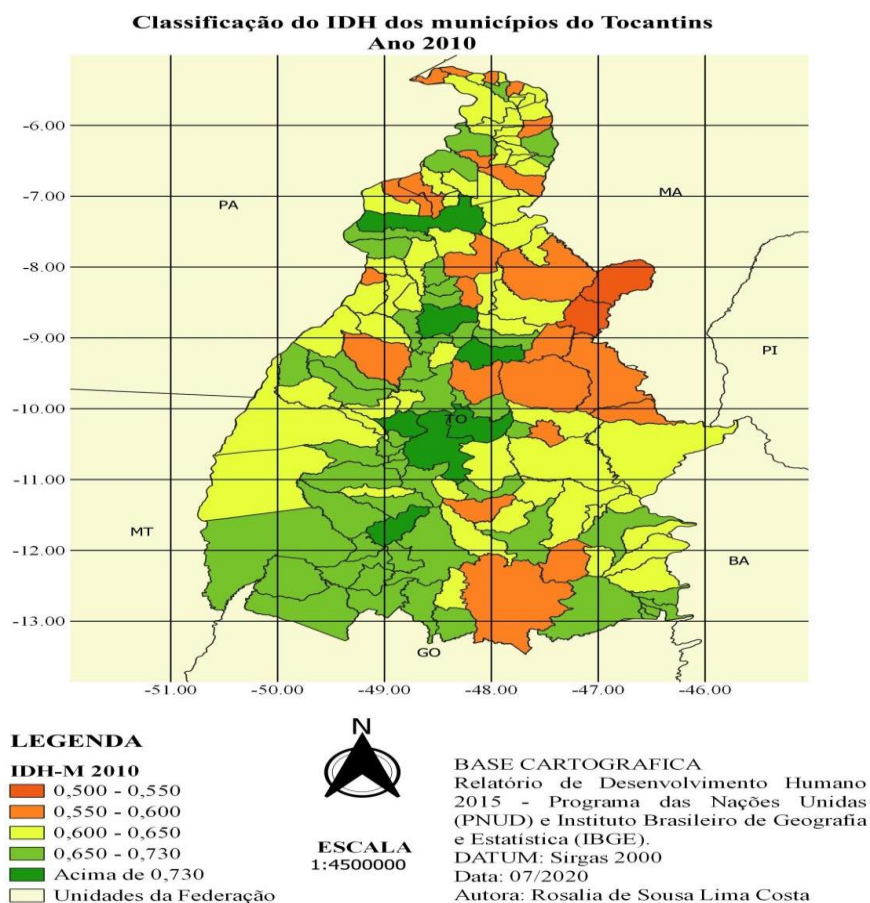
Nesse contexto, Guimarães e Januzzi evidenciam que para obter o resultado do IDHM-E são computadas informações sobre:

- a) Taxa de alfabetização das pessoas acima de quinze anos de idade (peso 2): Esse indicador traduz a proporção de pessoas com mais de quinze anos de idade consideradas alfabetizadas, em relação à população total de mais de quinze anos de idade. Baseia-se no direito constitucional de todo brasileiro a ter acesso às oito séries do Ensino Fundamental que, pelo calendário normal, se encerrariam aos quatorze anos de idade, quando o indivíduo estaria apto a ler e escrever um bilhete simples.
- b) Taxa bruta de *frequência* à escola (peso 1): Com esse indicador pretende-se aferir a parcela da população do município que vai à escola em comparação com a população municipal em idade escolar. Resulta do somatório das pessoas (independentemente a idade) que *frequêntam* os três

níveis de ensino (fundamental, médio e superior), dividido pela população na faixa etária de sete a 22 anos. Essa faixa etária, por sua vez, tem como indicativo o próprio calendário do Ministério da Educação segundo o qual a maioria da população deveria estar envolvida no processo de aprendizagem entre as idades de sete (quando a criança deve iniciar o primeiro ciclo do Ensino fundamental) e 22 anos (quando da conclusão do ensino superior). (2005, p. 82).

Os dados de análises do IDH-M podem variar de 0 a 1, e os subíndices são os mesmos, de modo que podem ser utilizados outros parâmetros de classificação, tais como: muito baixo (0 a 0,499); baixo (0,500 a 0,599); médio (0,600 a 0,699); alto (0,700 a 0,799) e muito alto (0,800 a 1). A figura 10 mostra o IDH de todos os municípios do Tocantins, do ano 2010, evidenciando seus valores adquiridos e suas classificações.

Figura 10 - IDH dos municípios do Tocantins



Fonte: Autora (2020)

2.2 O IDH-M DE CAMPOS LINDOS: A ANÁLISE DE SUAS VARIÁVEIS

O IDH é de grande relevância para os países, estados e municípios, com a perspectiva de permitir que os territórios identifiquem os quesitos que apresentam graus

de deficiências e possam, assim, traçar estratégias, planos e metas com o intuito de melhorá-los. A presente seção tem como objetivo discutir os resultados do IDH-M de Campos Lindos, de modo que possamos compreender, a partir dos dados apresentados, tanto as variáveis como os critérios que mais concorrem para que os índices sejam baixos.

Quando da primeira coleta de dados do censo do IBGE, em 1991, o município de Campos Lindos havia sido criado recentemente. Mesmo diante desse contexto, como cumprimento da ação do recenseamento, os dados foram coletados no novo território. Nos três registros do resultado IDH-M houve um crescimento efetivo da média geral do índice, evidenciando que o IDH-M entre 1991 e 2000 alcançou um crescimento de 0,205, e que entre 2000 e 2010 esse crescimento obteve um pequeno decréscimo, de 0,201.

Em análise à realidade de Campos Lindos, o IDH-M foi divulgado no nível baixo, colocando o município no 138º lugar no ranking dos 139 municípios tocaninenses. O quadro 4 explicita os dados numéricos das três medições do IDH-M local e traz em detalhes os números das dimensões individualmente e por ano.

Quadro 4 – Exposição dos componentes do IDH-M Campos Lindos - TO, em 1991, 2000 e 2010

Componentes do IDH-M	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,553	0,607	0,738
Esperança de vida ao nascer	58,16	61,44	69,25
IDHM Renda	0,480	0,527	0,578
Renda per capita	158,54	211,95	292,64
IDHM Educação	0,010	0,126	0,377
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	0,33	10,66	33,65
% de 5 a 6 anos na escola	5,96	16,39	45,22
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	1,76	27,10	68,93
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	-	9,22	31,05
% de 18 a 20 anos com médio completo	-	1,76	14,15
Resultado do IDH- M	0,138	0,343	0,544

Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2010), organizado pela autora.

A análise do IDHM-L comprova que a esperança de vida ao nascer aumentou, tendo, em 1991, uma média de 58,16 anos de vida; em 2000 a média foi de 61,44; no relatório de 2010, a expectativa de vida da população atingiu a média de 69,25 anos. A diferença no crescimento do resultado da dimensão é de 0,185. Em percentuais, o crescimento do IDHM-L foi de 16% entre os anos de 1991 e 2010.

A dimensão do IDHM-R analisa a renda *per capita* da população em reais (R\$). Os dados mostram que em Campos Lindos houve o crescimento da renda, de 158,54, em 1991, para 211,95, em 2000, e 292,64, em 2010. A diferença no crescimento do resultado da dimensão é de 0,098. A renda *per capita* teve um aumento de 54% de 1991 para 2010. Registramos que nessa dimensão são utilizadas as informações relativas a todos os trabalhadores que participaram do recenseamento do IBGE.

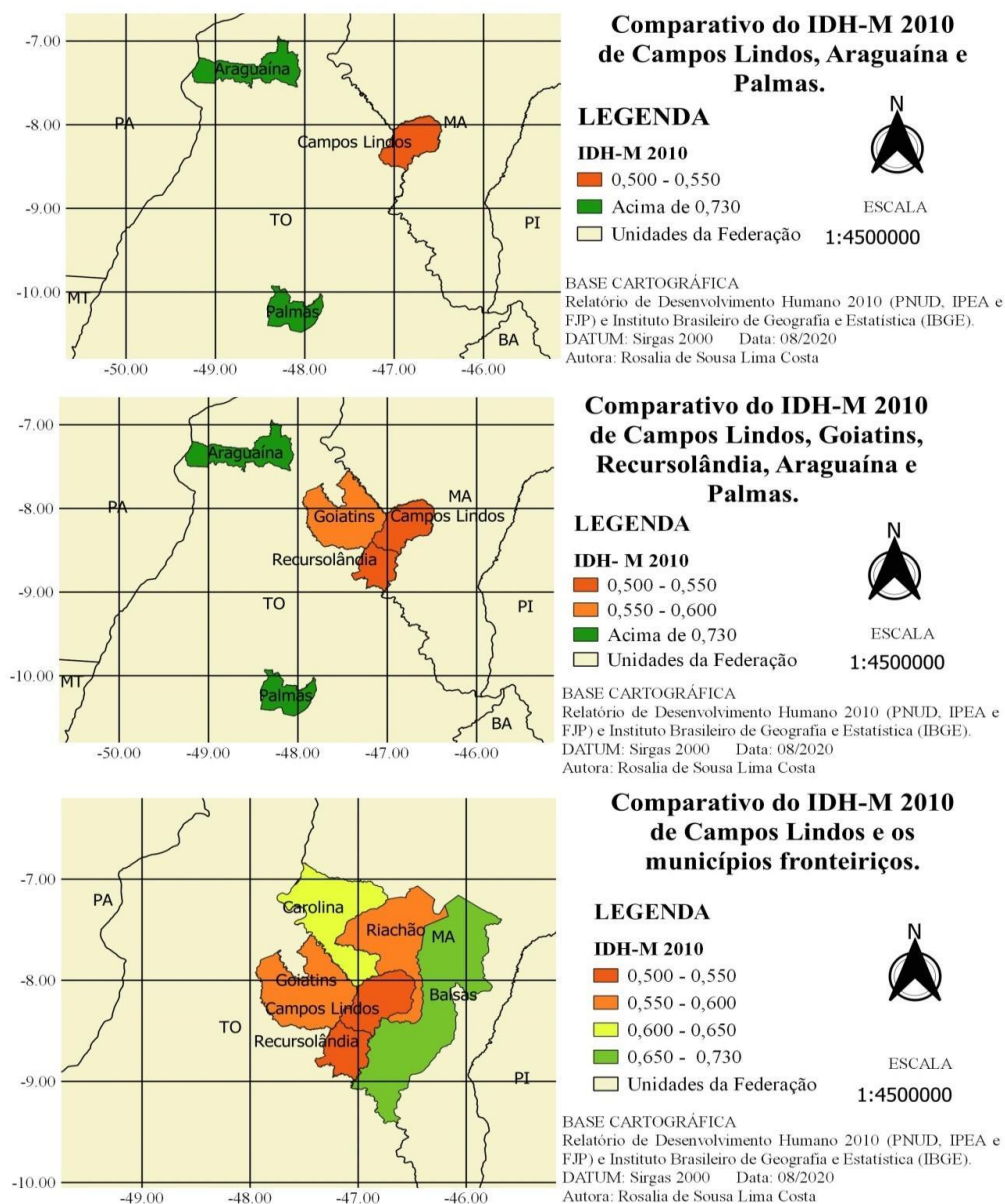
Os dados obtidos para o resultado do IDHM-E mostram um crescimento mais lento no desenvolvimento educacional local. Em análise, é possível visualizar no quadro 4 que a educação iniciou, em 1991, com o resultado mais negativo dos três critérios analisados. No referido ano, foi realizado o registro de 0,010, seguindo para 0,126, em 2000, e para 0,377, no ano de 2010.

O índice teve um crescimento de 33,32% quanto ao número de pessoas com 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo, enquanto no censo de 1991 esse público era de 0,33%. O maior crescimento se refere às pessoas com idade entre 11 e 13 anos que estavam nos anos finais do ensino fundamental regular/seriado ou com o ensino fundamental completo, obtendo-se assim 67,17%, de pessoas que não concluíram o ensino fundamental com a idade normal.

Diante à realidade, a maior preocupação se dá em relação às pessoas com idade apropriada a frequentarem a EJA, sendo que de 2000 para 2010 a diferença de crescimento foi acima de 21% para o público de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e 12,39% para jovens de 18 a 20 anos com médio completo, nos respectivos anos. A análise dos dados do IDHM-E evidencia que são os percentuais que envolvem jovens e adultos que estão concorrendo para um crescimento mais lento dos índices da educação. E o resultado negativo faz com que o IDH-M alcance um valor mais baixo. Quando nos voltamos à realidade de outros municípios do Tocantins, fica claro o lento crescimento dos índices, considerando a sua realidade econômica e financeira. A figura 11 retrata o IDH-M de Palmas, a capital do Tocantins, de Araguaína, o polo regional a qual pertence a área estudada, todos os municípios que são fronteiriços com Campos

Lindos, como Goiatins e Recursolândia, que pertencem ao Estado do Tocantins, bem como os municípios do Maranhão, Balsas, Riachão e Carolina.

Figura 11 - IDH – M de Campos Lindos, Palmas, Araguaína, Goiatins, Recursolândia, Carolina, Riachão e Balsas



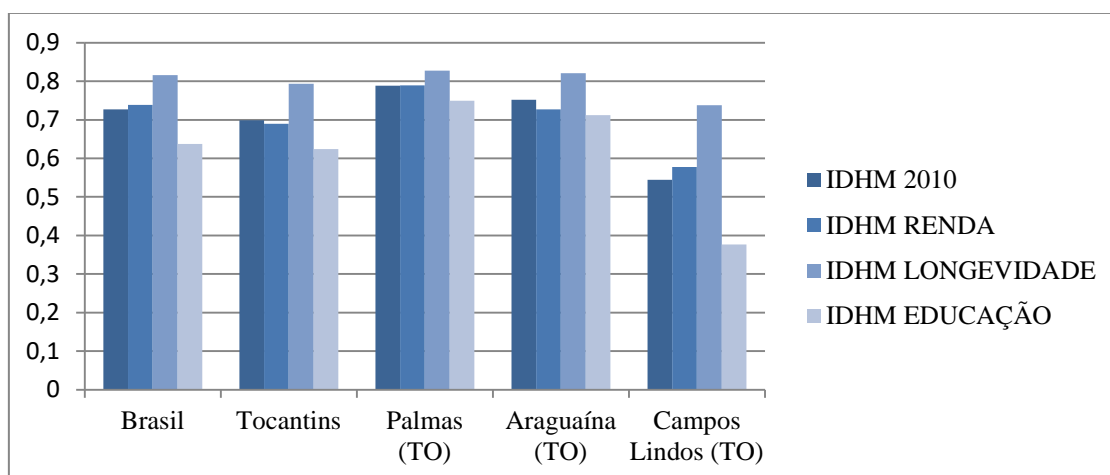
Fonte: Autora (2020)

2.3 IDH-M DE CAMPOS LINDOS E INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO

Visando facilitar a compreensão dos números adquiridos pelo município no IDHM-E foi realizado um comparativo de dados numéricos entre as informações de

Campos Lindos referentes aos dados da média do Brasil, do Tocantins e especialmente das duas principais cidades tocantinesas, Palmas – a capital – e Araguaína – o polo regional. Essas informações, aqui destacadas por meio de dados do PNUD e IPEA, expressam que há uma grande diferença entre a realidade do crescimento do IDH-M em Campos Lindos e a realidade do Brasil, sendo elas de 0,260, 0,247, 0,372 e 0,335, respectivamente. Podemos analisar esse contexto no gráfico 5.

Gráfico 5 - IDH 2010 do Brasil, Tocantins e IDH-M de Palmas, Araguaína e Campos Lindos



Fonte: Atlas Brasil (2018).

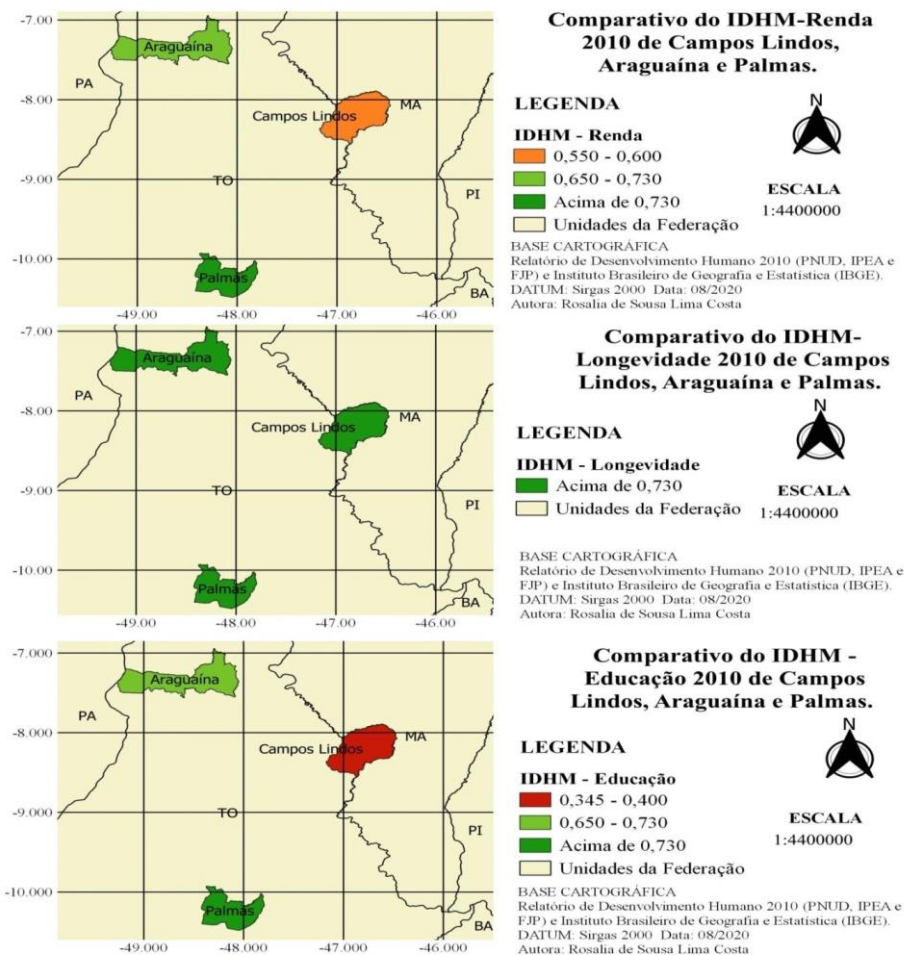
Por meio dos três censos realizados no município, é comprovado o crescimento do IDH-M, não podendo deixar de citar o grande avanço nos critérios da renda e da longevidade da população local. Destacamos que tanto o IDHM-R como o IDHM-L atingiram, em 2010, valores considerados médio desenvolvimento. É possível afirmar que, mediante as análises dos dados, o principal quesito que contribui para que os índices de Campos Lindos estejam no final do ranking tocantinense é o resultado do IDHM-E assim como ocorre no país, no Estado do Tocantins e nos municípios comparados, mas no contexto de Campos Lindos a diferença é mais expressiva.

Considerando os dados expostos no relatório, é possível compreender que Campos Lindos possui um resultado abaixo da média brasileira, do índice tocantinense e bem abaixo da realidade vivenciada por Palmas e Araguaína – os dois maiores IDH-M do Estado do Tocantins. A maior preocupação se dá pelo fato de que esse baixo resultado se estende aos três quesitos de análise: renda, longevidade e educação.

Na análise da dimensão educação, no IDH-M, Palmas apresenta resultado acima da média brasileira e tocantinense, bem como do município de Araguaína. O resultado

de Araguaína está visivelmente positivo, de modo que a diferença entre Araguaína e Campos Lindos foi em torno de 0,355 e o IDHM-E de Campos Lindos está próximo da metade da média de Palmas, conforme está representado na figura 12.

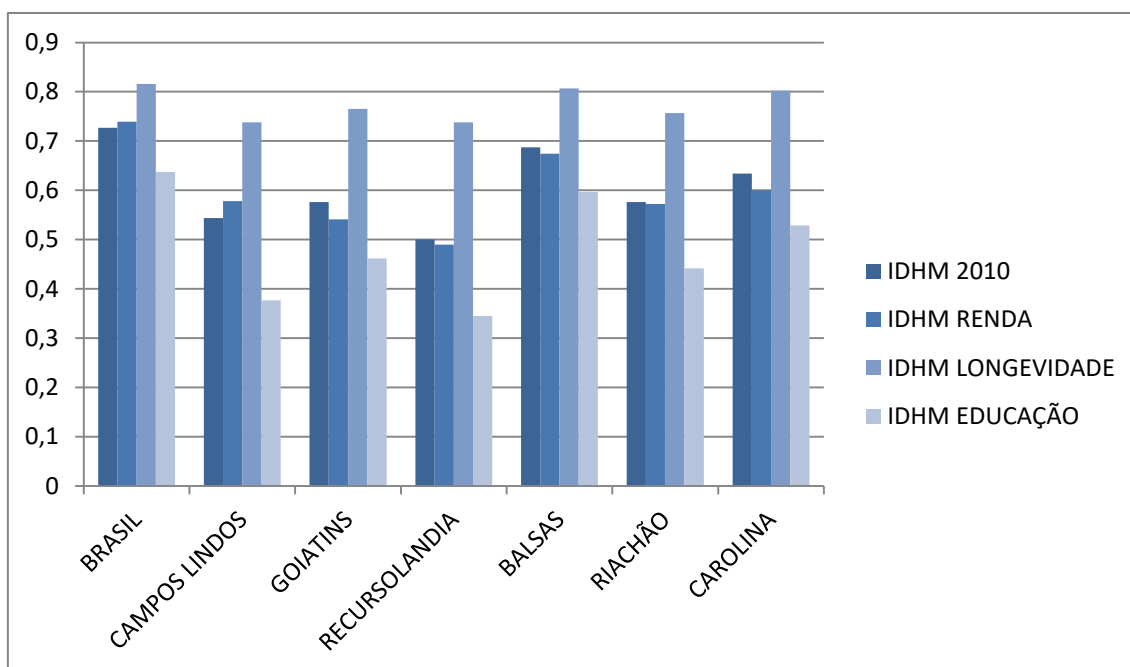
Figura 12 - Variáveis do IDH-M de Campos Lindos, Araguaína e Palmas.



Fonte: Autora (2020)

No intuito de entender a realidade do IDH-M de Campos Lindos, foi realizada a análise dos dados dos municípios mais próximos, as quais fazem limite com o município, conforme está exposto no gráfico 6. O estudo faz um comparativo entre os dados do Brasil, Campos Lindos, Goiatins, Recursolândia, Balsas, Riachão e Carolina, estes três últimos pertencentes ao Estado do Maranhão.

Gráfico 06 - IDH 2010 do Brasil e IDHM de Campos Lindos e os municípios fronteiriços



Fonte: Atlas Brasil (2020).

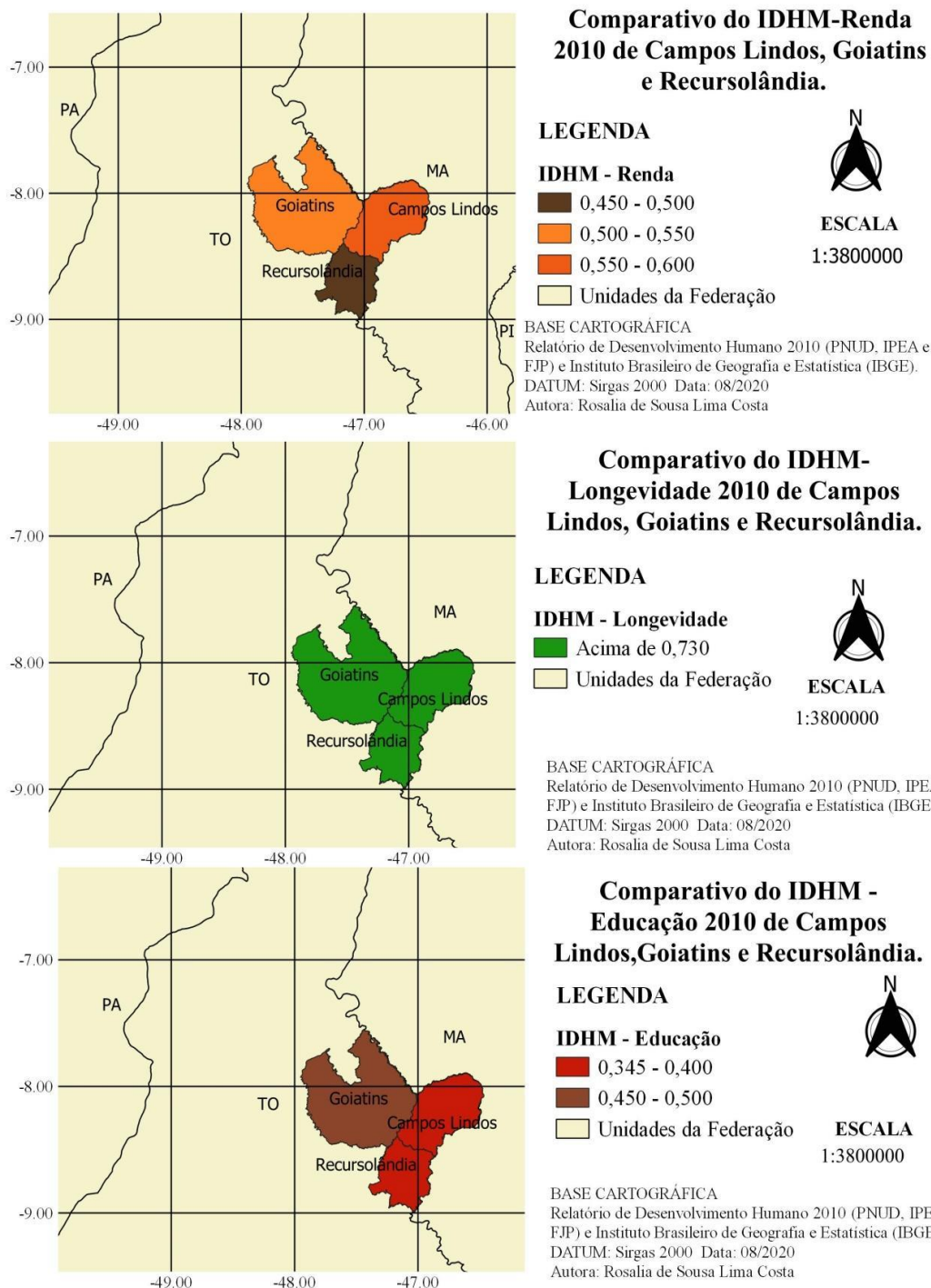
O gráfico acima nos remete a uma situação bem mais preocupante, pois Campos Lindos está com o IDHM acima apenas do município de Recursolândia, município que está no 139º lugar no Estado do Tocantins.

A dimensão renda, na análise entre os seis municípios, Campos Lindos está com um resultado acima da média dos dois municípios fronteiriços, do Tocantins, sendo Goiatins e Recursolândia. Na fronteira maranhense, Campos Lindos está com o IDHM - Renda igualitário à Riachão, mas com um resultado inferior à de Carolina e de Balsas. Sabendo-se que a cidade de Carolina possui bons indicadores sociais e econômicos baseados no turismo local e não na produção de soja (*GREENPEACE*, 2019).

Na análise da variável longevidade, o município de Campos Lindos e todos os seus municípios fronteiriços atingiram um resultado positiva nessa variável. Os seis municípios obtiveram uma nota acima de 0,730.

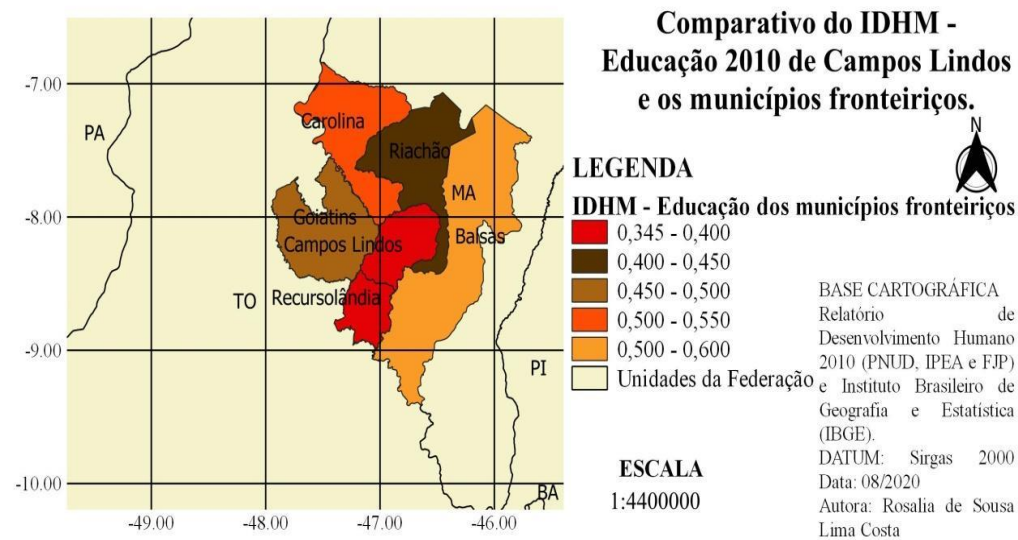
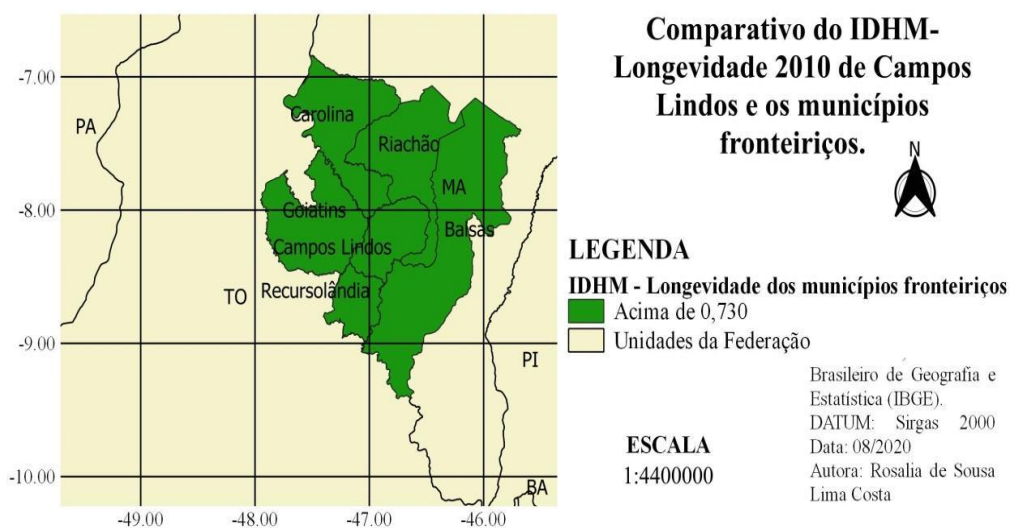
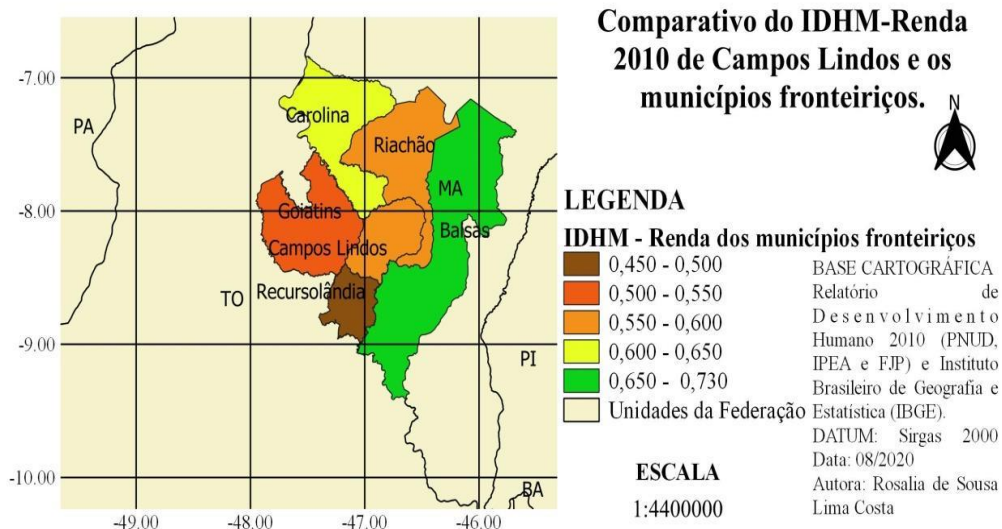
Na perspectiva do IDHM - Educação, o município de Campos Lindos está acima apenas da realidade de Recursolândia, uma vez que o resultado camposlindense foi de 0,377 diante de 0,345 adquiridos pelo município vizinho. Nesse contexto, o município de Campos Lindos e Recursolândia estão bem abaixo das notas adquiridas por Goiatins e pelos municípios maranhenses, conforme são retratados nas figuras 13 e 14.

Figura 13 - Variáveis do IDH-M de Campos Lindos, Goiatins e Recursolândia.



Fonte: Autora (2020)

Figura 14- Variáveis do IDH-M de Campos Lindos e dos municípios fronteiriços.



Fonte: Autora (2020)

Analisando em números, o valor de 0,377 de Campos Lindos em 2010, podemos compreender que o baixo resultado é muito influenciado pela condição do público que possui idade para ser inserido na EJA. Nos dados expostos anteriormente, no quadro 4, está especificado que, em 2010, Campos Lindos obteve índice de 31,05% de jovens de 15 anos com o ensino fundamental completo. Isso significa que 68,95% não concluíram essa modalidade.

Diante das informações expostas no IDHM-E, 85,85% das pessoas com 18 anos de idade ou mais estavam, segundo os dados de 2010, sem concluir o ensino médio. Esses dados são negativos para a evolução e crescimento do IDH-M de Campos Lindos, evidenciando que o problema não é o IDH-M, mas a forma de condução das ações da educação camposlindense. Nesse contexto, compreende-se que a implementação das políticas ocorre diante das possibilidades de agentes colocá-las em ação, de modo a potencializar ou criar barreiras para a sua efetividade e oferta à sociedade (JANUZZI, 2002).

Com a análise das variáveis do IDH-M, torna-se evidente que a educação de Campos Lindos necessita ampliar as ações, com a perspectiva de elevar o crescimento do percentual de jovens e adultos, de modo que eles possam concluir o ensino fundamental e o ensino médio. Diante da realidade do desempenho da variável educação, é necessário um planejamento de ações dentro do sistema educacional das duas redes de ensino, desenvolvendo assim meios que possibilitem aos sujeitos que possuem idades para estar frequentando a educação de jovens e adultos condições de concluir a educação básica, com vistas ao avanço dos índices da educação nas próximas análises do IDH-M.

2.4 A ESTRUTURA EDUCACIONAL DE CAMPOS LINDOS – UM DOS FATORES QUE COMPROMETEM A EDUCAÇÃO PÚBLICA LOCAL

É pertinente discutirmos sobre a estrutura educacional de Campos Lindos para que possamos compreender por que o seu IDH-M está como penúltimo colocado no *ranking* do Estado de Tocantins. A população de Campos Lindos enfrenta um grande problema, que é falta de oferta do ensino infantil para as crianças de 0 a 4 anos de idade.

Diante do crescimento populacional, a cidade não possui uma creche para atender às crianças que têm esse direito assegurado pela CF, LDB e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas que a ela não têm acesso devido ao fato de não haver um

prédio e mobiliários adequados às necessidades de seu público-alvo, além da falta de gestão da educação quanto aos primeiros anos do ensino infantil. Nesse contexto, evidentemente que a educação infantil foi uma conquista recente, baseado no tempo histórico brasileiro, de modo que essa conquista enfrenta muitas fragilidades, em face a sua efetivação e realidade contextual da educação pública brasileira (CAMPOS; BARBOSA, 2016).

Visando a atender ao comando do art. 208 da CF, o qual assegura que é dever do Estado ofertar o ensino infantil, creche e pré-escolas para as crianças de 0 a 5 anos, considerando que a Emenda Constitucional nº 59/2009 tornou obrigatória a educação básica a partir dos quatro anos de idade e tendo em vista, ainda, o déficit histórico no provimento de vagas para crianças de 0 a 5 anos nas redes municipais de ensino, o governo federal priorizou o atendimento à construção de creches, com o Programa Proinfância, instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, sendo uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação. O Projeto Proinfância oferta modelo de projeto padrão de educação infantil em quatro tipos: tipo 1, tipo 2, tipo B e tipo C.

De acordo com o Proinfância, o modelo tipo 1 têm capacidade de atendimento de até 376 crianças, em dois turnos (matutino e vespertino), ou 188 crianças em período integral. O projeto tipo 2 tem capacidade de atendimento de até 188 crianças, em dois turnos (matutino e vespertino), ou 94 crianças em período integral. O tipo B tem capacidade de atendimento de até 224 crianças, em dois turnos (matutino e vespertino), ou 112 crianças em período integral e o modelo do tipo C tem capacidade de atendimento de até 120 crianças, em dois turnos (matutino e vespertino), ou 60 crianças em período integral (BRASIL, 2011).

Campos Lindos, em 2011, foi contemplado com obra de uma creche, modelo tipo B, sendo considerada “ideal a implantação das escolas do Tipo B em terreno retangular com medidas de 40 m por 70 m e declividade máxima de 3%” (BRASIL, 2011, [n. p]). Com a contemplação do programa e com os recursos começando a ser creditados, o prefeito municipal da época, escolheu um terreno para a construção, localizado na parte central da cidade, na principal avenida, próxima ao posto de saúde e na região de ruas asfaltadas, visando facilitar o acesso de a toda população.

A obra foi iniciada em meados de 2012, dentro de um período de campanha eleitoral municipal, no qual o próprio prefeito era candidato à reeleição. Como ele não conseguiu êxito na corrida eleitoral, as ações rápidas para a construção só aconteceram

até o mês de novembro daquele ano, levando o prédio a ter paredes e ser coberto de telhas, ficando, a partir daí, praticamente abandonado, figuras 15, 16, 17 e 18.

Figura 15 - Fachada da construção inacabada da creche do Proinfância em Campos Lindos



Fonte: Autora (2020).

Figura 16 - Paredes sem acabamentos na creche



Fonte: Autora (2019).

Figura 17 - Área interna da creche



Fonte: Autora (2019).

Figura 18 - Área de circulação sem acabamentos na creche



Fonte: Autora (2019).

De acordo com informações no site do FNDE, já foi repassado para os cofres do município, entre 2012 e 2019, um valor de R\$ 784.131,10 (setecentos e oitenta e quatro mil, cento e trinta e um reais e dez centavos). As informações comprovam ainda que o recurso está sendo gasto; no entanto, o que podemos visualizar nas figuras é que a construção, iniciada em 2012, não está próxima de ser concluída. Ela contém apenas o

levantamento de paredes e a cobertura com telhas, em parte da obra, reboco em alguns cômodos prontos e não há, de acordo com informações da SEMEC, prazos estabelecidos para que seja concluída a obra.

Por outro lado, conforme informações da mídia tocantinense, tal como nos mostram as figuras 19 e 20, em 2014, a SEDUC articulou com os municípios, a transferência do ensino fundamental – anos iniciais –, compreendida como a municipalização do ensino fundamental no Estado do Tocantins, segundo assegura a LDB. Entretanto, diante da realidade estrutural de Campos Lindos, a articulação para a oferta do ensino infantil na cidade, que de acordo com a LDB, é modalidade de responsabilidade exclusiva dos municípios, não seguiu critérios importantes, como um estudo da infraestrutura das escolas municipais, bem como da Escola Municipal José Edimar de Brito Miranda, para que ela se tornasse totalmente responsável por todo o ensino fundamental inicial na sede do município.

Figura 19 - Site oficial da Secretaria de Comunicação do Tocantins informando decisões sobre a municipalização

The image shows a screenshot of the website of the Tocantins Secretary of Communication. The main headline reads "Municipalização das séries iniciais será acompanhada por comissão" with a sub-headline "11/04/2014 - Núbia Delana Mota / Ascom Seduc". The article text states that the Secretary of State of Education and Culture (Seduc) has created a special commission to guide and analyze the municipalization process of the initial series of elementary education in municipalities that have already signed or are in the process of signing agreements. The commission's goal is to accompany all steps of the municipalization and provide necessary support to the municipalities. The commission will accompany the regularization of municipalized schools or those in the process of municipalization, focusing on teaching performance, accountability, and asset management, according to the president of the commission and supervisor of the Decentralized Resources Sector, Stelmariá Barbosa Sena. The commission is formed by Seduc staff from facilitation, human resources, patrimony, legal, and municipal assistance departments, aiming for transparency in the process. It is a multi-sectorial team working based on legislation and normative resolutions, always prioritizing student well-being. The municipalization process complies with the National Education Guidelines and Bases Law (LDBEN - 9394/96), which assigns responsibility for the initial series of elementary education to the municipality. In Tocantins, this process has been ongoing since 2011, with 30 schools already municipalized in 23 municipalities and 120 teaching units in 60 municipalities.

Fonte: Mota (2014).

<https://secom.to.gov.br/noticias/municipizacao-das-series-iniciais-sera-acompanhada-por-comissao-184399/>

Figura 20 - Notícia de site sobre a formação da comissão que irá organizar o processo de municipalização do ensino fundamental no Tocantins

Municipalização das séries iniciais do ensino fundamental

18/01/2014 - 19:24

Twitter

Compartilhar 0

Curta

Cadastre-se para ver do que seus amigos gostam.



O Governo do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Educação e Cultura (Seduc) vem realizando, desde 2011, o processo gradual de municipalização na oferta das séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 4º ano), o que é realidade em muitos estados brasileiros em atendimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Ldben – 9394/96).

Art. 11º. Os municípios incumbir-se-ão de:

V – Oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, e com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino.

Parágrafo Único: os municípios poderão optar ainda por se integrar ao sistema de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

A municipalização é o conjunto de atos pelo qual estado e municípios, num pacto de colaboração, firmam acordo com a finalidade de garantir o desenvolvimento de determinadas atividades de ensino. No Tocantins, o processo se dá pela transferência do estado aos municípios a responsabilidade do ensino em uma ou mais escolas, ou, até, mesmo de uma etapa integral de educação escolar, como é o

Fonte: Surgiu (2014).

<http://surgiu.com.br/2014/01/18/municipaliza%C3%A7%C3%A3o-das-s%C3%A9ries-iniciais-do-ensino-fundamental>.

Diante disso surgem dois questionamentos: Por que o poder público municipal não conseguiu realizar a conclusão da creche de Campos Lindos? É possível uma rede de ensino que não está conseguindo cumprir com a sua obrigatoriedade em ofertar o ensino infantil ser responsabilizada pela oferta total do ensino fundamental?

Uma das observações a serem feitas, pela própria SEDUC, dentro do processo de municipalização, tem a ver com as condições da estrutura física da escola da sede do município. As narrativas das reportagens afirmam que haveria doações de prédios públicos, se houvesse necessidade; no entanto, em Campos Lindos, não houve essa possibilidade de o estado doar. Evidentemente não foram feitas melhorias condizentes com a realidade da população escolar para o recebimento total do ensino fundamental na rede municipal. Essa omissão nos prova mais uma vez que os interesses do Estado do Tocantins não são de proporcionar uma educação com um mínimo de qualidade, mas repassar a responsabilidade do ensino fundamental para os municípios, igualando em condição de recebimento da modalidade os que estão com estrutura física adequada e aqueles que não estão sem sequer consultar a população sobre essa tomada de decisões.

2.4.1 Espaços físicos e estruturais da Escola Municipal de Campos Lindos

A unidade escolar da rede municipal, situada na sede do município, é a que recebe a maior parte dos alunos do ensino fundamental da cidade e das chácaras em seu entorno. A escola está localizada na parte mais nova da cidade, no entanto, está posicionada na área em que há menos investimentos estruturais, tais como calçamento, esgoto, coleta adequada de lixo e iluminação pública.

A unidade de ensino possui uma infraestrutura insuficiente para a crescente demanda de alunos que a frequenta, como iluminação adequada nas salas de aulas, banheiros em funcionamento, ventilação nos espaços das salas de aulas, biblioteca e sala de informática para estudo e pesquisa de alunos e demais profissionais, área de ligação entre os pavilhões do prédio e área de circulação para os momentos de recreação dos alunos. É pertinente informar que o prédio foi construído, em meados de 1990, para sediar a prefeitura da cidade, nos seus anos iniciais. Com o crescimento da cidade, foi construída uma nova prefeitura, e o prédio foi destinado para a implantação da escola municipal da sede do município, a partir de 2001.

No decorrer do crescimento populacional da cidade, e com o aumento da demanda de alunos no município, a escola começou a ser ampliada. Cada nova administração da cidade realizou uma pequena obra na escola. Essas construções causam muita preocupação para a comunidade escolar e local pelo fato de não haver nenhum estudo voltado à realidade estrutural desse prédio, tampouco acompanhamento por parte de profissionais de engenharia quando da realização das ampliações. Todo o trabalho fica a cargo de pedreiros e serventes que realizam a obra.

As figuras 21 e 22 mostram a vista parcial do prédio no período em que foi realizado o presente estudo.

Figura 21 - Vista da entrada principal do prédio da escola municipal na sede de Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

Figura 22 - Lateral do prédio; acesso à rua 05



Fonte: Autora (2019).

O prédio é composto de quatro pavilhões, utilizados para salas de aulas e um pavilhão construído para sediar a secretaria da escola, sala de professores, sala da coordenação pedagógica, sala da direção, todas climatizadas, sendo conhecido dentro da escola como o bloco administrativo. Nesse bloco ficam a cozinha e o depósito para a merenda escolar e dois banheiros disponibilizados para os servidores, no entanto, há alunos que o utilizam devido à facilidade de acesso para alunos. A merenda escolar é servida em um pequeno espaço do mesmo bloco. Na área externa da escola não há calçamento, e a jardinagem é restrita. Um dos principais problemas enfrentados pela comunidade escolar diz respeito à circulação dentro do prédio. Não há áreas adequadas de ligação de um pavilhão para outro, não há calçadas e, nos períodos chuvosos, os professores, alunos e demais funcionários precisam se molhar para se movimentar dentro do órgão.

O espaço é utilizado para abrigar todos os alunos que são matriculados na rede. A maioria das salas de aulas não possui pisos de cerâmica, não há forro, para favorecer a manutenção da limpeza, além de os sistemas internos de ventilação e iluminação serem precários. O número de banheiros funcionando é inadequado e insuficiente para atender a uma demanda de, em média, 1.000 (mil) alunos por dia. As figuras 23, 24, 25 e 26 mostram o espaço interno da escola municipal.

Figura 23 - Sala de aulas da escola municipal

Figura 24 - Bloco administrativo, sem nenhuma área de ligação com os demais pavilhões



Fonte: Autora (2020).



Fonte: Autora (2020).

Figura 25 - Bloco de salas de aulas recém construídas sem área de ligação aos demais blocos

Figura 26 - Bloco de salas de aulas destinados à primeira fase do ensino fundamental



Fonte: Autora (2020).



Fonte: Autora (2019).

A escola possui uma quadra de esportes, que é utilizada não apenas para atividades voltadas ao esporte das turmas que ficam na sede da unidade de ensino, mas também para eventos pedagógicos e outros dos demais órgãos do poder público municipal. As figuras 27 e 28 mostram a estrutura da quadra escolar.

Figura 27 - Entrada da quadra da Escola Municipal José Edimar de Brito Miranda

Figura 28 - Área interna da quadra da Escola Municipal José Edimar de Brito Miranda



Fonte: Autora (2020).



Fonte: Autora (2019).

A unidade de ensino não possui uma sala de leitura ou biblioteca escolar. Os livros de apoio aos professores e aos estudantes ficam espalhados por algumas salas do setor administrativo da unidade escolar, dos quais muitos foram adquiridos com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Uma grande diversidade do acervo foi doada pelo Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE), havendo também vários títulos que foram obtidos por meio do Programa Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), de acordo com o que mostram as figuras 29, 30, 31 e 32.

Figura 29 – Livros armazenados na sala da coordenação do livro didático

Figura 30 – Livros alocados na sala da coordenação dos anos iniciais do ensino fundamental



Fonte: Autora (2019).



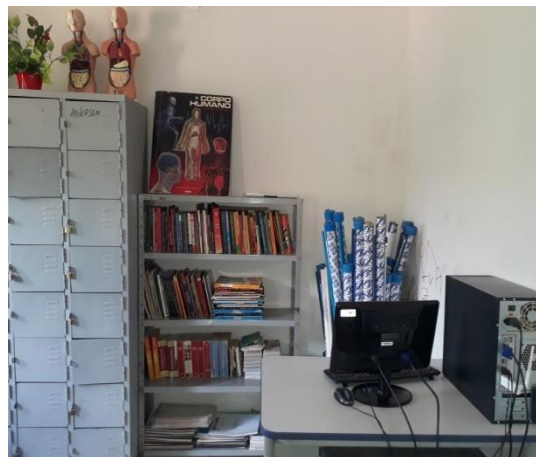
Fonte: Autora (2019).

Figura 31 - Livros armazenados na sala dos professores

Figura 32 - Livros armazenados na sala dos professores



Fonte: Autora (2019).



Fonte: Autora (2019).

Em se tratando do uso de tecnologias, não há sala de informática para professores e alunos na unidade de ensino. Os poucos computadores são destinados para os trabalhos organizacionais da secretaria da escola, com alguns deles disponibilizados para as coordenações, ficando os professores, ainda que estejam totalmente inseridos em sistema *online* da rede, sem um espaço específico com computadores, seja para seus estudos, seja para registros de aulas, seja para outra atividade relacionada à prática docente. Necessário destacar, ainda, que não há nenhum computador destinado ao uso dos alunos para realizar pesquisas ou para acompanhar seu rendimento escolar. Entretanto, a escola recebeu do MEC, entre os anos de 2006 e 2011, vários equipamentos destinados à implantação e à implementação de salas de informática completas para apoiar o desenvolvimento do trabalho pedagógico, por meio do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo).

O ProInfo tem a função de favorecer a utilização de tecnologia por alunos e professores nas unidades escolares. O programa, fundado em 1997, mais especificamente, foi criado pelo MEC, na perspectiva de promover o uso das tecnologias, dentro das escolas públicas brasileiras, como ferramentas voltadas à facilidade e enriquecimento pedagógico, favorecendo assim condições de acesso à informação tanto aos profissionais da educação, bem como aos alunos e a comunidade em geral. Diante disso, a partir de 2007, após a publicação do Decreto nº 6.300, o programa foi reestruturado para melhorar as condições de acesso de todas as escolas públicas da educação básicas, de todas as redes de ensino, no país (BRASIL, 2007, [n.p]).

No entanto, por falta de manutenção e até mesmo pela idade avançada dessas máquinas, os computadores não funcionam mais e passaram a ser armazenados como lixo tecnológico em alguns espaços da escola, conforme nos retratam as figuras 33 e 34.

Figura 33 – Computadores adquiridos por meio do ProInfo



Fonte: Autora (2019).

Figura 34 – Computadores adquiridos por meio do ProInfo



Fonte: Autora (2019).

Com base na perspectiva de compreender sobre as estruturas das escolas, no Brasil, não há uma exigência específica em leis educacionais, explanando sobre o modelo correto de estrutura física das escolas. Nesse contexto pode-se afirmar, numa visão educacional, que a infraestrutura escolar tem grande influência na qualidade da educação ofertada à sociedade (SATYRO; SOARES, 2007). Nesse entendimento compreende-se que:

Prédios e instalações adequadas, existência de biblioteca escolar, espaços esportivos e laboratórios, acesso a livros didáticos, materiais de leitura e pedagógicos, relação adequada entre o número de alunos e o professor na sala de aula e maior tempo efetivo de aula, por exemplo, possivelmente melhorem o desempenho dos alunos (SATYRO; SOARES, 2017, [n.p]).

A afirmação acima se baseia nos critérios que são utilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica, realizado anualmente em cada escola, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com bases de registros de dados e informações humanas e físicas existentes de cada unidade de ensino no país. O Censo Escolar avalia e classifica as estruturas físicas das escolas em quatro categorias, sendo elas: a estrutura elementar, a estrutura básica, a estrutura adequada e a estrutura avançada (NETO; JESUS; KARINO & ANDRADE, 2013, p.78).

Nesse contexto, uma escola tem uma “estrutura elementar quando possuem somente aspectos de infraestrutura elementares para o funcionamento de uma escola, tais como água, sanitário, energia, esgoto e cozinha”. As estruturas básicas ocorrem quando a escola já possui sala de diretoria e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora (NETO; JESUS; KARINO & ANDRADE, 2013, p.78).

As escolas adequadas possuem uma infraestrutura mais completa, o que permite um ambiente mais propício para o ensino e aprendizagem. Essas escolas possuem, por exemplo, espaços como sala de professores, biblioteca, laboratório de informática e sanitário para educação infantil. Há também espaços que permitem o convívio social e o desenvolvimento motor, tais como quadra esportiva e parque infantil. Nesse contexto, as escolas com estruturas adequadas possuem equipamentos complementares como copiadora e acesso à internet. As escolas avançadas possuem uma infraestrutura escolar mais robusta e mais próxima do ideal, com a presença de laboratório de ciências, dependências adequadas para atender estudantes com necessidades especiais, além de possuírem todas as especificações das escolas adequadas (NETO; JESUS; KARINO & ANDRADE, 2013, p.78).

No entendimento de que precisa receber todos os alunos do ensino fundamental, a gestão pública municipal aluga, anualmente, prédios privados para receber e acomodar todos os educandos. Entretanto, não há, sejam em edital, mural ou diário oficial, informações acessíveis acerca de licitações com vistas à efetivação dos aluguéis. Significa dizer que não estão explícitas as exigências, principalmente por parte do poder público municipal, quanto aos imóveis apresentarem condições estruturais para o desenvolvimento das atividades de ensino.

De acordo com informações registradas no portal AF Notícias, no portal de notícias da rede Globo no Tocantins (G1) e da Televisão Anhanguera (afiliada da rede Globo), a comunidade, representada por pais de alunos, realizou manifestações contra as condições nas quais se encontra o prédio alugado que é utilizado como extensão da Escola Municipal José Edimar de Brito Miranda, na zona urbana de Campos Lindos. Ainda que grupos de pais tenham procurado tanto a direção da escola quanto a SEMEC, não obtiveram êxitos em suas reivindicações. As figuras 35 e 36 mostram registro, por parte da mídia, de denúncias feitas por pais de alunos.

A preocupação dos pais, no momento das reivindicações, eram as péssimas condições de funcionamento dos banheiros, a falta de limpeza da caixa d'água, rachaduras em toda a estrutura predial, banheiros inadequados, salas de aula

improvisadas, entre outros problemas. As figuras 37 e 38 destacam a precariedade da estrutura física da unidade escolar. A narrativa das mães e pais, nos documentários que expuseram a denúncia, se dá em face da realidade de como estão as condições físicas do prédio, mediante a função dele que é de receber uma média de 350 alunos, das turmas de alfabetização e das séries iniciais do ensino fundamental. Sabe-se que as mães e pais que procuraram a mídia para denunciar as condições da escola de Campos Lindos estavam vivenciando o que é assegurado no artigo 5º da LDB que afirma que a educação básica é obrigatória e é um direito público subjetivo, de modo que qualquer cidadão (pai, mãe, responsáveis por e/ou alunos) têm o direito legal de cobrar junto ao Ministério Público, na perspectiva de exigir o direito de acesso e de melhorias (BRASIL, 1996, [n.p]).

Posteriormente à repercussão midiática, a gestão pública municipal realizou alguns reparos de extrema necessidade, cobriu as rachaduras dos banheiros e de alguns pontos da área externa e trocou a caixa d'água, serviços que estavam sendo cobrados pelos pais. Essas ações, no prédio da extensão, localizado no centro de Campos Lindos, no entanto, não foram suficientes, pois ainda há vários problemas na estrutura da escola. O prédio, portanto, não dispõe de condições mínimas necessárias para ser utilizado como escola pública, principalmente por abrigar crianças menores de 10 anos de idade.

Figura 35 - Mães se manifestando no site AF Notícias cobrando melhoria na Escola Municipal José Edimar de Brito Miranda

The image shows a screenshot of the AF Notícias website. The main article is titled "Uma mãe denunciou ao AF Notícias a precariedade de uma extensão da Escola Municipal José Edmar de Brito Miranda, em Campos Lindos, norte do Tocantins. Ela não quis ser identificada por medo de represálias." The article text includes quotes from the mother and mentions that 15 mothers went to the school to demand reforms. The sidebar on the right contains several other news items, such as "vagas no hospital federal em Araguaína", "Após 22 meses de luta, Hospital Dom Orione agora tem poucos pacientes de Covid-19", "Mulheres iniciam cursos de eletricitista e instalação de ar-condicionado em Araguaína", "Ministro inaugura Cidade da Polícia no Tocantins e anuncia repasse de R\$ 25 milhões", and "Golpista que se passava por dentista é preso dentro de clínica com documento falso".

Fonte: Costa (2019). <https://afnoticias.com.br/m/135582>. Acesso em 26/11/2019.

Figura 36 - Mães se manifestando no G1 Tocantins, cobrando melhoria na Escola Municipal José Edimar de Brito Miranda

globo.com g1 globoesporte gshow videos ASSINE JÁ MINHA CONTA E-MÁIL


MENU G1 TOCANTINS TV ANHANGUERA BUSCA

Rachaduras em escola pública colocam estudantes em risco e preocupam pais

Pais reclamam das condições de escola municipal em Campos Lindos do Tocantins. Prefeitura afirma que reparos estão sendo feitos e prédio alugado deve passar por reforma nas férias escolares.

Por TV Anhanguera
08/04/2019 22h12 - Atualizado há 9 meses

f t g+ in v



Pais se preocupam com prédio de escola cheio de rachaduras em Campos Lindos

Os pais dos alunos da escola Escola Municipal José de Brito, em Campos Lindos do Tocantins, estão preocupados com a segurança dos filhos. É que o prédio onde funciona uma extensão da unidade é antigo e apresenta rachadura para todo lado, além de infiltrações, goteiras e fiação elétrica exposta.

“Total insegurança e irresponsabilidade pelo poder público de deixar as crianças vulneráveis a toda essa situação”, disse o lavrador Jô Maia.


O prédio abriga a escola há oito anos e cerca de 400 crianças de cinco a sete anos estudam no local. Um corredor por onde as crianças passam para entrar nas salas de aula tem várias rachaduras e goteiras no telhado. “Tem goteira praticamente no prédio inteiro”, contou o pedreiro Antônio Pereira.

Uma fossa em construção está aberta sem nenhuma sinalização. No pátio do intervalo acidentes já foram registrados. “Vários acidentes de chegar a criança a ir para o postinho. Machucado que chegou a pegar ponto. Isso preocupa muito porque é um lugar inadequado para as crianças brincarem”, afirmou Maria Neta.

A secretária de educação da cidade confirmou que algumas salas são improvisadas. “Essas salas surgiram da demanda de alunos, na matrícula deste ano. Alguns espaços não eram salas de aula, mas o número de matrículas aumentou e por não ter espaço físico elas foram transformadas em sala de aulas”, afirmou Claudeane dos Santos.

Ainda segundo ela, alguns serviços emergenciais estão sendo feitos e as obras devem ser intensificadas durante as próximas férias escolares. “Nosso objetivo é conseguir uma escola, que inclusive está solicitada”, disse a secretária.

Veja mais notícias da região no **G1 Tocantins**.



Autor: TV Anhanguera (2019). <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/04/08/rachaduras-em-escola-publica-colocam-estudantes-em-risco-e-preocupam-pais.ghtml>. Acesso em 20/06/2019

Figura 37 - Fachada lateral do prédio que recebe os alunos de 1º e 2º anos do ensino fundamental da rede municipal de Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

Figura 38 - Situação de sala de aula em extensão da escola municipal, no início do ano letivo de 2019



Fonte: Autora (2019).

Com dificuldades em dialogar com o órgão que comanda a educação municipal, as mães e pais envolvidos no movimento de reivindicação continuaram buscando apoio nas redes sociais e na mídia tocantinense, para que fossem observadas as regras básicas para o funcionamento do prédio, conforme mostram as figuras 39 e 40.

Figura 39 - Reportagem da TV Anhanguera acompanhando a reivindicação das famílias



Fonte: Jornal Anhanguera 1ª edição (2019). Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8136561/>. Acesso em 26/01/2020.

Figura 40 - Reportagem da TV Anhanguera acompanhando a reivindicação das famílias



Fonte: Bom dia Tocantins (2019). Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8132189/>. Acesso em 26/01/2020.

Diante de todas as dificuldades enfrentadas pela educação municipal, é pertinente evidenciarmos a realidade da escola da rede estadual de ensino em Campos Lindos. A unidade escolar estadual possui uma estrutura um pouco mais adequada para atender parte da demanda do ensino fundamental e todo o ensino médio do município.

2.4.2 Espaços físicos e estruturais da rede estadual de ensino de Campos Lindos

O prédio da rede estadual está localizado na área mais antiga da cidade, evidentemente que por isso se trata de um dos espaços mais estruturados da cidade. A escola está situada em uma rua com calçamento e a rua paralela ainda está em terraplanagem. A unidade de ensino dispõe de salas de aula com tamanhos padronizados pela SEDUC, com pisos com calçamento e forro, mas algumas salas de aulas também apresentam problemas, como vazamento de água no teto em período de chuva. A escola possui jardinagem e arborização dentro e na frente do prédio.

No interior da unidade existem quatro espaços de descanso para os alunos, havendo dois pavilhões onde estão localizadas as salas de aula, de modo que cada pavilhão abriga seis salas de aulas cada um, além de uma sala destinada às demandas/atividades do Programa Mais Educação que atendem os alunos no contra turno e a uma biblioteca escolar.

A biblioteca é autorizada a atender à comunidade escolar, apesar do número de livros serem baixo em relação ao quantitativo de alunos, devido um incêndio ocorrido no prédio da biblioteca, perdendo todo o acervo bibliográfico que a escola possuía há quase duas décadas. As figuras 41, 42, 43, 44, 45 e 46 mostram vários ambientes da escola participante do estudo.

Figura 41 - Vista da entrada principal do prédio da Escola Estadual de Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

Figura 42 - Vista interna da entrada do portão principal da Escola Estadual de Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

Figura 43 - Área de descanso para alunos na Escola Estadual de Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

Figura 44 - Área de descanso para alunos na Escola Estadual de Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

Figura 45 - Sala de aula da Escola Estadual de Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

Figura 46 - Biblioteca da Escola Estadual de Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

A escola possui poucos vidros intactos, que, entre outras utilidades, servem para evitar a entrada de insetos e sujeiras. Os demais estão apenas com a estrutura metálica reforçada por grades, para impedir a entrada e a saída de alunos pela janela.

Não há sistema de ar-condicionado nas salas de aulas, razão por que são disponibilizados dois ventiladores de parede por sala de aula. A estrutura predial tem uma parte de sua construção mais antiga, de modo que há problemas de goteiras no teto. Desde sua fundação, a SEDUC não proporcionou uma reforma total do telhado, tendo sido realizados apenas pequenos reparos por parte da associação de apoio à escola, que é composta por representantes dos pais de alunos, dos professores e dos alunos.

A escola possui uma quadra coberta, mas esse espaço não dispõe de banheiros nem de bebedouros para os alunos na hora da aula prática de educação física. Isso tem repercussão na qualidade das aulas e dos momentos de treinamentos esportivos,

assegurados pelo Programa Esporte na Escola, da SEDUC. A escola tem sala de informática com 20 máquinas antigas, mas em funcionamento. O acesso a elas é disponibilizado tanto a alunos quanto a professores para a realização de atividades de pesquisa no decorrer das aulas, conforme mostram as figuras 47 e 48.

Figura 47 - Área interna da quadra da Escola Estadual Manoel Alves Grande



Fonte: Autora (2019).

Figura 48 – Sala de informática da Escola Estadual Manoel Alves Grande



Fonte: Autora (2019).

As duas escolas da sede de Campos Lindos possuíam acesso à internet através do Programa Banda Larga na Escola oferecida às escolas públicas pelo MEC, mas, de acordo informações da escola estadual, em meio ao período da pandemia, a escola ficou sem acesso à internet, por determinação do governo federal. A retirada da internet dificultou o trabalho da comunidade escolar para organizar as aulas, que no período da pandemia, estão ocorrendo de maneira remota, dificultando o acesso das equipes escolares, professores e da população.

Este estudo, conforme evidenciado na introdução da dissertação, foi realizado em meio à pandemia ocorrida em 2020. De acordo as dificuldades enfrentadas por todas as escolas do país, em Campos Lindos, a educação vivenciou maiores desafios para obter condições para enfrentar os novos modelos de trabalhos, impostos ao ensino público nesse período de pandemia. Na perspectiva de colaborar com a educação em Campos Lindos, realizamos um mini curso de 40 horas em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), intitulado “Ambiente Virtual de Aprendizagem para Professores e Estudantes da Rede Básica de Ensino” para os professores das duas redes públicas de ensino de Campos Lindos, bem como para os alunos do ensino médio, da rede estadual de ensino. O mini curso buscou proporcionar aos professores e alunos

meios para utilizarem as plataformas digitais, na iminência de contribuir para o retorno das aulas remotas, em Campos Lindos, no entanto, as estruturas de comunicação das escolas em Campos Lindos são muito precárias, diferentes dos sinais de internet que são utilizados pelos grandes empreendimentos voltados ao agronegócio na região.

No segundo pavilhão, está localizada a cozinha da escola, com depósito da merenda, almoxarifado, despensa para materiais de limpeza e banheiro destinados aos vigias, auxiliares de serviços gerais e merendeiras. Nesse pavilhão estão os banheiros masculinos e femininos para os alunos, entre os quais há, para cada gênero, um adaptado para acessibilidade, mas ambos demandam reforma, devido à construção ser antiga e está bastante deteriorada por infiltrações, de acordo mostram as figuras a seguir.

Figura 49 - Situação da parede dos banheiros de alunos da Escola Estadual em Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

Figura 50 - Infiltrações nas paredes dos banheiros de alunos da Escola Estadual em Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

O prédio possui um pavilhão destinado aos trabalhos pedagógico e administrativo da escola. Nesse pavilhão estão a secretaria da unidade escolar, a sala da direção, a sala da coordenação financeira, uma sala conjugada para a coordenação pedagógica e professores. Todas as salas desse complexo são climatizadas, com computadores para todos os departamentos, cinco ao todo, e impressora disponibilizada para facilitar o planejamento e atividades de estudo do professor. Há também banheiros femininos e masculinos disponíveis para os servidores, contendo piso, vasos e lavabo.

O prédio dispõe, em toda sua extensão, ligação com cobertura em todos os pavilhões, o que evita que a comunidade escolar se exponha ao sol ou à chuva quando se locomove de uma sala para outra. Com o propósito de assegurar o direito à

acessibilidade a alunos com necessidades, foram construídas rampas entre os pavilhões e instaladas barras de ferro para facilitar a mobilidade de alunos com deficiências visuais, cadeirantes ou com mobilidade comprometida, conforme mostram as figuras 51, 52, 53 e 54.

Figura 51 - Áreas de ligações dos pavilhões da Escola Estadual em Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

Figura 53 - Espaço da cozinha da Escola Estadual em Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

Figura 52 - Rampa de acesso, barras de mobilidade, área de ligação de pavilhão da Escola Estadual em Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

Figura 54 - Rampa de acesso e área de ligação de pavilhão da Escola Estadual em Campos Lindos



Fonte: Autora (2019).

Diante das informações expostas neste capítulo, indica-se que o problema em Campos Lindos não é o IDH, mas, uma das variáveis que o compõem, a educação. Nesse sentido Siendenberg (2003, p.53) afirma que “os indicadores são apresentados como um valor estatístico em si, desvirtuando o sentido do próprio conceito”,

compreendendo ainda que “um indicador expressa algo que ele mesmo não é, ou seja, ele exprime apenas parcialmente determinado aspecto” (SIENDENBERG, 2003, P. 53). O autor retrata que o indicador é somente uma espécie de representante de um determinado aspecto de uma realidade bem mais complexa, sintetizando que o indicador é “o termômetro que registra e mensura o estado febril de uma pessoa indica apenas a sua temperatura naquele momento, mas ele não é a febre em si” (SIENDENBERG, 2003, p.53).

Diante do contexto, é pertinente a reorganização das ações educacionais com o entendimento de que ela é indutora de melhoria do IDH-M de Campos Lindos, tendo como ponto de partida para a construção do crescimento e melhoria dos índices a EJA. Sabendo que a EJA é a possibilidade de integração desse crescimento da variável educação para os próximos recenseamentos, com vistas de colaborar para as coletas de informações para o próximo resultado do IDH do território estudado. O próximo capítulo elucidará uma discussão voltada à EJA, retratando as realidades vivenciadas pelos os interlocutores envolvidos neste estudo.

CAPÍTULO III

3 O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As discussões realizadas nos capítulos anteriores focalizaram aspectos da educação de Campos Lindos quanto à importância da educação para o desenvolvimento e as possibilidades para a melhoria dos indicadores do município. O confronto de dados realizados no capítulo 2 mostrou a relevância da educação para o IDH de Campos Lindos. Nesse contexto, em tese, a EJA é compreendida como um dos fatores que concorrem para o crescimento dos índices da variável educação, na perspectiva de dar oportunidades para as pessoas concluírem a educação básica e para elevar o IDH-M, nas próximas medições.

A EJA, no limiar do século XXI, se exprime como um conjunto de desafios visando à evolução do processo histórico da modalidade no Brasil. Nesse sentido, “a ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova”, haja vista que se sabe que “já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 108).

A EJA possui muitos momentos de avanços e de estagnação em todo o seu processo de desenvolvimento. No Brasil, o avanço de alfabetização ganhou forças no período de colonização com ações praticadas pelos jesuítas, dentro do processo de evangelização (PAULA, 2011). Nesse aspecto, podemos compreender que, pelo “campo dos direitos legais, a primeira Constituição brasileira [...] firmou, sob forte influência europeia, a garantia de uma ‘instrução primária e gratuita para todos os cidadãos [...]’” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 108).

Compreende-se que pouco ou quase nada foi realizado nesse sentido durante todo o período imperial, mas que essa inspiração se tornou semente e enraizou-se definitivamente na cultura jurídica, manifestando-se nas constituições brasileiras posteriores, de modo que “o direito que nasceu com a norma constitucional de 1824, estendendo a garantia de uma escolarização básica para todos, não passou da intenção legal” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109). Entretanto, “a implantação de uma escola de qualidade para todos avançou lentamente ao longo da nossa história”, sendo interpretada por muitos “como direito apenas para as crianças” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109).

As dificuldades existem pelo fato de não haver ainda uma estrutura do sistema educacional entre os Estados e municípios para que possam garantir um planejamento específico às políticas públicas da EJA. Nesse contexto, o processo dessa construção, para a estruturação da EJA, não caminhou rápido dentro das primeiras décadas do período republicano, especificamente no período da República Velha (1889-1930), de maneira que com falta de realização de ações, voltadas à alfabetização e interação do jovem e adulto, promoveram “assim um período de estacionamento no desenvolvimento da EJA” (PAULA, 2011, p. 17).

A educação passou por vários momentos de lutas para que a EJA chegasse até a realidade que é vivenciada por jovens e adultos trabalhadores nos dias atuais. Uma das principais lutas ocorreu no plano internacional, em que houve uma forte pressão em defesa do direito à educação, por meio do ciclo de conferências das Nações Unidas. Haddad e Di Pierro (2015, p. 200) compreendem que:

As referências internacionais oriundas de acordos e metas para a temática da EJA, na entrada do terceiro milênio, estavam demarcadas por três agendas principais: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), acordo assinado em 2000; as metas de Educação Para Todos (EPT), criadas em 1990 em Jomtien (Tailândia) e renovadas em 2000 em Dakar (Senegal); e a Declaração de Hamburgo (Alemanha) e Agenda para o Futuro subscritas em 1997 na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia).

Os autores acrescentam que:

Realizando-se periodicamente desde 1949, as Confinteas firmaram-se como o espaço internacional de orientação para as políticas de EJA. Sendo classificadas pela ONU como conferências de nível 2, seu impacto e relevância para os governos é menor que os ODMs ou a iniciativa de EPT (HADDAD; DI PIERRO, 2015, p. 206).

Em relação a essa afirmação de Haddad e Di Pierro é possível compreender que os governos são inerentes à estruturação e permanência do funcionamento da EJA. Nesse sentido, necessário destacar que a siglas ODMs se refere aos “objetivos de desenvolvimento do milênio”, bem com a sigla EPT se relaciona a “estudos para todos”. A I Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA) ocorreu em 1949, em Elsinore, na Dinamarca; a II CONFITEA foi realizada em 1963, em Montreal, Canadá; a III CONFITEA aconteceu em Tóquio, no Japão, em 1972; a IV CONFITEA foi sediada em Paris, na França, em 1985; Hamburgo, na Alemanha, no ano 1997, sediou a V CONFITEA, e a cidade de Belém, no Estado do Pará, foi sede da VI CONFITEA, em 2009.

Nesses momentos de conferências é que foram traçadas as metas e ampliados e assinados compromissos pela grande maioria dos países com o intuito de viabilizar a garantia do direito à educação de jovens e adultos. Haddad (2017, p. 32) esclarece que “foram nesses encontros conferenciais que foi instituído o compromisso Educação para todos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Conferências de Educação de Adultos de Hamburgo”, conhecidas como “CONFITEA V e CONFITEA VI”. Nesse contexto:

A Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos [...] definiu: ‘Educação Básica para todos significa dar às pessoas, independente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletiva ou individualmente. Não é apenas um direito, mas também um dever e uma responsabilidade para com os outros e com toda a sociedade’ - Hamburgo, 1997 (HADDAD, 2017, p. 33).

Nesse processo de debates com perspectivas de construção de políticas públicas, no entendimento de ofertar a educação a todos, o Brasil relutava. O governo brasileiro relutou em afirmar “o direito de todos à educação, por compreender que seria imprópria a decisão, de modo que o país ainda não havia universalizado o acesso à alfabetização e ao ensino básico” (DI PIERRO, 2000, p. 139). Diante disso:

Ao assegurar a todo cidadão o direito ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente de idade, a Constituição e a LDB impõem ao poder público a ampliação da oferta de oportunidades escolares aos jovens e adultos, que todos diagnósticos admitem ser insuficientes (DI PIERRO, 2000, p. 121).

Essa determinação em lei proporcionou o crescimento e a expansão no número de alunos matriculados nos estados e municípios, favorecendo a muitos tanto a inserção quanto o retorno aos estudos, nesse último caso aqueles que por um motivo ou por outro haviam se distanciado da vida escolar.

3.1 MARCOS LEGAIS DA EJA – DIREITOS ASSEGURADOS AOS JOVENS E ADULTOS

Para assegurar o direito à educação, a CF do Brasil preceitua em seu artigo 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 136).

Com a premissa de que todos têm o direito ao acesso à educação, a lei maior do país garante, no artigo 208, que é dever do Estado propiciar, no âmbito nacional, “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988, p. 138). Considerando-se o que determina a CF, é comprovado na história do país que a percepção política da EJA é enfatizada diante a necessidade de resgatar um desafio histórico do povo brasileiro, na perspectiva de oferta de ensino ao jovem e adulto trabalhador.

Em relação a esse processo histórico, podemos compreender que no Brasil, a EJA começou a ter reconhecimento em vias de direitos a partir de 1930, de modo que em 1940 e 1950 ela ganhou relevância com campanhas de alfabetização e em 1960 tornou-se mais forte com os movimentos de cultura popular. Posterior a 1960 surgiu o Mobral e o ensino supletivo dos governos militares, no entanto, o maior reconhecimento à EJA, se deu a partir dos primeiros anos do século XXI, com programas recentes criados pelo governo federal, que era na época dos Partidos dos Trabalhadores (HADDAD, 2017).

A partir dos anos 2000, a EJA buscou possibilitar aos jovens e adultos trabalhadores condições para que concluam a educação básica e, possivelmente, terem acesso ao ensino superior, visando a lhes proporcionar meios de se preparar e se qualificar para sua inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho. Nesse entendimento, Haddad (2017, p. 40) complementa que a EJA

deve ser reconhecida não apenas como um processo de ensino e aprendizagem de leitura, escrita, operações matemáticas e outros conhecimentos acumulados pela humanidade que deveriam ter sido apropriados no passado, mas também como possibilidades de desenvolvimento pessoal e coletivo.

A LDB, observando o que rege a CF, assegura, no artigo 37, que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996, [n.p]), ou seja, entre 4 (quatro) e 17 (dezessete) anos de idade. Com o intuito de favorecer a todos os jovens e adultos que não conseguiram concluir na idade apropriada todo o ciclo da educação básica, a lei destaca no mesmo artigo:

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996, [n.p])

Com a compreensão de que são necessárias ações bem consistentes e um apoio maior para o público da EJA, observa-se que estão sendo incorporadas novas ações para facilitar o acesso desse conjunto de pessoas ao ensino público. Essas ações são recepcionadas no PNE, norteadas por três metas. De acordo com as discussões realizadas na construção da lei, podemos compreender que o PNE assegura, na meta 8, um planejamento de elevação para “a escolaridade média da população de 18 a 29 anos”, de modo a alcançar, no mínimo, “12 (doze) anos de estudo [...], para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres” (BRASIL, 2014, [n.p]).

A meta 9, por seu turno, se propõe a elevar “a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 [...]” (BRASIL, 2014, [n.p]). O objetivo da meta consiste em “erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional” (BRASIL, 2014, [n.p]). Nesse sentido, o PNE assegura ainda que irá oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

É necessário um olhar especial ao que preconiza a meta 8, pois ela dá seguridade à realidade dos alunos da EJA de Campos Lindos, baseada no critério de que o município está localizado no Norte do Brasil, região que possui menor percentual de escolaridade do país, conforme informações levantadas no observatório do PNE, além de possuir um IDH educação de 0,377, bem abaixo da média brasileira e ficando em 138º lugar entre os 139 municípios tocantinenses, conforme discussão apresentada no capítulo 2.

No Estado do Tocantins, a Constituição Estadual assegura, conforme é preconizado na CF, o direito de todos à educação gratuita e de qualidade em todo o território tocantinense. Além da seguridade à gratuidade, é destacado que o ensino público deve ser ofertado nos turnos diurno e noturno, adequando-se às condições de vida e de trabalho do educando.

O sistema de educação do Estado do Tocantins vem possibilitando nas escolas de sua jurisdição, bem como apoiando às redes municipais de ensino, na oferta e

viabilizando o funcionamento da EJA em várias escolas de seu território. Para assegurar esse direito, a Lei Estadual n.º 1360/2002 determina que a EJA deva ser ofertada no turno noturno proporcionando condições de estudo ao aluno trabalhador, com oferta de conteúdos curriculares adequados à sua realidade. Nesse sentido, sendo a escola a mediadora em organizar de forma flexível, todo o processo de ensino, de modo que seja proporcionada a aprendizagem desses sujeitos, bem como dar ênfase à formação continuada dos professores envolvidos com essa modalidade de ensino.

O sistema educacional brasileiro apresenta uma divisão da educação em níveis, etapas, fases, cursos e modalidades. A composição da educação escolar em educação básica (ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior (cursos sequenciais, graduação, pós-graduação e extensão). Nessa organização, a EJA é entendida como uma modalidade de ensino da educação básica, atendendo às necessidades e especificidades dos jovens e adultos que ainda precisam cursar o ensino fundamental e o ensino médio.

É compreendido que, na EJA, “há uma grande flexibilidade quanto à composição do tempo das diversas etapas e do conjunto de etapas necessárias à conclusão dos cursos” (HADDAD, 2007, p. 203), e essa tradição “constituiu-se a partir da ideia de que jovens e adultos devem frequentar cursos com tempo menor do que aquele do ensino regular” (HADDAD, 2007, p. 204). Há fatores que fundamentam essa característica, “o primeiro deles é aquele que justifica o tempo menor para que o jovem e o adulto possam recuperar o tempo perdido; portanto, devem realizar o curso de forma mais rápida” (HADDAD, 2007, p. 204), sendo que “o segundo entende que a experiência de um adulto, sua maturidade, seu aprendizado através da vida, o faria um cidadão com conhecimentos que deveriam apenas ser complementados pela experiência escolar” (HADDAD, 2007, p. 204).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCNEJA) (2000) afirmam que cada sistema de ensino precisa definir a estrutura e a duração dos cursos da EJA, respeitando as DCNEJA, mas dão abertura para que cada sistema de ensino estruture a EJA conforme sua realidade e especificidades.

Ressaltamos que a Resolução nº 071/2003 do Conselho Estadual de Educação do Tocantins (CEE-TO) regulamenta os cursos de modalidade EJA em todo o estado, organizando-os em três segmentos e períodos. Cada segmento se refere a uma etapa da modalidade de ensino do ensino fundamental e ensino médio. Cada período é

desenvolvido por semestre e equivale a um ano de estudos. Em Campos Lindos, tanto a rede municipal como a estadual seguem diretrizes da referida resolução.

Outro aspecto que não podemos desconsiderar é o que se refere à idade dos educandos da EJA. De acordo com a DCNEJA, a regra da prioridade para o atendimento da escolarização universal obrigatória será considerada idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino fundamental de 15 anos completos, de modo que ficam vedadas, em cursos de Educação de Jovens e Adultos, a matrícula e a assistência de crianças e de adolescentes da faixa etária compreendida na escolaridade universal obrigatória, ou seja, de sete a quatorze anos completos (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, é assegurado nas diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Câmara da Educação Básica (CEB) que a idade mínima para a realização dos exames supletivos é de 18 anos, de modo que os menores que são emancipados não são assegurados a esse direito, compreendendo ainda que há a exigência para que a idade mínima para o ensino médio da EJA seja para aqueles que já estão com idade superior aos 17 anos completos, idade de conclusão do ensino médio regular (BRASIL, 2000). As construções das políticas voltadas a EJA asseguradas pelo CNE fortaleceram as discussões na construção do PNE, dando embasamento para os planos estaduais e planos municipais de educação em todo o país.

3.2 EJA NO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Com o andamento de muitas ações e conquistas por parte da educação no país, fez-se necessária a construção do Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE-TO), com a vigência entre 2015 a 2025, observando-se o que regem as vinte metas do PNE. Nele, a meta oito preconiza que o Tocantins irá aumentar, tendo o apoio da União e dos municípios, da iniciativa privada e das instituições de ensino superior, a alfabetização, entre jovens (a partir de 15 anos) e adultos, de 87,1% para 93,5% até 2021. A meta conseguinte do PEE tem o objetivo de erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional até o final de 2025 (TOCANTINS, 2015).

As estratégias planejadas no PEE visam “assegurar [...] a oferta gratuita, com qualidade, da educação de jovens e adultos a todos(as) que não tiveram acesso à

educação básica na idade recomendada”, de modo que a educação pública do Tocantins irá “estruturar e implementar [...] ações de mobilização e desenvolvimento da alfabetização de jovens e adultos, com garantia de continuidade do processo de escolarização, independente do quantitativo mínimo de alunos(as) por turma” (TOCANTINS, 2015, [n.p]).

De acordo com o dispositivo, a educação da rede pública tocantinense deverá:

Mapear, anualmente, em regime de colaboração com os Municípios, com órgãos de assistência social e direitos humanos, a população acima de 15 (quinze) anos de idade, que está fora da escola, para identificar a demanda por vagas na educação de jovens e adultos, considerando aqueles(as) que não concluíram o ensino fundamental e médio, identificando cada etnia, com o objetivo de traçar o perfil sócio-histórico/sociocultural e econômico para o banco de dados, com implementação de ações que garantam o retorno à escolarização (TOCANTINS, 2015, [n.p]).

A Lei Orgânica de Campos Lindos, de 28 de junho de 1993, dá continuidade ao que é exigido na CF de 1988 e na Constituição do Estado do Tocantins, de 1989, as quais objetivam a oferta de educação de qualidade e gratuita para todos. A referida lei assegura que o município deverá favorecer o acesso ao ensino público do ensino fundamental, sobretudo aos alunos que não tiveram acesso na idade apropriada (CAMPOS LINDOS, 1993).

O município de Campos Lindos criou o Plano Municipal de Educação (PME), no ano de 2016, priorizando metas voltadas para o público da EJA. Segundo o documento, haverá a busca pelo envolvimento das redes públicas de ensino, no conjunto de esforços, na perspectiva para que os sujeitos da EJA tenham prioridades para receberem, de forma integral, acesso à educação profissional. O PME está em seu quarto ano de vigência, e nenhuma ação voltada à educação profissional para os alunos da EJA foi realizada.

De acordo com o plano de educação municipal, há uma lacuna que visa ao fortalecimento e melhoramento da vivência da EJA em Campos Lindos. Não é explicitado na lei municipal o desenvolvimento de ações, no interstício do PME e a preocupação com os educandos que se afastam da escola para ir trabalhar nas lavouras. Esses alunos tendem a não concluir os estudos que são ofertados nessa modalidade, contribuindo para a continuidade dos baixos indicadores do município. Da mesma maneira, não é desenvolvida nenhuma ação para assegurar a permanência desses alunos nas unidades escolares, tendo como eixo norteador, nessa modalidade de ensino, um calendário específico para a realidade da EJA, de modo a favorecer um melhor planejamento de vida aos alunos maiores de idade, para que possam trabalhar nas

lavouras nos momento de plantios e das colheitas, ou seja, para que não tenham prejuízos com o ano letivo.

Mediante análise do PME de Campos Lindos, divulgado no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC)¹⁵, especificamente na aba do PNE que expõe os monitoramentos dos municípios, a avaliação realizada em 2018, das ações planejadas referentes ao ano de 2017, voltadas à EJA, não obteve muito êxito, de modo que, das nove estratégias propostas para serem realizadas, cinco estavam em andamento e quatro foram informadas como não iniciadas.

Entre as cinco estratégias informadas como estando em andamento, é pertinente destacar que a estratégia 3, afirma que a educação em Campos Lindos irá “expandir as matrículas”, na EJA, de modo a articular a formação inicial e continuada dos trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora (CAMPOS LINDOS, 2014, [n.p]).

O estudo em tela mostra um levantamento do número de matrículas da EJA no país, no Tocantins e no município de Campos Lindos, entre 2016 e 2018, conforme mostra o quadro 5. Nela está evidenciado que, em Campos Lindos, mesmo havendo os planos estadual e municipal de educação, em vigência, entre 2016 e 2019 as duas redes públicas de ensino do território estudado deixaram de ofertar, em anos diferentes, a modalidade de ensino para o jovem e o adulto trabalhador.

Quadro 5 – Número de matrículas na EJA no Brasil, Tocantins e Campos Lindos, de 2016 a 2018

REFERÊNCIA	EJA – ENSINO FUNDAMENTAL				EJA – ENSINO MÉDIO			
	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016
Brasil	1.664.610	1.822.818	1.882.601	1.807.784	960.852	1.055.347	1.046.357	1.004.155
Tocantins	5.389	6.173	6.866	7.045	8.037	9.071	8.918	9.538
Campos Lindos	*	76	87	83	74	35	26	*

* Não foi informado o quantitativo de alunos no censo escolar.

Fonte: MEC; INEP (2020)

Na II Audiência Pública para Análise, Monitoramento e Avaliação do PME de Campos Lindos, ocorrida em 21 de novembro de 2019, referente aos anos de 2017 a 2019, foi exposta a situação das ações planejadas e executadas para a rede de ensino.

¹⁵ O SIMEC é a ferramenta utilizada pelo MEC para planejar o orçamento público no que diz respeito aos gastos em educação do governo federal. Todos os estados e municípios planejam suas necessidades e encaminham via sistema para conhecimento e acompanhamento do MEC.

Diante de toda a discussão, houve, em vários momentos, a exposição da atual realidade da educação quanto a ter apoio efetivo do governo federal, especificamente no que tange à melhoria das estruturas físicas escolares. No entanto, o levantamento de informações exposto na audiência pública comprovou o pouco crescimento no desenvolvimento das ações, em relação à análise anterior. Muitas delas não necessitam exclusivamente da ação federal, mas de atuação do sistema de ensino e de todos os órgãos que o compõem.

Um dos fatores preocupantes referentes à tomada de decisões do poder público municipal, especificamente do sistema de ensino, foi à determinação informal, mas que foi executada por parte da SEMEC, para o fechamento de turmas de EJA da escola municipal da cidade no ano de 2019. A escola não abriu turmas e não houve novas vagas para matrículas, deixando sem condições de continuidade todos os alunos que já estavam matriculados e estudando no turno noturno, na EJA, no ano de 2018.

O poder público local necessita de reorganização das ações voltadas à continuidade do jovem e do adulto trabalhador na escola, com a compreensão de que as conclusões do ensino fundamental e do ensino médio, por parte desse público, favorecerão a melhoria de suas vidas, dando-lhes oportunidade de crescimento profissional, de modo a avançar no crescimento das variáveis que envolvem a educação, favorecendo o crescimento dos indicadores do município, conforme está evidenciado na tabela anterior.

Na referida audiência, em continuidade às discussões sobre a decisão de não ofertar turmas de EJA à comunidade local, argumentou-se que não houve demanda de alunos para formar as turmas, sugerindo que há um grande número de abandono na modalidade, razão por que o órgão decidiu pelo não funcionamento da EJA em 2019. A ação da SEMEC nos remete a compreensão de que o jovem e o adulto, sendo ou não empregados, em qualquer que seja o trabalho, não necessitam concluir a etapa básica da educação, favorecendo assim o abandono da vida escolar por parte desses sujeitos e, conseqüentemente, a continuidade dos baixos índices da educação e do IDH de Campos Lindos. Perdura também o discurso de que esses alunos não querem nada, são preocupações a mais para a escola, desse modo caracterizando a EJA como um grande problema para o sistema de ensino camposlindense.

Resolução nº 048, de 28 de fevereiro de 2018, da SEMEC, publicada no Diário Oficial do Tocantins (DOE-TO), deliberando sobre as diretrizes referentes à criação, denominações, autorizações de funcionamento, renovação de autorização dos cursos,

supervisão e inspeção das escolas do sistema de ensino de Campos Lindos, expõe no seu texto a existência da EJA no município. No entanto, no capítulo 1, artigo 3º, § 3º, item VI, exige-se que nos anos iniciais da EJA os alunos precisam ter 14 anos, de modo que, nas séries finais, o aluno deve ter 16 anos completos. Exige-se ainda que as salas de aula tenham no mínimo 15 e no máximo 30 alunos matriculados.

Os participantes desta pesquisa, profissionais da educação, pensam de modo paradoxal ao que se refere à responsabilidade da SEMEC, quanto ao encerramento da EJA na rede municipal, em 2019. Observe-se, a esse respeito, o relato abaixo:

A questão econômica do discente é também um dos principais fatores que contribuem para a evasão escolar, além da falta de investimento por parte do poder público em infraestruturas esportivas e outros meios que contribuam para o bem-estar social dos *mesmo* (MORAES – entrevista, 15/09/2020).

A afirmação acima nos remete a necessidade de inserirmos nessa discussão a importância da educação para a vivência da cidadania no cotidiano dos interlocutores da EJA. Sabe-se que “a cidadania organizada delega ao Estado funções importantes em termos de sedimentação de canais de participação, a começar pela educação” (DEMO, 1999, p. 38). No contexto dos sujeitos da EJA, que estavam matriculados e frequentando em 2019, na rede municipal de ensino, foi negada a eles essa possibilidade do exercício da cidadania. Esse entendimento parte de que a escola tem a função de garantir acesso ao ensino, garantindo a vivência dos direitos garantindo à população, bem como permitindo a todos o exercício de cidadania (DEMO, 1999). O papel da escola pública é muito importante na educação para a cidadania, pois ela deve acolher todos, tornando-a integrante da vida de uma cidade democrática (VASCONCELOS, 2007, p.111). Nesse contexto, é evidenciado que o Estado e os órgãos da educação camposlindense, de fato possam entender que:

Para formar o cidadão é preciso começar por informá-lo e introduzi-lo às diferentes áreas do conhecimento, inclusive através da literatura e das artes em geral. A falta, ou insuficiência de informação reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a uma verdadeira segregação (VASCONCELOS, 2007, p.111).

Nesse sentido, é pertinente evidenciar que há apenas a Escola Municipal José Edimar de Brito Miranda e a Escola Estadual Manoel Alves Grande ofertando a modalidade EJA no município de Campos Lindos. Diante dessa conjuntura é pertinente que ambas as redes analisem com um olhar diferenciado para o contexto dos jovens e adultos, permitindo que, mesmo diante do número mínimo de alunos em sala de aula, seja assegurando o funcionamento de turmas para essa modalidade de ensino. No

entendimento de que essas decisões dificultam e comprometem a continuidade da EJA de ensino médio, compreendendo que a rede municipal, ao final do nono ano e de cada ano letivo, encaminha os alunos para a rede estadual e, conseqüentemente, está favorecendo a continuidade para que o IDH de Campos Lindos continue na 138ª posição, no Tocantins.

A decisão referente ao não funcionamento da EJA na rede municipal comprova a negação do direito do jovem e do adulto, que, além das adversidades encontradas no seu dia a dia fora do espaço escolar, se deparam com situações criadas por órgãos que deveriam assegurar seus direitos, evidenciando assim a desigualdade.

Sabe-se que “no Brasil, a incrível e resistente desigualdade não se traduz apenas na escandalosa concentração de renda e riqueza, e na audiência de políticas públicas que possam superar tal situação” (HADDAD, 2017, p. 39). Nessa perspectiva Haddad afirma que “ela também está refletida em fatores de condicionalidades sobre as desigualdades em termos de territorialidades; relações de gêneros; discriminação étnico-racial, entre outras” (HADDAD, 2017, p.39). A EJA possui, evidentemente, “do ponto de vista de seus potenciais educandos [...], possuem pessoas que as estatísticas alocam entre os mais pobres e desprovidos de direitos” (HADDAD, 2017, p. 39).

3.3 EJA EM CAMPOS LINDOS: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS DADOS NUMÉRICOS

A discussão enfatizada no capítulo 2 sobre os indicadores de Campos Lindos notabilizou que os critérios que analisam a variável educação, no IDH, estão com baixos resultados, especificamente aqueles que envolvem as idades de jovens e adultos que estavam, no período do censo de 2010, sem concluir o ensino fundamental e o ensino médio neste município. Na discussão a seguir, destacamos o trajeto da EJA nas duas redes de ensino de Campos Lindos, apresentando, por meio de gráficos e tabelas, os dados numéricos das duas redes de ensino.

A EJA é ofertada, em Campos Lindos, nas escolas públicas situadas na sede do município, desde o início de 2003; a escola da rede estadual foi a primeira a ofertar a modalidade de ensino. A oferta teve início apenas com o 2º segmento; posteriormente, em 2006, foi inserido o 3º segmento, com intuito de favorecer o aluno que estava concluindo o nono ano no prosseguimento no ensino médio, na mesma modalidade de ensino.

Em 2004, a escola da rede municipal iniciou atividades da modalidade EJA, com turmas voltadas para o 1º segmento. No ano de 2005, diante da necessidade de continuidade dos estudos para os alunos frequentes, foi implantado o 2º segmento. Os primeiros anos da EJA na cidade foram de grandes conquistas, o governo federal fornecia às redes de ensino uma merenda escolar diferenciada para o público da EJA, com o entendimento de que, oferecendo-lhes melhores condições, os educandos poderiam permanecer na escola e concluir os estudos. Entretanto, com o decorrer do tempo, a EJA passou a enfrentar problemas de evasão, nas duas redes.

Como passo inicial, para compreendermos a realidade vivenciada pela EJA nesse território, foi realizada a coleta de dados numéricos referentes à modalidade, nas duas unidades escolares, do ano de 2008 ao ano de 2018. A coleta de dados revelou o total de matrículas, anualmente, o número de matrículas por gênero, o total de alunos aprovados, reprovados e dos que abandonaram a modalidade, em todos os turnos em que foi ofertada a EJA nesse interstício. A coleta de informações foi feita nos livros de atas das secretarias de cada unidade escolar envolvida no estudo. Enfatizamos que os dados das escolas foram coletados por segmento, sendo que os da rede municipal se referem ao 2º segmento, e os da escola estadual, ao 3º segmento.

Na rede municipal, constatou-se em relação ao período de 2008 a 2018, o registro de 1.218 alunos matriculados no 2º segmento, sendo 743 homens e 469 mulheres. A média de abandono por parte dos homens, nos últimos 10 anos, foi de 13%; 9% das mulheres abandonaram as salas de aula da EJA na rede municipal. Destacamos, ainda que, na escola municipal, foram os homens que mais abandonaram a continuidade do estudo, conforme o mostra o quadro 6.

Quadro 6 – Matrícula, abandono, reprovação e transferência entre os anos de 2008 a 2018 da EJA na rede municipal de Campos Lindos (TO)

DADOS	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	Total
T-M	103	137	136	138	145	153	76	*	109	118	97	1212
M-H	62	100	92	94	97	112	45	*	43	43	55	743
M-M	41	37	44	44	48	41	31	*	66	75	42	469
ABD – H	24	19	18	22	21	25	08	*	10	05	08	160
ABD – M	15	08	17	10	14	09	07	*	13	09	06	108
REP – H	10	12	11	10	08	02	05	*	09	02	03	72
REP – M	02	05	03	02	05	01	02	*	04	04	03	31
TRF	01	05	04	03	03	-	02	*	03	05	01	27

T-M= Total de Matrícula M-H= Matrícula de Homens M-M= Matrícula de Mulheres
 ABD-H= Abandono de Homens ABD-M= Abandono de Mulheres
 REP-H= Reprovação de Homens REP-M= Reprovação de Mulheres
 TRF= Transferência --= Não houve dados

* = A escola não teve turma matriculada na modalidade.

Fonte: Campos Lindos (2020).

O gráfico 7 representa a situação das matrículas, entre os anos de 2008 a 2018, evidenciando por gênero os dados coletados da rede municipal, da tabela anterior. O total de matrículas realizadas na EJA da rede municipal de ensino foi de 1.212 alunos entre os anos de 2008 a 2018, onde 56% das matrículas foram feitas por homens e 44% foram de mulheres. Diante esses dados podemos evidenciar que no ensino fundamental a modalidade obteve um quantitativo maior de homens nas salas de aula da EJA.

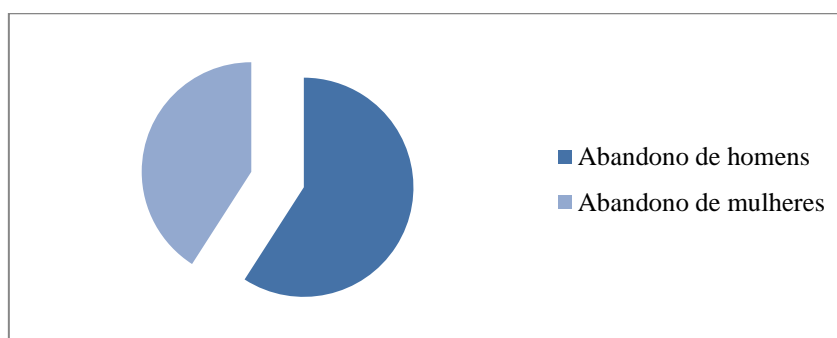
Gráfico 7 - Matrículas na EJA municipal: total geral por gênero de 2008 a 2018



Fonte: Tocantins; Campos Lindos (2020)

As informações contidas no gráfico abaixo expõe de maneira mais visibilizada o abandono, por gênero, na rede municipal de ensino, evidenciando que os homens abandonam mais do que as mulheres. De acordo o total geral de matrículas realizadas na EJA da rede municipal de ensino 1.212 alunos entre os anos de 2008 a 2018, o abandono de homens nesse período foi de 11% e entre as mulheres esse percentual foi de 9%, conforme mostra o gráfico 8.

Gráfico 8 - Abandono na EJA municipal: total por gênero de 2008 a 2018



Fonte: Tocantins; Campos Lindos (2020)

Na rede estadual, entre 2008 e 2018, foram matriculados 717 alunos no 3º segmento. O levantamento por gênero comprova que a escola teve um total de 341 homens e 376 mulheres frequentando as turmas do 1º ao 3º período do 3º segmento. Observou-se, na análise, que a média percentual da aprovação anual se deu em 83,1%; a reprovação, 3,5% e o abandono, 12%. Observou-se, ainda, que as mulheres foram as que mais abandonaram o ensino médio. O quadro 7 apresenta as informações dos entre os anos de 2008 a 2018 da modalidade na escola mencionada.

Quadro 7 – Matrícula, abandono, reprovação e transferência entre os anos de 2008 a 2018 da EJA na rede estadual de Campos Lindos (TO)

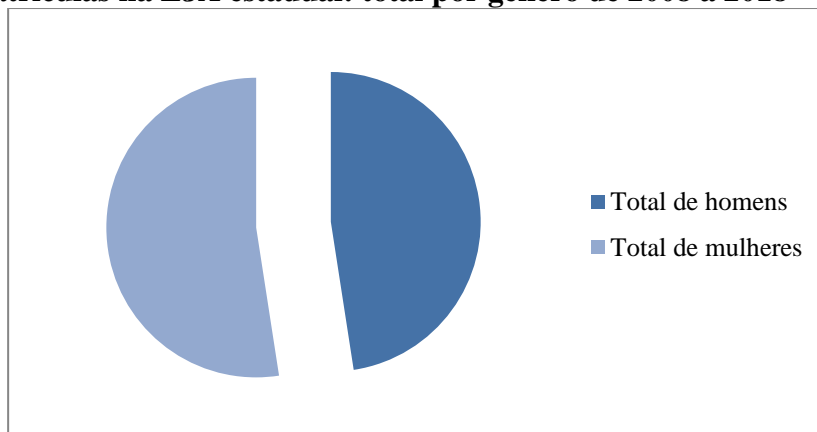
DADOS	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	Total
T-M	80	55	*	31	55	44	86	20	95	119	132	717
M-H	55	32	*	13	24	25	48	07	41	56	40	341
M-M	25	23	*	18	31	19	38	13	54	63	92	376
ABD-H	02	11	*	-	04	01	10	-	08	07	07	50
ABD-M	-	02	*	03	06	-	05	-	03	01	07	27
REP-H	10	01	*	-	-	-	-	01	-	06	-	18
REP-M	05	-	*	-	02	-	-	01	01	01	04	14
TRF	-	03	*	-	02	-	-	-	-	12	08	25

T-M= Total de Matrícula M-H= Matrícula de Homens M-M= Matrícula de Mulheres
 ABD-H= Abandono de Homens ABD-M= Abandono de Mulheres
 REP-H= Reprovação de Homens REP-M= Reprovação de Mulheres
 TRF= Transferência --= Não houve dados
 *= A escola não teve turma matriculada na modalidade.

Fonte: Tocantins; Campos Lindos (2020).

A partir de uma análise mais detalhada dos dados numéricos da rede estadual, é evidenciado que, entre os anos 2008 e 2018, a rede obteve maior número de mulheres matriculadas no ensino médio da EJA, conforme demonstra o gráfico 9 Na EJA da rede estadual de ensino, entre 2008 a 2018, foram matriculados 717 alunos, sendo 52% de mulheres e 48% de homens na modalidade. Compreende-se que, em decorrência do número maior de homens que abandonam a EJA do ensino fundamental, possivelmente que isso favorece para que o número de homens matriculados no ensino médio sejam menores, com o entendimento também que para eles frequentarem a EJA, do ensino médio, evidentemente precisam estarem com 18 anos completos, idade que eles também já podem serem inseridos no mercado de trabalho.

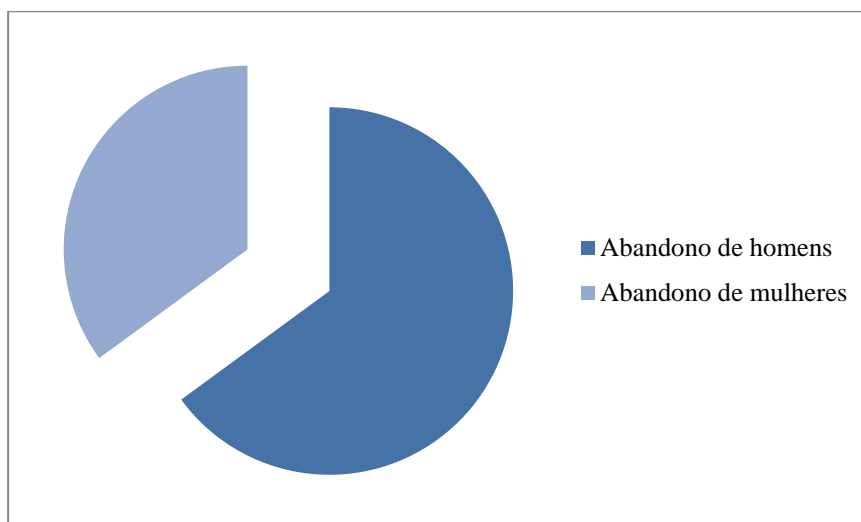
Gráfico 9- Matrículas na EJA estadual: total por gênero de 2008 a 2018



Fonte: Tocantins; Campos Lindos (2020).

Na conclusão da exposição das informações da EJA da rede estadual, podemos visualizar, através do gráfico 10, o abandono, por gênero. Durante os anos analisados o total foi de 77 pessoas que abandonaram a EJA, contudo, 65% desse abandono ocorreu entre os homens, evidenciando 35% de abandono entre as mulheres matriculadas. Reforçando ainda que as leis asseguram a EJA do ensino médio para os jovens a partir de 18 anos de idade.

Gráfico 10 - Abandono na EJA estadual: total geral por gênero de 2008 a 2018

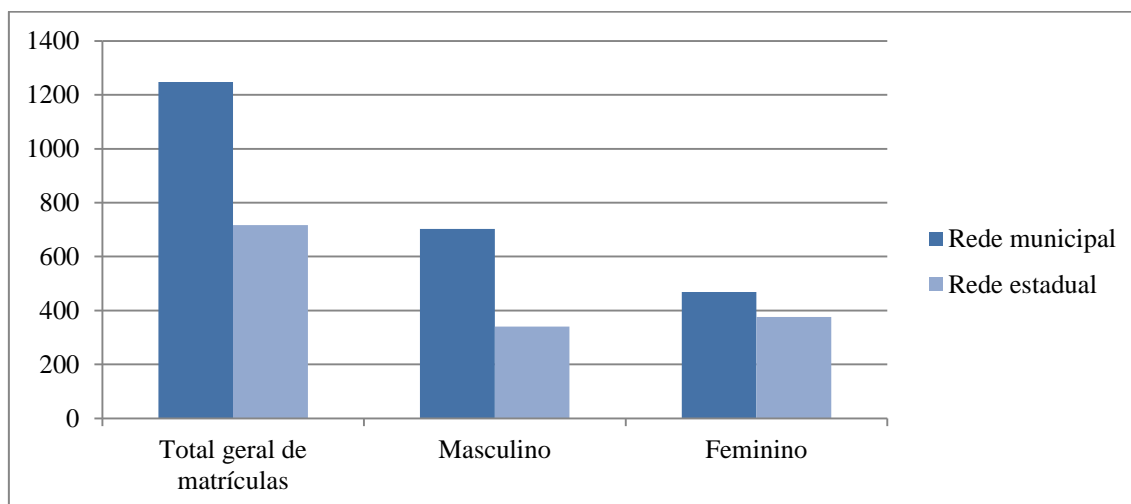


Fonte: Fonte: Tocantins; Campos Lindos (2020).

Quanto os dados das duas escolas relacionados ao total geral de matrículas na EJA, são significativos mais na rede municipal do que na rede estadual de ensino.

Evidenciando que o número de homens matriculados na modalidade, nos dois segmentos, foi superior ao número de mulheres, conforme mostra o gráfico 11.

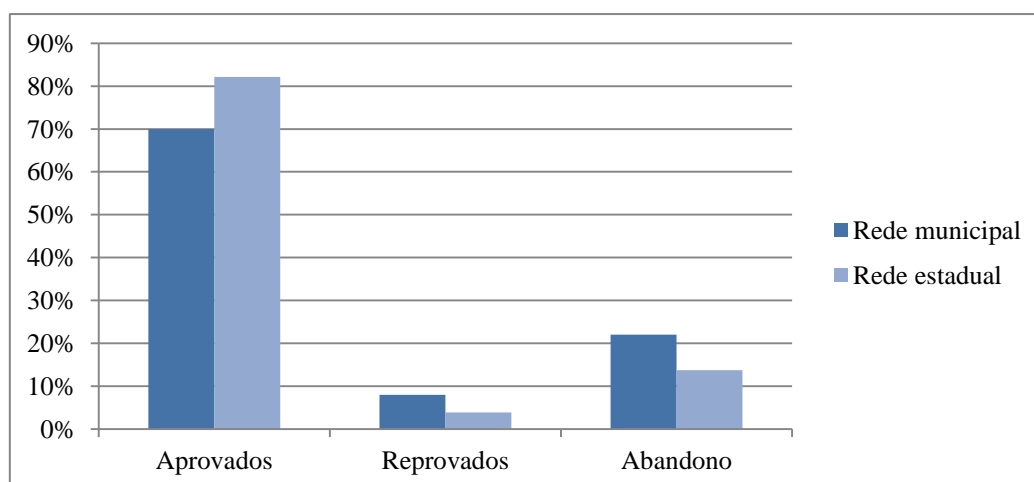
Gráfico 11 - Matrículas na EJA de Campos Lindos: total geral e por gênero entre os anos de 2008 a 2018



Fonte: Tocantins; Campos Lindos (2020).

O gráfico 12 mostra, no contexto de aprovação, reprovação e abandono, a junção de informações das duas modalidades, nas duas redes de ensino. A informação torna-se preocupante pelo fato de muitos abandonarem totalmente e não retornarem mais à escola, fazendo com que o número de alunos sem a conclusão do ensino fundamental e do ensino médio continue a crescer no município, no Tocantins e no país.

Gráfico 12 - Total de aprovados, reprovados e evadidos na EJA entre os anos de 2008 a 2018 em Campos Lindos



Fonte: Tocantins; Campos Lindos (2020).

O perfil dos alunos da EJA das duas escolas públicas de Campos Lindos é caracterizado, em grande parte, por trabalhadores temporários de fazendas, desempregados, donas de casa e empregadas domésticas. São alunos com suas diferenças culturais, étnicas e religiosas (católicos, evangélicos e outros que asseguram que não professam nenhuma religião), mas o que mais há de comum entre eles é a realidade social e financeira. Para traçarmos o perfil dos participantes deste estudo, entrevistamos oito (8) alunos que frequentaram a EJA, sendo que entre eles, alguns tentaram retornar à modalidade. Os perfis traçados, a partir das informações geradas pelas entrevistas, evidenciaram um público com a idade entre 20 a 42 anos de idade, composto por cinco (5) homens e três (3) mulheres. O instrumento de geração de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada e por questões éticas identificamos todos os interlocutores por meio de pseudônimos.

No decorrer do texto, evidenciaremos as falas de alguns participantes entrevistados. Na perspectiva de que haja uma compreensão das narrativas, em face de compreender, individualmente, a vivência dos interlocutores e ex-alunos da EJA que participaram do questionário desta pesquisa.

Catleia é solteira, tem 23 anos, nasceu em uma fazenda do município de Campos Lindos, não tem filhos e abandonou aos 18 anos a EJA do ensino médio. Atualmente trabalha, temporariamente, como auxiliar de serviços gerais em um hotel da cidade. Canarinho é solteira, tem 28 anos, tem três filhos, nasceu na fazenda Mateiro, no município de Campos Lindos, e abandonou a EJA do ensino médio aos 18 anos de idade; trabalha como ajudante em um escritório. Karol tem 23 anos, tem dois filhos e é solteira. Nasceu em Riachão-MA, abandonou a EJA do ensino fundamental pela primeira vez aos 17 anos; é desempregada. Galeguinho nasceu em uma fazenda no município de Campos Lindos, está com 26 anos, é solteiro, não tem filhos e está desempregado; abandonou a EJA do ensino fundamental aos 23 anos. Daí tem 42 anos, nasceu em Ribeiro Gonçalves-PI, vive em união estável, tem três filhas, está desempregado, mas presta serviços em diárias, quando surgem, como pedreiro; abandonou a EJA da rede municipal aos 36 anos. Galego tem 28 anos, nasceu na fazenda Branquinha, em Goiatins-TO, vive em união estável, não tem filhos, é trabalhador temporário de fazendas que plantam soja, na função de operador de máquinas, e atualmente está desempregado; abandonou a EJA da rede estadual aos 18 anos. Vaqueiro tem 26 anos, nasceu no município de Balsas-MA, abandonou a EJA do ensino fundamental com 19 anos e está desempregado formalmente, mas vive em uma

chácara prestando serviços em troca de moradia. Aventura tem 20 anos, tem uma filha, é solteiro e trabalha em fazendas voltadas à produção de grãos na temporada de safra; abandonou a EJA do ensino médio aos 18 anos.

A escola municipal, que oferta o 2º segmento da EJA, possui em suas salas de aulas, muitos jovens que ainda são menores de idade. No contexto municipal, e de acordo os dados do IDH, é alto o número de jovens que estão sem concluir o ensino fundamental e/ou o ensino médio. Há um número significativo desses alunos que vieram das pequenas propriedades de suas famílias, localizadas nos arredores da cidade de Campos Lindos, por não terem condições de se manter no campo, devido à forte expansão do agronegócio no município. Parte daí a necessidade de morar na cidade com o intuito de adquirir meios para que possam concluir a educação básica.

A prática de direcionar alunos que possuem anos de repetências, que muitas vezes são considerados indisciplinados e que ainda não são trabalhadores, para frequentar as salas de aula do 2º segmento, com o intuito de corrigir distorções e acelerar a sua vida estudantil, pode favorecer o surgimento de problemas em razão da realidade intergeracional existente dentro das salas de aula da EJA. É necessário compreender que a EJA não está vinculada a mecanismos de solução de problemas de indisciplinas ou quaisquer que sejam as dificuldades enfrentadas por públicos que não sejam o de jovens e adultos, principalmente trabalhadores. Nesse sentido, é pertinente destacar que :

Estamos propondo, então que as políticas públicas, tomadas como instrumentos para a concretização de direitos, ou expansão de liberdades, sejam, na área da educação, propositalmente dirigidas a essas pessoas como mecanismo de correção de rumo e implementação de justiça social. (HADDAD, 2017, p. 40).

Nessa perspectiva da implementação de justiça social Haddad (2017, p. 40) afirma que “isso implica admitir que um direito universal só se realiza integralmente quando são reconhecidas e acolhidas as especificidades daqueles que não são atingidos pelas ações gerais de formulação do Estado”. Nesse contexto, sabe-se que os alunos trabalhadores maiores de idade, quando estão tentando concluir o ensino fundamental, enfrentam o cansaço da lida diária e, por isso, possuem uma dificuldade maior para compreender e aprender os conteúdos ensinados em sala de aula. Muitos deles, muitas vezes, sentem-se fracassados por ter que permanecer na escola. De um lado, enfrentam o cansaço físico; de outro, não encontram suportes necessários na estrutura da educação, o que acaba por levá-los a fazer uma escolha entre a escola e o trabalho. A respeito do

cansaço, Daí esclarece: “Chegou o momento que a gente não *guenta mermo*. O real motivo que larguei naquele tempo foi por causa disso mermo. Por causa do *trabaio mermo*. Cansaço mermo. Chegava sem *corage* de ir pro colégio” (entrevista, 19/09/2020).

O cansaço presente no dia a dia dos alunos da EJA é evidente mesmo quando não são trabalhadores permanentes. A narrativa de Daí demonstra as dificuldades que ele enfrentava durante o dia de trabalho. Nesse sentido, Galeguinho (entrevista, 19/09/2020) mostra, em sua narrativa, que a lida diária também o fez abdicar dos estudos:

Porque tinha vez que eu se eu fosse *trabaiar* não tinha como eu estudar. Porque era cansativo. Se *trabaiar* você chega seis horas, *cê* chega esgotado. *Cê* pensa só tomar um banho, descansar, *cumer e durmir*. Aí não tinha esse tempo de ir pô colégio. E eu *tava trabaiando* numa fazenda aqui no Maranhão. Que eu saía de lá umas seis e meia e chegava aqui. Que eu vinha de *bicicreta*. Aí ficava muito cansativo pra mim, num dava pra mim, num dava pra mim estudar, não. *Trabaiava* numa fazenda chamada Costura.

A realidade do 2º segmento da EJA em Campos Lindos é expressa pela situação dos alunos que são maiores de idade e que possuem uma rotina de trabalho diurno, de maneira que ficam inseridos nas mesmas salas de aula dos alunos que não trabalham, conforme a legislação que determina 15 anos como a idade mínima para inserção de jovens na modalidade. Em muitos momentos, essa junção de jovens e adultos no mesmo espaço de estudo pode fazer com que os de maior idade se sintam deslocados quanto ao comportamento de outros alunos, conforme nos mostram as narrativas a seguir.

O que eu gostava menos na escola [...] era quando meus colega bagunçava, as vezes me sentia muito mal. Porque os professores queria explicar e eles não dava muita atenção. E *trapalhava* quem queria, então o que eu gostava menos era isso. [...] Eu acho que era falta mermo de *coincimento* dos *jovis mermo*. *Hoji* em dia *jovi* é *mei* complicado mexer. Eu sentava e ficava observando. Que a gente quando tá de idade a gente conheci mais ou menos *ar lei*. Tinha dia que professor não explicava, brigava, tinha que, as *veis*, até sair da sala. Por que queria sair da sala? Porque não *guentava* a bagunça, e era uma coisa que assim que sem explicação. E a gente não pode fazer nada, e professor não pode dizer nada, que, sabe né, hoje em dia, todo direito é do aluno, né? Então é isso que eu acho que faltava *coincimento* nos *jove* (DAÍ, entrevista, 19/09/2020).

As diferenças intergeracionais ainda são evidenciadas:

O que eu menos gostava lá na escola era dos alunos bagunceiro, né? Que eu queria aprender, e os outros não. E através deles bagunçava a memória da gente, porque a gente ficava estressado. A gente ficava agoniado, porque causa que eles ficava fazendo baderna na sala (GALEGUINHO, entrevista, 19/09/2020).

Nesse contexto, na EJA, são estabelecidas, além de relações *intrageneracionais* (interações entre uma mesma geração), relações intergeracionais (interações entre

gerações diferentes), “sendo essas tecidas por trocas e tensionamentos que se realizam na diversidade de experiências entre ‘jovens’, ‘adultos’ e ‘idosos’ compartilhando um mesmo contexto escolar” (RIBAS, 2009, p. 125). É importante que as redes de ensino, além de compreenderem a necessidade de manter as estruturas físicas e humanas adequadas ao contexto da EJA, formalizem as discussões voltadas às diferenças intergeracionais na modalidade. Sobre as dificuldades intergeracionais dentro das salas de aula da EJA, podemos compreender que essas diferenças de idade dificultam a permanência dos adultos na escola, de modo que o abandono dos estudos, sem concluir o ensino fundamental e/ou médio, continua concorrendo para os baixos índices da educação no município de Campos Lindos.

A escola estadual, por possuir uma estrutura física menos debilitada e até mesmo com maiores recursos físicos e tecnológicos, consegue ofertar o ensino observando a realidade do aluno da EJA. De acordo com a análise da lotação de professores, a escola buscou, nos últimos cinco anos, lotar nas turmas da modalidade, professores formados por área/disciplina. Essa escola possui uma biblioteca e uma sala de informática equipada para uso dos educandos, mas ambas as salas ficam abertas para atendimento ao público durante o dia, dificultando assim a frequência por parte dos alunos no período noturno.

De acordo com a legislação estadual, não é permitida, no 3º segmento, a matrícula de alunos com menos de 18 anos, sendo essa a principal exigência da modalidade para que o aluno possa cursar o ensino médio. Em análise das atas de conselhos de classe da unidade escolar, foi possível constatar reclamações de professores sobre os problemas enfrentados dentro das salas de aula do 3º segmento da EJA. Uma das principais falas que há nos registros se refere à preocupação da equipe pedagógica quanto ao alto índice de abandono nesse segmento, que favorece a queda do desempenho da unidade escolar.

Nas entrevistas realizadas para este estudo, dos interlocutores que abandonaram a EJA, no ensino médio, 04 (quatro) estavam com 18 anos. As narrativas dos entrevistados do gênero masculino evidenciaram que o principal motivo por abandonarem a escola foi à necessidade de trabalhar nas fazendas de agronegócio em Campos Lindos ou da região, por terem que se casar e sustentarem suas famílias.

Eu na época que larguei os *istudos* foi *pa* casar e sustentar a *famia*, que *tarra* muito difícil. Aí num dava certo deu cuidar da *famia* e *istudar* ao mermo tempo que tinha que *trabaiá*. Aí foi a única opção foi abandonar os *istudos* (VAQUEIRO, entrevista, 15/09/2020).

Diante desse contexto, os interlocutores acreditam que não são capazes de acompanhar os conteúdos e que não conseguem adquirir a média aprovativa em cada bimestres, passando a vivenciar o que Freire entende por concepção bancária da educação. Com essa perspectiva é preciso compreender que “desta maneira a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 2007, p. 66).

3.4 OS SUJEITOS DA EJA E O MERCADO DE TRABALHO EM CAMPOS LINDOS

Dado o seu objetivo de ofertar um ensino voltado às necessidades do jovem e do adulto trabalhador, a EJA é vista como a possibilidade que muitos não tiveram em outros tempos no país. A EJA deve proporcionar um ensino com equidade, respeitando as necessidades individuais de cada educando, focalizando as pessoas jovens, adultas e idosas que estão inseridos na sociedade como cidadãos de baixa renda cujo os direitos à educação a essas pessoas foram violados no período de suas infâncias, como ocorrem com muitas crianças em Campos Lindos que não podem frequentar uma creche, bem como na adolescência, devido a preconceitos, ausências ou distâncias de escolas, bem como por terem que trabalhar muito cedo e dificuldade de aprendizagem (DI PIERRO, 2017).

Os participantes deste estudo, em seus depoimentos, se referem a experiências marcadas por exclusão social e econômica. Enfrentaram muitas dificuldades em seu dia a dia enquanto crianças, adolescentes e, conseqüentemente, se tornaram jovens e adultos com as marcas das dificuldades que vivenciaram. A narrativa abaixo evidencia abertamente o que nossos interlocutores viveram dentro da escola:

Eles (os alunos bagunceiros) tinham tipo preconceito. A gente era mais *franquim*. A gente não tinha condição financeira pra gente se manter de uma roupa boa pra gente se vestir. A gente ia malvestido, ficava tipo com racismo, zombando da pessoa. Aí eu ficava com vergonha e causava motivo de eu ficar acanhado e tinha vergonha. Uma pessoa vergonhoso (GALEGUINHO, entrevista, 19/09/2020).

Para os alunos da EJA, a necessidade de ter um trabalho se sobressai à importância de estudar. Diante das situações difíceis que enfrentam, que lhes exigem fazer escolha entre trabalhar e estudar, evidentemente que optaram pelo trabalho. Eles compreendem que essa é uma forma de minimizar suas necessidades e de resolver os problemas familiares, pessoais e de serem visibilizados socialmente. Muitos possuem

vontade para estudar, mas há uma grande dificuldade em conciliar escola, família e trabalho. Essa realidade é confirmada por interlocutores que participaram de entrevistas realizadas no decorrer do estudo, com o objetivo de problematizar o que ocorre com os sujeitos que buscam a EJA.

De acordo Galego (entrevista, 20/09/2020):

Minha decisão por eu ter *abandonado* a escola eu atribuo a eu mesmo. Porque eu não pude estudar porque eu casei e eu num tinha o tempo de estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Aí eu tive que largar meus estudos pra sustentar minha família.

Ainda em relação à dificuldade de conciliar estudo e trabalho, outros dois interlocutores afirmam que:

Não o motivo *mermo* que eu larguei, abandonei o colégio naquele tempo, foi motivo de trabalho *mermo*. *Trabaiava* na fazenda. Às vezes saía cedo, saía cinco horas da manhã, ia pra fazenda, daqui trinta e cinco quilômetro; tinha que voltar todo dia, aí o cansaço bateu (DAÍ, (entrevista, 19/09/ 2020).

Eu não pude estudar porque eu casei e eu num tinha o tempo de estudar e trabalhar ao *mermo* tempo. Aí eu tive que largar meus estudos pra sustentar minha família (GALEGUINHO, (entrevista, 19/09/2020).

Há poucas vagas de emprego no mercado de trabalho em Campos Lindo. Diante disso e das exigências do mercado capitalista, é possível compreender que quanto mais dificuldades os alunos encontrarem no seu cotidiano escolar, maiores são as chances de abandonarem a escola. Nesse sentido, Galego (entrevista, 20/09/2020) afirma:

E também a cidade aqui não tem uma empresa, não tem nada aqui *dento* que *benefia*, que beneficia as pessoas aqui *dento*. Tinha que ter uma empresa, que seria melhor pra nós, tivesse uma empresa aqui dentro dava pra trabalhar de dia e estudar de noite, mas como a única opção aqui é trabalhar em fazenda *num* tem como. Trabalhar de dia e vim pra estudar a noite. Aí fica complicado.

Diante dessa realidade, faz-se necessário que as escolas e demais órgãos (especialmente os educacionais) compreendam os problemas que os alunos da EJA enfrentam em sua vivência diária. Nesse contexto,

é preciso reconhecer os potenciais educandos da EJA, os jovens e adultos com baixa ou nenhuma escolaridade, são aquelas pessoas às quais é negado também, em sua maioria, o acesso a uma vida digna – aqui incluindo as necessidades de saúde, saneamento básico, moradia, alimentação, lazer, atividades culturais, entre outras – e autônomas, que implica garantia das liberdades e as condições para exercê-las (HADDAD, 2017, p. 39-40).

Em continuidade, o autor defende que “reconhecê-los como sujeitos de direitos, significa reconhecê-los como atores sociais, agentes desse processo”, de modo que isso

“significa ampliar a capacidade de participação social na defesa de seus direitos, mediante ações que permitam maior ganho de consciência sobre seu papel no mundo” (HADDAD, 2017, p. 40). Nesse entendimento, faz-se necessário lembrar que “a existência dos homens se dá no mundo que eles recriam e transformam incessantemente” ((FREIRE, 2007, p. 78). Com a perspectiva do que se busca para compreender vários problemas vivenciados na educação, especificamente na EJA, é importante evidenciar que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2007, p. 78).

Considerando-se os muitos problemas vivenciados pela educação nos dias atuais é preocupante a realidade em que se encontra a EJA, tendo em vista muitas mudanças previstas para essa modalidade de ensino, que conquistou, a lentos passos, espaço dentro da história do país. Diante das dificuldades enfrentadas por educandos de EJA em âmbito escolar, como falta de incentivo para permanência na escola e os problemas que vivenciam diariamente para frequentar a escola, é preciso compreender o pensamento de Freire (2007, p. 98-99) quando enfatiza:

As elites dominadoras, na sua atuação política, são eficientes no uso da concepção ‘bancária’ (em que a conquista é um dos instrumentos) porque, na medida em que esta desenvolve uma ação apassivadora, coincide com o estado de ‘imersão’ da consciência oprimida. Aproveitando esta ‘imersão’ da consciência oprimida, estas elites vão transformando-a naquela ‘vasilha’ de que falamos e pondo nela slogans que a fazem mais temerosa ainda da liberdade.

Da colocação de Freire, é preciso destacar, principalmente, o que são as elites dominadoras. Evidentemente que, no contexto atual da EJA, e considerando os problemas enfrentados pelos alunos nela inseridos, podemos depreender que se encaixam, nessa definição, os sistemas educacionais (redes públicas de ensino) e o poder público local, que dificultam ao aluno trabalhador sua permanência no ambiente escolar, permitindo o crescimento do índice de evasão nas escolas de Campos Lindos.

As grandes fazendas produtoras de grãos iludem os alunos trabalhadores e os fazem perder o foco de seus estudos, optando por um emprego temporário que lhes traz subsídios financeiros por poucos meses do ano. Conforme as narrativas, do total de 08 (oito) entrevistados 05 (cinco) deles estão desempregados, sendo 04 (quatro) homens e 01 (uma) mulher. As três pessoas que informaram estarem trabalhando, no período de desenvolvimento das entrevistas, são 02 (duas) mulheres e 01 (um) homem, trabalham na informalidade em alguns locais dentro da cidade de Campos Lindos.

3.5 O QUE DE FATO ACONTECE COM OS SISTEMAS DE ENSINO E A EJA

De acordo com as análises realizadas no decorrer desta pesquisa, utilizando dados numéricos relativos ao 2º e ao 3º segmento da EJA das escolas públicas, das redes municipal e estadual de ensino de Campos Lindos, referente ao período de 2008 a 2018, são notáveis os altos índices de abandono dos alunos ao longo dos anos. O olhar de pesquisadora nos remete às seguintes perguntas: Que ações são feitas pelas políticas de ensino para combater o abandono total desses alunos? Qual a influência do agronegócio na escolha feita pelos alunos?

Nessa perspectiva, podemos efetivamente compreender que há, na vivência estrutural dos sistemas de ensino e posteriormente na escola, a influência do capital cultural. Bourdieu (2009, p. 42) nos explica que “a influência do capital cultural se deixa apreender sob a forma da relação, muitas vezes constatada, entre o nível cultural global da família e o êxito escolar [...]”, enfatizando que o processo de desenvolvimento do educando está atrelado ao nível cultural vivenciado por sua família. Consequentemente, o êxito escolar está interligado ao capital cultural.

Na compreensão de como são conduzidos os sistemas de ensinos e a educação, é preciso “falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo [...] a suprema inquietação desta educação”, em que “o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é ‘encher’ os educandos dos conteúdos de sua narração” (FREIRE, 2007, p. 65). . Isso a torna uma educação dissertadora, e não uma educação transformadora, pelo fato de preocupar-se sempre em narrar, não evidenciando que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2007, p. 65).

Para Bourdieu (2009, p. 50), “o capital cultural e o *ethos*, ao se combinarem, concorrem para definir as condutas escolares e as atitudes diante da escola, que constituem o princípio de eliminação diferencial das [...] diferentes classes sociais”. Na concepção dos sistemas de ensino da educação em Campos Lindos, “o êxito escolar” está “diretamente ligado ao capital cultural legado pelo meio familiar”, de modo que “parece determinante que o prosseguimento dos estudos seja a atitude da família a respeito da escola, ela mesma tem a função, como se viu, das esperanças objetivas de êxito escolar encontradas em cada categoria social” (BOURDIEU, 2009, p. 50).

Diante disso, é possível compreender a realidade dos alunos trabalhadores da EJA em Campos Lindos. É fato que eles enfrentam dificuldades, desde o período do ensino regular, para permanecer na escola. Nesse sentido, e diante da realidade de suas famílias, torna-se inviável frequentar, diariamente, a escola, participar constantemente das atividades estudantis. Isso decorre do fato de todos eles serem filhos de trabalhadores e trabalhadoras que estão na luta diária para prover o sustento dos filhos.

É necessário aos alunos da EJA que haja coerência entre o que é ofertado e as particularidades de sua realidade. Tais particularidades precisam ser vistas e entendidas de uma maneira que torne possível sua continuidade na rotina escolar, para recuperar o tempo que, na maioria das vezes, fora perdido do período regular. Nesse contexto, evidentemente que a escola necessita compreender a realidade do cotidiano do educando, fora da sala de aula. Essas particularidades precisam ser compreendidas como forma de não permitir que a escola realize as atitudes que processem como invasão cultural. Sabendo-se que a escola não pode ser evidenciada como opressora, em que os invasores, em minoria, entram no mundo dos invadidos e lhes impõem sua visão de mundo, de modo que a cultura do ser invadido possa perder sua originalidade ou até mesmo perdê-la de vez. Nessa perspectiva, Freire (2009, p. 99) afirma que:

Por isto é que não podemos, a não ser ingenuamente, esperar resultados positivos de um programa, seja educativo num sentido mais técnico ou de ação política, se, desrespeitando a particular visão do mundo que tenha ou esteja tendo o povo, se constitui numa espécie de 'invasão cultural', ainda que feita com a melhor das intenções. Mas 'invasão cultural' sempre.

Nesse contexto, são perceptíveis, considerando-se a experiências dos participantes da pesquisa, as suas condições históricas de vida que lhes são impostas, de modo que enfrentam inúmeras dificuldades no decorrer do período em que precisam ir à escola para estudar e também para trabalhar nas lavouras. Mediante os interlocutores, chegando a determinado período de suas vidas são obrigados a fazer uma escolha que será um fator determinante para o seu futuro. Nessa perspectiva, precisamos compreender alguns questionamentos pertinentes à realidade desses alunos trabalhadores, fazendo sempre esta análise:

Quem, melhor do que os oprimidos se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão ao acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2009, p. 34).

A citação acima nos remete ao entendimento de que é necessário colocar as necessidades dos alunos da EJA à frente dos interesses capitalistas, como os do agronegócio, que favorecem apenas os grandes produtores e as multinacionais, que lucram com a mão de obra desses trabalhadores.

É evidente que, nas circunstâncias nas quais se encontram esses homens e mulheres, eles se veem na obrigatoriedade de optar pelo trabalho nas lavouras, mesmo que seja por curtos períodos, em detrimento da continuidade dos estudos. Observa-se que, com essa necessidade de abandonarem a escola para serem inseridos no trabalho das produções de grãos em larga escala, os participantes deste estudo, de certa maneira, vivenciam um processo de mudança de território, de modo que eles sentem-se deslocados passando assim a se alocarem em outros territórios.

Nesse contexto, é pertinente entendermos sobre humanização e desumanização discutidas por Freire (2009). Para o autor, a humanização “nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens”, compreendida também como “vocação negada” (FREIRE, 2009, p. 32). A desumanização, por seu turno, “não se verifica nos que têm sua vocação roubada, mas [...] nos que a roubam” (FREIRE, 2009, p. 32). Os conceitos de humanização e de desumanização estão “dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão” (FREIRE, 2009, p.32), de modo que “a luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como seres para si, não teria significação” (FREIRE, 2009, p.32). Diante disso, a humanização “somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos” (FREIRE, 2009, p. 32).

De acordo com Haesbaert (2006, p. 126), “uma sociedade, antes de ser definida por suas contradições, como na linguagem marxista, é definida pelas linhas de fuga que afetam massas de todo tipo pelos pontos ou fluxos de desterritorialização”. Para compreendermos o significado de desterritorialização é necessário entendermos o conceito de território. Haesbaert (2006, p. 127) mostra que “o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce o controle”.

Os participantes desta pesquisa vivem em constantes processos de territorialização e desterritorialização, nos momentos em que abandonam as escolas e são inseridos nas fazendas voltadas à produção de grãos na região. Enquanto as épocas

do plantio e/ou da colheita não chegam, eles residem na zona urbana de Campos Lindos, período em que ficam desempregados. Dentro do período da safra de grãos, eles vivenciam diariamente as movimentações de deslocamento para estarem trabalhando nesses empreendimentos.

Nesse sentido, Haesbaert (2006, p. 124) afirma que “os agenciamentos maquínicos de corpos são as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos, [...] dizem respeito a um estado de mistura e relações entre os corpos de uma sociedade. O autor assegura ainda que os agenciamentos coletivos de enunciação

não dizem respeito a um sujeito, pois sua produção só pode se em respeito a um só pode se efetivar no próprio *socius*, já que dizem respeito a um regime de signos compartilhados, à linguagem, a um estado de palavras e símbolos” (HAESBAERT, 2006, p. 125).

Nesse entendimento, é pertinente evidenciar que, na perspectiva dos interlocutores desse estudo, “existe uma relação entre os dois agenciamentos, os dois percorrem um ao outro, intervém um ao outro, trata-se de um movimento recíproco e não hierárquico”(HAESBAERT, 2006, p. 125). Nesses aspectos, Haesbaert afirma que isso acontece porque “os agenciamentos coletivos de enunciação fixam atributos aos corpos de forma a recortá-los, ressaltá-los, precipitá-los, retardá-los [...] dentro deste movimento mútuo de agenciamentos, um território se constitui” (HAESBAERT, 2006, p. 125-126).

Isso evidencia um imenso conjunto de agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação, totalmente diferentes dos agenciamentos que teriam enquanto trabalhadores rurais assalariados. Eles, em vários momentos, passam por diversos territórios. Ao mesmo tempo em que esperam a possibilidade de serem inseridos em uma das vagas de trabalho proporcionada pelo agronegócio, eles buscam exercer outras atividades, tais como as de pedreiro ou carpinteiro, mas, na maioria das vezes, ficam sem nenhuma atividade a ser exercida, ou seja, ficam totalmente desempregados.

Com toda a realidade desses trabalhadores, vivenciando o dia a dia sem ter apoio, em certos momentos, das ações da vivência de políticas públicas que facilitem, especificamente, a continuidade ou conclusão dos estudos, vem ao encontro o que é compreendido sobre o que desterritorializa de fato “é justamente esse afastamento ou fragilização do Estado e a consequente onipotência de uma economia ‘flexível’, ‘fictícia’, especulativa e/ou ‘deslocalizada’ (HAESBAERT, 2006, p. 367).

Nos períodos de vida em que estão desempregados, esses alunos trabalhadores sentem a necessidade de retornar às escolas para concluírem o ensino fundamental e/ou o ensino médio. Evidentemente que quando chegam à escola deparam-se com situações que dificultam a sua continuidade, no sentido de que os semestres letivos da EJA são ofertados à comunidade, de acordo os mesmos moldes do calendário voltado ao ano letivo do ensino regular, havendo assim um confronto de escolhas, entre a possibilidade de permanecerem na escola, ou irem trabalhar nas lavouras da região, se surgir a oportunidade de emprego.

Seguindo o entendimento das dificuldades enfrentadas na EJA, nas entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa, tanto os alunos quanto os profissionais da educação, explicitaram em suas declarações que a EJA é importante para eles e para a educação de Campos Lindos. Os relatos comprovam que é possível proporcionar a continuidade da EJA. Nesse sentido, Santos (entrevista, 19/09/2020), com a perspectiva de profissional da educação, afirma que, para a EJA de Campos Lindos diminuir o abandono escolar e contribuir para o crescimento dos indicadores,

Primeiramente é necessário escolher adequadamente o professor que melhor tem o perfil para trabalhar com alunos da EJA. É necessário utilizar com os alunos o uso de variadas linguagens para facilitar o aprendizado *principalmente* dos mais velhos, elaborar um cronograma de aula ajustado à disponibilidade dos alunos, construir um currículo que dê mais significado à aprendizagem (associar temas do cotidiano às disciplinas), valorizar o trabalho em equipe, conhecer o interesse de cada um, incentivar o uso da tecnologia em sala de aula e promover a motivação entre eles.

Nesse entendimento, é afirmado por outro entrevistado que:

Os métodos de ensino e aprendizagem devem ser voltados à linguagem e cotidiano dos alunos. O seu dia a dia e suas experiências de vida deve ser levada em consideração quanto os conteúdos e avaliações a serem realizadas pela a unidade escolar, sabendo que essa clientela é diferenciada em relação a turmas de regulares. Os professores devem entender a realidade de vida de cada aluno, para apresentar uma abordagem diversificada para cada aluno, para que eles possam entender e compreender os conteúdos ministrados com sua realidade de vida. (CHAPÉU DE PALHA, (entrevista, 18/092020)).

A narrativa de Santos é de grande relevância nessa discussão, principalmente quando consideramos a importância do professor em face das particularidades da modalidade EJA. Deprendemos da narrativa do entrevistado que o sistema de ensino não disponibiliza, nas organizações estruturais para o funcionamento da EJA, apoio pedagógico aos profissionais que estão diariamente envolvidos com alunos jovens e adultos. Não proporcionam, por exemplo, um calendário específico para a EJA, de modo que sejam respeitados os direitos dos trabalhadores, colocando em evidência o

projeto agrícola inserido em Campos Lindos, bem como a realidade de que muitos alunos moram nas chácaras próximas à sede do município.

Para Maranhão (entrevista, 27/09/2020), o que de fato precisa para a continuidade e sucesso dessa modalidade em Campos Lindos é “que a EJA tenha um espaço específico e adequado com a realidade do aluno”. O entendimento de Maranhão vem ao encontro do que os ex-alunos participantes da pesquisa afirmaram em suas entrevistas. Na visão dos entrevistados, as escolas precisam melhorar as condições das carteiras das salas de aula, melhorias nos banheiros de alunos e alunas, reorganizar as jardinagens, bem como a pintura predial e a ventilação dos ambientes.

Dáí (entrevista, 19/09/2020), por sua vez, afirma: “A gente sente muito bom quando a gente tá conversando com professor que ele dá atenção pra gente. É muito bom. Então eu gostava muito de debater com os *professor*”. Nesse contexto, Galeguinho (entrevista, 19/09/2020) destaca:

Eu gostava de, é assim de, de ir *pro* colégio, assim, mais ou menos pra aprender, aprendizado. Que era a ler e escrever. E eu gostava também, bastante, *dos meus professor*. Eu gostava e respeitava muito bem eles, que eu gostava *dimais*”.

As declarações mostram que não são os professores que causam problemas que resultam em abandono na EJA de Campos Lindos, evidentemente. De acordo com os alunos participantes da pesquisa, a vivência com os profissionais no cotidiano escolar é agradável, de modo que muitos jovens e adultos se sentem bem acolhidos por seus educadores nas salas de aula.

Nesse entendimento, a EJA em Campos Lindos precisa ser entendida e vista como uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento (FREIRE, 1996, p. 98). A EJA pode contribuir com a melhoria de vidas desses alunos trabalhadores, bem como a possibilidade de crescimento dos índices da educação no contexto dos indicadores sociais do município de Campos Lindos.

3.6 EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CULTURA – UMA DISCUSSÃO NA PERSPECTIVA DE CAMPOS LINDOS

Neste tópico, buscamos evidenciar a relação entre educação, cultura e desenvolvimento, partindo do pressuposto de que não há que se falar em

desenvolvimento socioeconômico sem antes considerar a importância da educação nesse processo. Isso significa que assegurar acesso a uma educação de qualidade deve ser reconhecido como necessário ao bom desempenho dos indicadores do IDH-M, por exemplo. Nesse sentido, podemos afirmar que o desenvolvimento educacional de Campos Lindos se mostra em um ritmo mais lento do que o demonstrado pelo desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, o poder público e os sistemas de ensino devem repensar sobre a função que delegam à escola no entremeio educação/desenvolvimento, isso porque, geralmente, embora o discurso que advoga o desenvolvimento reconheça a contribuição da educação para o crescimento social e econômico de um território, a prática denuncia que essa fica relegada para segundo plano. Ao professor cabe assumirem que “ensinar exige apreensão da realidade”, desde a relação com o objeto de ensino até a realidade propriamente dita, compreendendo o ato de apreender como “construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito” (FREIRE, 1996, p. 69).

É nesse sentido, explica o autor, que ensinar “exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”, intervenção que perpassa a transmissão de conteúdos, para contribuir com os esforços tanto de reprodução quanto de desmascaramento da ideologia dominante (FREIRE, 1996, p. 98). O problema é que essa educação, que se diz empenhada em desmascarar a ideologia dominante, quando chamada a ser de fato progressista, sempre se apresenta como uma educação progressista pela metade. Em se tratando da educação para jovens e adultos, é evidente o modo como a escola não se preocupa em esconder que essa metade se resume ao discurso da igualdade de acesso à educação, inclusive para aqueles que a ela não tiveram acesso na idade apropriada.

Em razão disso, a prática educativa ofertada a esse público se restringe à função reparadora da EJA quanto à “entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado” (BRASIL, 2000, p. 07), embora no documento que preconiza essa restauração destaca-se que

[...] a função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades socioculturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais. É por isso que a EJA necessita ser pensada como **um modelo pedagógico próprio** a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos (BRASIL, 2000, p. 09, grifo no original).

Entretanto, em que pese o que diz a legislação pertinente, o que persiste em nossas escolas é oferta de uma espécie de educação inferior para indivíduos considerados inferiores (FÁVERO, 2004 *apud* SAMPAIO, 2009). Almeida (2016), ao referir-se à compreensão da gênese identitária da EJA enquanto formada por uma classe trabalhadora, questiona se a educação de jovens e adultos se constitui em uma educação para o trabalho ou em uma educação para a classe trabalhadora, no sentido de ser desnecessária uma educação voltada, por exemplo, à inserção de jovens e adultos ao mercado de trabalho, por consequência ocupando espaços de maior visibilidade. Nesse sentido, a autora destaca:

A afirmação da categoria ‘classe trabalhadora’ se refere a uma opção teórico-metodológica que não abandona o fato de que a distribuição desigual de oportunidades educacionais continua a ser uma questão derivada da origem socioeconômica e das assimetrias de poder daí advindas. Trata-se, portanto, de uma questão de classe (RUMMERT, 2007 *apud* ALMEIDA, 2016, p. 80).

Resta evidente, nas colocações de Rummert (2007), que a escola, em face da educação propiciada à classe trabalhadora, não leva em consideração que na verdade tem incorrido na oferta pela oferta. Embora sob o discurso da igualdade de oportunidades, esbarra na qualidade da prática educativa disponibilizada. Uma educação de qualidade passa, antes de qualquer coisa, pela observância das necessidades do educando, mas em se tratando da EJA em Campos Lindos, o caso em tela, o que menos importa são as necessidades daqueles inseridos nessa modalidade de ensino. A busca pela qualidade em educação não é motivada nem mesmo pelo fato de o indicador educação desse município ter alcançado índices inexpressivos, contribuindo para o baixo IDH-M.

Contraditoriamente, Campos Lindos foi fundado sob a promessa de progresso, e consequentemente com a melhoria da qualidade de vida dos que ali se territorializavam. O desenvolvimento de fato chegou, mas para grupos vinculados ao agronegócio, a eles permitindo expansão do capital e alargando ainda mais o fosso entre as classes favorecidas e as marginalizadas. O conceito de desenvolvimento que prosperou foi, mais uma vez, o que considera apenas a dimensão econômica – fortalecendo parcelas específicas da comunidade camposlindense –, em detrimento de outras que aí deveriam ser consideradas. Ou seja, mais uma vez, desenvolvimento e educação seguem por caminhos separados.

Em face disso, cabe à escola reconhecer que é de interesse das classes dominantes, interesses esses geralmente defendidos pelo poder público, que as coisas permaneçam assim como estão. A esse respeito, Freire (1996, p. 99) adverte:

Seria demasiado ingênuo, até angelical de nossa parte, esperar que a ‘bancada ruralista’ aceitasse quieta e concordante a discussão, nas escolas rurais e mesmo urbanas do país, da reforma agrária como projeto econômico, político e ético da maior importância para o próprio desenvolvimento nacional.

Vislumbrar o progresso nacional por meio de um processo que abarque a reforma agrária não é, portanto, discurso a ser difundido por ruralistas. Trata-se de uma tarefa da qual devem se incumbir educadores e educadoras progressistas, e essa tarefa não deve ser levada a efeito apenas nas salas de aula, mas igualmente fora delas, em todos os espaços em que se fizer necessário. Por outro lado, “Já não é ingênuo esperar, porém, que o empresariado que se moderniza, com raízes urbanas, adira à reforma agrária. Seus interesses na expansão do mercado o fazem ‘progressista’ em face da reação ruralista” (FREIRE, 1996, p. 100). De qualquer modo, diz o autor, o comportamento progressista do empresário é esvaziado de humanismo, por acabar sobrepondo os interesses do mercado aos interesses humanos.

Diante disso, é necessário compreender que nada justifica a minimização dos seres humanos, seja diante dos avanços da ciência, seja diante dos avanços da tecnologia. Nada pode “legitimar uma ordem desordeira em que só as minorias do poder esbanjam e gozam enquanto às maiorias em dificuldades até para sobreviver se diz que a realidade é assim mesmo, que sua fome é uma fatalidade do fim do século” (FREIRE, 1996, p. 101). Nada justifica, nesse sentido, que o agronegócio em Campos Lindos torne ainda mais rica uma minoria enquanto a maioria permanece à margem do que denominam desenvolvimento, do acesso de fato e de direito a garantias constitucionais mais elementares.

É nesse cenário que o aluno de EJA é apenas mais uma força de trabalho disponível por ocasião do plantio ou da colheita. Por ser assim, a escola precisa reavaliar sua função enquanto indutora de mudanças, abandonar sua inércia diante da realidade, assumindo postura de recusa a esse fato, que, segundo Freire (1996), estaria na “ordem perversa” dos acontecimentos. Não há por que esperar, por exemplo, que as classes dominantes deem direito à voz às classes dominadas. Sob esse entendimento, o autor destaca que

difícilmente um empresário moderno concordaria com que seja direito de ‘seu’ operário, por exemplo, discutir durante o processo de sua alfabetização ou no desenvolvimento de algum curso de aperfeiçoamento técnico, esta mesma ideologia a que me venho referindo. Discutir, suponhamos, a afirmação: ‘O desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século.’ E por que fazer a reforma agrária não é também uma fatalidade? E por que acabar com a fome e com a miséria não são igualmente fatalidades de que não se pode fugir? (FREIRE, 1996, p. 101-102).

Entretanto, em uma sociedade complexa como a brasileira, pensar a relação entre educação e desenvolvimento não constitui tarefa fácil, dado se tratar de uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade. Todavia, pensar a educação em dado contexto significa de fato pensá-la nesse contexto, o que significa dizer que a prática educativa só pode ser compreendida quando realmente se desvela a realidade em que ela está inserida. De qualquer modo, independentemente de como se desenvolvem, as instituições educativas nascem da necessidade de as experiências dos mais velhos serem transmitidas aos mais novos, seja para preservá-las, seja para recriá-las (ROMANELLI, 1986).

A autora, porém, adverte que “o que se tem em vista, na cultura transplantada, é a imposição e a preservação de modelos culturais importados, sendo, pois, diminuta, a possibilidade de criação e inovação culturais” (ROMANELLI, 1986, p. 23). A escola seria utilizada, nesse caso, não como um instrumento para a transmissão de informações, mas para transmitir recados. A isso se prestando com excelência, a prática educativa se ocupa de desenvolver o espírito ilustrado, em detrimento de instigar o desenvolvimento do espírito criativo. E tem sido assim desde o Brasil colonial, quando, em nome dos interesses da sociedade nascente, alicerçou a imposição e a preservação da cultura transplantada.

Essa sociedade, naturalmente, não via por que abrir mão de seus privilégios. Ao contrário, sentia a necessidade de manter em curso os desnivelamentos sociais, e a escola, mais que nunca, se mostrava o instrumento ideal para a manutenção das desigualdades.

Nesse sentido, a função da escola foi a de ajudar a manter privilégios de classes, apresentando-se ela mesma como uma forma de privilégio, quando se utilizou de mecanismos de seleção escolar e de um conteúdo cultural que não foi capaz de propiciar às diversas camadas sociais sequer uma preparação para o trabalho. Ao mesmo tempo que ela deu à camada dominante a oportunidade de se ilustrar, ela se manteve insuficiente e precária, em todos os seus níveis, atingindo apenas uma minoria que nela procurava uma forma de conquistar ou manter ‘status’ (ROMANELLI, 1986, p. 24).

Romanelli afirma que “nos países ou áreas onde, apesar do subdesenvolvimento, existe já certo grau de industrialização ou de modernização, a educação tem estado quase sempre em atraso em relação ao desenvolvimento” (1986, p. 24). Esse fato se assemelha com o que tem ocorrido em Campos Lindos, evidenciando de forma aberta a ineficiência da gestão da educação, na perspectiva do poder público e dos sistemas de ensino, em face do sistema econômico, de modo que

a modernização técnica, mesmo quando importada, acaba por exigir um dinamismo maior do sistema de produção e consumo, o que gera necessidades cada vez mais urgentes de absorção das camadas sociais não consumidoras, de um lado, e de qualificação de mão-de-obra, de outro (ROMANELLI, 1986, p. 24),.

Nessa perspectiva, a autora assinala que o atraso é um fenômeno global que atinge os aspectos da vida social: é toda uma estrutura que caminha em desequilíbrio nas sociedades subdesenvolvidas. A percepção desse desequilíbrio também pode fazer-se de forma desigual. E a educação será renovada conforme o prisma através do qual a própria sociedade percebe o desequilíbrio. O desequilíbrio encontrado dentro da educação possibilita vários tipos de comportamentos, entre eles estão à “aceitação passiva do atraso” (ROMANELLI, 1986, p. 25), que nesse aspecto é compreendido como o atraso educacional, “a oposição crítica ao atraso, fundado sobre uma visão crítica da realidade, com visível oposição aos modelos importados e à própria dependência” (ROMANELLI, 1986, p. 25), bem como a “oposição não crítica ao atraso, a qual ocorre por um nível de percepção que mal se vislumbra a distância existente entre os modelos importados e a realidade” (ROMANELLI, 1986, p. 25).

Nesse entendimento Romanelli (1986, p. 26) complementa que:

Em educação, esse nível de percepção, quando chega a distinguir a defasagem entre aquilo que a escola oferece e aquilo de que carece o desenvolvimento, tende a provocar mudanças que procuram tão somente escolher modelos de estrutura educacional mais avançados, sem se preocupar com a análise crítica da situação que provocou e alimentou a defasagem. Empenha-se, então, em modernizar a estrutura do ensino, equipá-la para tarefas mais dinâmicas e dotá-las de mais eficiência na produção do contingente humano de que carece o modelo econômico.

Os problemas que a escola enfrenta com as perspectivas do desenvolvimento favorecem mecanismos que são necessários às mudanças nas estruturas da educação, no entendimento de que os sistemas de ensino necessitam de modificações e modernizações. É pertinente compreender que a educação precisa ter uma organização à frente do que espera o modelo econômico, o qual visa ao desenvolvimento.

Sob o entendimento de cultura em educação, é pertinente destacar que a influência direta da herança cultural sobre a composição e os objetivos perseguidos pela demanda escolar, da maneira como são traçados os rumos da economia, cria as necessidades de novos investimentos para melhor qualificação profissional, bem como o crescimento das possibilidades de escolarização, de modo que esses mecanismos

possam, evidentemente, compor o quadro situacional das relações existentes entre educação e desenvolvimento (ROMANELLI, 1986, p. 25).

A educação, evidentemente a educação escolar, é observada “como uma necessidade que gera uma demanda capaz de determinar uma oferta” (ROMANELLI, 1986, p. 26). No entanto, “os fatores como a herança cultural, a ordem política e o próprio sistema econômico possuem o dinamismo de atuar de forma que orientem a demanda social de educação e o controle de oferta de escolas” (ROMANELLI, 1986, p. 26). Na perspectiva de compreender o problema das relações entre desenvolvimento e educação:

O mais comum é a limitação do conceito de desenvolvimento ao seu exclusivo aspecto econômico. Na verdade, os indicadores que mais facilmente se evidenciam nessa relação são os que se referem à economia. Costuma-se tratar o problema das necessidades do desenvolvimento maximizando as necessidades criadas pela expansão econômica (ROMANELLI, 1986, p. 26).

O desenvolvimento limita-se à perspectiva voltada aos interesses econômicos, estando sempre entrelaçado à economia, sempre buscando aumentar as necessidades existentes pelo crescimento da economia. Sabe-se que “é por isso que, quando se fala em necessidades educacionais do desenvolvimento, geralmente se pensa em necessidades educacionais de qualificação de recursos humanos” (ROMANELLI, 1986, p.26). Outro indicador de necessidades do desenvolvimento pode ser evidenciado com o crescimento da demanda social da educação, nesse contexto, “por traduzir o aparecimento e crescimento de novas camadas, assim como a evolução de uma consciência social do valor da educação” (ROMANELLI, 1986, p. 26). Isso nos leva ao entendimento de que “constatar o crescimento das necessidades da demanda escolar equivale a constatar o crescimento das necessidades sociais do desenvolvimento, no que toca à educação” (ROMANELLI, 1986, p. 27).

Para compreender a relação existente entre o desenvolvimento e a educação, é preciso refletir a partir “da questão de saber o papel que desempenham as necessidades econômicas, a demanda social da educação e o resultado da pressão desses dois fatores, que se traduzem pela oferta do ensino” (ROMANELLI, 1986, p. 27). Sabendo-se que pode ocorrer que a demanda da educação não corresponda às necessidades econômicas do desenvolvimento, conforme o que acontece em Campos Lindos, favorecendo assim a não permanência do aluno na escola e dificultando as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a escola acaba por contribuir com a manutenção da relação histórica de dominação da elite sobre as classes menos favorecidas, por não reconhecer, conforme denuncia Cury ([s/d]), citado por Sampaio (2009, p. 16), que a oferta de educação para jovens e adultos não deve ser considerada como mero favor a uma população estigmatizada:

A marca da história da EJA é a marca da relação de domínio e humilhação estabelecida historicamente entre a elite e as classes populares no Brasil, na concepção que as elites brasileiras têm de seu papel e de seu lugar no mundo e do lugar do povo. Uma concepção que nasce da relação entre conquistador e conquistado/índio/escravo, e perdura em muitos documentos oficiais que parecem tratar a EJA como um favor e não como o pagamento de uma dívida social e a institucionalização de um direito (CURY [s/d] *apud* SAMPAIO, 2009, p. 16).

Lado outro, os filhos da elite não encontram na escola dificuldades de acesso a ela, muito menos problemas para nela permanecer. É para eles que as práticas escolares são pensadas, às suas necessidades enquanto detentores de bens materiais e imateriais. Nesse último caso, o que não exclui o primeiro, o seu êxito escolar se deve, em grande medida, à influência do capital cultural por eles adquirido no seio familiar.

Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (BOURDIEU, 2007, p. 41- 42).

Para o autor, “o capital cultural e o *ethos*, ao se combinarem, concorrem para definir as condutas escolares e as atitudes diante da escola, que constituem o princípio de eliminação diferencial das crianças das diferentes classes sociais” (BOURDIEU, 2007, p. 52). O autor entretanto, adverte que conquanto o capital cultural adquirido em âmbito familiar apresente estreita relação com o êxito escolar, a atitude da família a respeito da escola parece ser o fator determinante. Em todo caso, é essa herança cultural que interessa à escola, o bom gosto, o estilo, o talento. Nessa perspectiva, para que os grupos favorecidos continuem com seus privilégios, e as parcelas menos favorecidas permaneçam cercadas por desigualdades,

é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais

desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar a sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (BOURDIEU, 2007, p. 53).

A igualdade formal que, em tese, norteia a prática pedagógica, serve ao propósito de mascarar e mesmo justificar a forma indiferente com que a escola se comporta em face das desigualdades. Por assim compreender, cabe a ela, diz o autor recorrendo a Weber, “despertar os dons adormecidos de alguns indivíduos excepcionais, através de técnicas encantadoras, tais como a proeza verbal dos mestres [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 53).

Na verdade, a pedagogia que abraça firme os ideais de igualdade e universalidade mobiliza métodos, técnicas e critérios para ensinar os que estão aptos à herança cultural por ela mesma exigida. E isso nos leva a crer que há uma ordem social com extrema rigidez “que autoriza as classes sociais mais favorecidas a monopolizar a utilização da instituição escolar, detentora, como diz Max Weber, do monopólio da manipulação dos bens culturais e dos signos institucionais da salvação cultural” (BOURDIEU, 2007, p. 64).

Bourdieu (2007) esclarece que, à luz do que se entende por “escola libertadora”, não há que se falar em sistema de ensino enquanto fator de mobilidades social. Insistir nessa ideia seria provavelmente efeito do que o autor denomina “inércia cultural”. A escola, então, desde o início da escolaridade, empreende um processo de seleção, seja de modo direto, seja de modo indireto. O resultado desse processo, em que indivíduos de classes distintas são tratados de forma distinta, se manifesta pelo quantitativo de ingressos ao ensino superior.

Um jovem da camada superior tem **oitenta** vezes mais chances de entrar na universidade do que o **filho de um assalariado agrícola** e quarenta vezes mais do que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores àquelas de um jovem de classe média (BOURDIEU, 2007, p. 41, grifos nossos).

Na citação, o motivo de termos grifado “filho de um assalariado agrícola” se deve ao fato de o qualificador “assalariado agrícola” ser aquele que mais bem expressa a principal atividade desenvolvida pelos ex-alunos participantes deste estudo. Conquanto possam desempenhar outras atividades, como pedreiros ou carpinteiros, são essas desenvolvidas de forma temporária, quando esperam a época do plantio e/ou da colheita.

Quanto à forma numeral “oitenta”, a razão por que foi grifada tem a ver com o fato de que, ainda que o autor tenha se referido a esse quantitativo em um contexto que não o brasileiro, é inegável a relação entre a realidade por ele referida e o que é vivenciado por alunos da EJA camposlindense. O que difere uma experiência da outra é que, se, na primeira *um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade do que o filho de um assalariado agrícola*, na segunda as dificuldades enfrentadas por filhos de um assalariado agrícola se referem à oportunidade de concluir o ensino médio, quando não raro o ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nos mostrou que o município de Campos Lindos é compreendido em todo o território tocantinense e especialmente por grande parte de sua população como um lugar de possibilidades de desenvolvimento econômico, mas o que muito se percebe são as dificuldades sociais por ela vivenciadas. Há a falta de atuação, por parte do poder público, em proporcionar o desenvolvimento de políticas públicas que efetivamente vão ao encontro dos interesses e das necessidades populacionais, principalmente no que se refere à área educacional.

O conceito de desenvolvimento, mediante dados analisados neste estudo, evidencia que ele tem uma força maior e mais eficiente de atuação voltada aos interesses do capital. Na conjuntura voltada aos interesses das pessoas que são e que estão em Campos Lindos, o desenvolvimento caminha a passos lentos, comprovando a ineficiência do Estado em proporcionar meios necessários à construção da melhoria do lugar e conseqüentemente ao desenvolvimento tanto para a população quanto para os participantes deste estudo.

Conforme a análise dos dados, os problemas enfrentados pela população e pela EJA são decorrentes da forma como a educação de Campos Lindos é conduzida. Os números relativos ao IDHM-Educação de Campos Lindos nos remetem ao fato de que a educação camposlindense também tem favorecido o baixo resultado do seu IDH-M, sendo que os indicadores que possuem resultados mais negativos estão relacionados à educação de jovens e adultos. As informações obtidas por meio das entrevistas comprovam que de fato a educação precisa ser conduzida de forma a atender, sem distinção, a toda a população camposlindense.

Considerando-se que os percentuais de pessoas entre 15 e 17 anos com o ensino fundamental completo e de 18 a 20 anos com o ensino médio completo, correspondem a 30% e 14%, respectivamente, torna-se pertinente que a educação, especificamente a EJA, possibilite ao jovem e ao adulto trabalhador condições para que eles possam concluir a educação básica. Com a etapa básica concluída, esses sujeitos poderão ser inseridos nas vagas de trabalhos existentes na agroindústria local, com condições de salários melhores e, conseqüentemente, favorecerão o crescimento das três dimensões analisadas para a coleta de informações do IDH-M de Campos Lindos e os indicadores educacionais.

A contraprova que necessitávamos para evidenciar as dificuldades enfrentadas pela educação em face das discussões que são colocadas sobre desenvolvimento para Campos Lindos mostra que a ineficiência de gestão da educação, por parte do Estado, está disponibilizando para a população, e evidentemente aos sujeitos da EJA, poucas condições estruturais, na oferta à educação, impondo dificuldades para a melhoria nas condições de vida das pessoas.

Para que a educação melhore e evidencie um crescimento diante das perspectivas de desenvolvimento, deve-se fortalecer o debate de que a educação, especificamente a EJA, precisa ser visualizada e compreendida como uma das possibilidades de melhorar as condições de vida das pessoas em Campos Lindos, de modo a favorecer, conseqüentemente, o crescimento dos indicadores sociais desse município. Mas para isso é necessário combater o abandono na EJA, favorecendo as condições de estudos para os seus sujeitos, evidenciando a importância de ofertar educação de qualidade ao jovem e ao adulto trabalhador, na perspectiva de não proporcionar ações desiguais dentro dos sistemas de ensino públicos de Campos Lindos.

Os principais resultados deste estudo mostraram a importância que possui a EJA para Campos Lindos, evidenciando que ela precisa ser visualizada como uma das possibilidades de melhoria da educação, tanto para os sujeitos que querem concluir a etapa de ensino da educação básica, como para o crescimento dos indicadores de Campos Lindos. Nessa conjuntura, torna-se pertinente que haja investimentos nas estruturas prediais de funcionamento e de oferta da EJA, adequando-as à realidade da educação voltada aos jovens e aos adultos.

As constatações acerca das estruturas das escolas apontam que há a necessidade de reorganização do espaço físico escolar, por parte da rede municipal de ensino, adequando as salas de aula de acordo com as necessidades do público da EJA, compreendendo-se que muitos desses sujeitos são adultos, necessitando estar em salas de aula com boa luminosidade e ventilação adequada, uma biblioteca escolar com acervo bibliográfico disponível e sala de informática com acesso à internet para que possam estudar e, evidentemente, ter condições de ampliar suas aprendizagens.

Não poderíamos deixar de registrar, na conclusão desse estudo, mais uma comprovação da ineficiência do Estado em não proporcionar condições de melhorias para a educação camposlindense. Em meio à pandemia do coronavírus, evidenciada na introdução dessa dissertação, as escolas públicas do Tocantins e do município de Campos Lindos tiveram suas atividades encerradas, por meios de decretos, em 13 de

março de 2020. A rede estadual, no início do segundo semestre de 2020, começou a retornar às atividades para os alunos, remotamente, através de decretos, tendo como maior incentivo a utilização dos recursos tecnológicos, tanto para que os profissionais da educação, como os alunos e suas famílias não ficassem expostos à possibilidade de contaminação pelo vírus que ora assolava a humanidade. A Escola Estadual Manoel Alves Grande, no momento de retorno das atividades remotas para os alunos das 1^{as} e 2^{as} séries do ensino médio e EJA, teve o cancelamento do sinal de internet da unidade escolar, fornecida pelo Programa Banda Larga na Escola, ofertado pelo MEC, governo federal e a Telefonia OI. A direção da unidade escolar informou à telefonia responsável a falta do sinal de internet, mas a resposta que obteve foi que a determinação partiu do MEC, não havendo assim nenhum documento que informasse a escola e reportasse a decisão de exclusão da referida internet. Diante de tal situação, torna-se pertinente os seguintes questionamentos: Quais foram os critérios utilizados pelo MEC para encerrar a oferta do programa na referida unidade escolar? Onde ficam os direitos da comunidade escolar e local ao acesso a informações gratuitas? Por que não observaram o momento crítico que a população e a educação brasileira estão vivenciando com a atual pandemia? Todos esses questionamentos possivelmente não terão respostas do órgão responsável pelo programa encerrado.

A correlação de compreensão sobre a estrutura física adequada entre o poder público e a sociedade camposlindense é desigual, reverberando, assim, a necessidade do Estado, do sistema de ensino municipal e estadual criarem normas condizentes com os anseios populacionais, para serem respeitadas pelos administradores públicos locais, evidenciando as pessoas de Campos Lindos.

No contexto de estruturação pedagógica, há a necessidade de as duas redes de ensino público de Campos Lindos ofertarem cursos/capacitações/formações continuadas voltadas aos profissionais que atuam no segmento EJA. Os cursos/capacitações/formações continuadas favorecerão as redes de ensino na organização dos trabalhos pedagógicos voltados aos alunos, com linguagens específicas e adequadas ao entendimento dos jovens e dos adultos, qualificando profissionais para a prática docente na modalidade EJA. As redes de ensino precisam reestruturar os calendários letivos, observando a carga horária das aulas e de trabalho dos alunos, de modo que seja organizados o funcionamento das aulas, deixando o período de início do plantio e de colheita fora do semestre letivo, para evitar o abandono dos alunos da EJA que são trabalhadores, conforme mostram as narrativas dos interlocutores no capítulo 3,

preconizando as condições de continuidade e permanência desses sujeitos na EJA, com vistas de concluir a educação básica, mas que têm suas vidas voltadas ao trabalho nas fazendas produtoras de grãos em Campos Lindos.

Sabe-se que na perspectiva de estruturar e ampliar a oferta de vagas para as turmas de EJA há a necessidade de um levantamento de informações nas regiões próximas às escolas da rede pública municipal de ensino, distribuídas em todo o município, por parte do sistema de ensino camposlindense, com o intuito de organizarem a oferta da modalidade EJA, com o objetivo de favorecer os jovens e os adultos trabalhadores das fazendas e chácaras em suas condições de estudos, especificamente nas escolas que ficam dentro da região da Serra do Centro. Posterior ao levantamento de dados, no interior do município, é pertinente a ampla divulgação, por meio da rádio comunitária local, das redes sociais e até mesmo da difusão em carros de som na sede de Campos Lindos, nas comunidades e povoados, incentivando os jovens e os adultos acima de 18 anos que abandonaram os estudos a voltarem para a escola, evidenciando a importância desses sujeitos concluírem as etapas da educação básica. Dessa forma, proporciona-se melhores condições de vida e possibilidades de terem melhores salários em seus trabalhos e, evidentemente, se favorece o crescimento da variável educação e dos indicadores sociais de Campos Lindos.

Esta pesquisa foi útil porque atendeu aos questionamentos levantados compreendendo que o conceito de desenvolvimento discutido por parte do Estado não tem coerência com a discussão de desenvolvimento ofertado pela educação de Campos Lindos, sendo favorecidas as perspectivas de desenvolvimento voltadas aos interesses do agronegócio local e deixadas de lado as perspectivas de desenvolvimento voltadas aos interesses da população. Em uma pesquisa futura, pode-se abordar e analisar os sujeitos da EJA, individualmente e por gênero, com a perspectiva de compreender suas histórias de vida, no sentido de entender em que a educação pública de Campos Lindos os tem favorecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Vinicius Gomes de. Geotecnologias e a cartografia social para a representação de territórios em conflitos ambientais no Norte do Tocantins. **Escritas**: revista do curso de História de Araguaína. Acessado em 18 de outubro de 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas>.

ALMEIDA, Adriana de. EJA: uma educação para o trabalho ou para a classe trabalhadora? **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 4, n. 8, p. 129-147, 2016.

ATLAS (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). **IDHM de Campos Lindos**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campos-lindos_to. Acesso em: 18 out. 2018.

BOURDIEU, Pierre. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 39-64.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 1/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC/CNE, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC/CNE, 2000.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. LDB. **Lei 9394/96** – A Nova Lei de Diretrizes e Bases. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014.

CAMPOS LINDOS. **Lei Municipal 005/2016**. Aprova o Plano Municipal de Educação Campos Lindos – PME e dá outras providências. Campos Lindos: Gabinete do Prefeito, 2016.

CERQUEIRA, Eder da Silva. Mudanças decorrentes da expansão da monocultura da soja no estado do Tocantins: Diagnóstico socioeconômico dos municípios de Campos Lindos e Lagoa da Confusão. **Revista Perspectiva Geográfica**, [s. l.], v. 8, ano 2013, n. 9, [n. p.], 3 fev. 2014.

CIFUENTE, J. E. M. **Agronegócio e Acumulação por Espoliação**: o enclave da soja em Campos Lindos (TO). Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

COSTA, Raimunda. Crianças até adoecem por falta de higiene em escola pública no Tocantins, denuncia mãe. **Portal Arnaldo Filho**, Araguaína, 29 mar. de 2019. Disponível em: <https://afnoticias.com.br/m/135582>. Acesso em: 26 nov. 2019.

COTRIM, Maria José. Escola de Campos Lindos é atingida por incêndio; causas ainda não foram apuradas. **Portal Conexão Tocantins**, Palmas, 24 ago. 2011. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2011/08/24/escola-de-campos-lindos-e-atingida-por-incendio-causas-ainda-nao-foram-apuradas>. Acesso em: 26 jan. 2020.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e cidadania**. 10. ed. Campinas: Papirus, 1999. (Coleção Magistério e trabalho pedagógico).

DI PIERRO, Maria Clara. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil no período de 1985/1999**. 314 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da educação) – Universidade São Paulo, São Paulo, 2000.

FNDE. **Liberação de recursos públicos da Educação**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes?ano=2012&programa>. Acesso em: 25 nov. 2019.

FNDE. **Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/proinfancia/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-proinfancia>. Acesso em: 20 out. 2018.

FNDE. **Projeto arquitetônico do PROINFÂNCIA**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/proinfancia/eixos-de-atuacao/projetos-arquiteticos-para-construcao/item/4816-tipo-b>. Acesso em: 25 jan. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (Coleção Leitura).

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. JANUZZI, Paulo de Martino. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 73-90, maio 2005.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: o fazer a pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GONÇALVES, Paulo Rogério *et al.* A resistência das comunidades tradicionais de Campos Lindos em seus territórios: Serra do Centro e Mirante. **Projeto Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil central**, nº 05. Manaus: UEA edições, 2018.

GREENPEACE. **Segure a Linha: a expansão do agronegócio e a disputa pelo Cerrado**. São Paulo: Greenpeace Brasil, 2018.

HADDAD, S.; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108, 194. mai./ago. 2000.

HADDAD, S. Educação de Jovens e Adultos, direito humano e desenvolvimento humano. *In*: CATELLI JÚNIOR, Roberto (org.). **Formação e práticas na Educação de Jovens e Adultos – EJA**. São Paulo: Ação Educativa, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBGE. **Cidades do Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/campos-lindos/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 15 out. 2018.

IBGE. Coordenação de Geografia. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. NOÇÕES BÁSICAS DE CARTOGRAFIA. DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.cartografica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2013/09/Nocoos-Basicas-Cartografia.pdf>. Acessado em: 01 de outubro de 2020.

IPEA. **Introdução ao IDH e IDHM**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_introduc_ao#page=2&zoom=70,-143,837. Acesso em: 26 jul. 2019.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2002.

JANUZZI, Paulo de Marinho. Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. *In*: KARRUZ, A. P.; KEINERT, T. (org.). **Qualidade de vida**: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002. p. 51-72.

JOLY, Fernand. **A cartografia**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1990.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 09-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 61-77.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo, 5(7), 2017. p. 1-12.

MOTA, Nubia Daiana. Municipalização das séries iniciais será acompanhada por comissão. **Portal SECOM** (Secretaria de Comunicação do Tocantins), Palmas, 11 abr. 2014. Disponível em: <https://secom.to.gov.br/noticias/municipalizacao-das-series-iniciais-sera-acompanhada-por-comissao-184399>. Acesso em: 25 out. 2019.

MUNICIPALIZAÇÃO das séries iniciais do ensino fundamental. **Portal Surgiu**, Paraíso do Tocantins, 18 jan. 2014. Disponível em: <http://surgiu.com.br/2014/01/18/municipaliza%C3%A7%C3%A3o-das-s%C3%A9ries-iniciais-do-ensino-fundamental/>. Acesso em: 25 out. 2019.

ORSI, Rafael Alves. **Reflexões sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade**: o que o IDH e o IDHM podem nos mostrar? 2009. 171 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

PAULA, Cláudia Regina de; OLIVEIRA, Márcia Cristina de. **Educação de Jovens e Adultos**: a educação ao longo da vida. Curitiba: Ibepex, 2011.

PREARO, Leandro Campi; MARACCINI, Maria Clara; ROMEIRO, Maria do Carmo. Fatores determinantes do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 132-155, 2015.

PROINFO – Programa Nacional de Tecnologias Educacionais, FNDE, Brasília. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/proinfo?view=default>. Acesso em: 26 jan. 20120.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental**: Conceitos e Métodos. 2. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2013.

SATYRO, N; SOARES, S. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental**: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. Brasília: IPEA, 2007.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. P. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano 1, n. 1, p. 1, 14, jul. 2009.

SAMPAIO, M. N. Educação de jovens e adultos: uma história de complexidade e tensões. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 7, p. 13-27, jul./dez. 2009.

SAMPAIO, T. V. M.; BRANDALIZE, M. C. B. **Cartografia Geral, Digital e Temática. Série Geotecnologias: teorias e práticas**. 1ª edição. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas, 2018.

SANTOS, Márcio Martins; SOUZA, Adelma Ferreira de. **Relatório antropológico: Situação das comunidades de camponeses da Serra do Centro (Campos Lindos-TO)**. Palmas: MPF, 2014.

SEDUC forma comissão para analisar processos de municipalização do ensino. **Portal Conexão Tocantins**, Palmas, 16 mar. 2015. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2015/03/16/seduc-forma-comissao-para-analisar-processos-de-municipalizacao-do-ensino>. Acesso em: 25 out. 2019.

SIEDENBERG, D. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, v.1, n.1, p. 45-71, jan./jun., 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

SILVA, Olga Maria Panhoca da. PANHOCA, Luiz. A contribuição da vulnerabilidade na determinação do índice de desenvolvimento humano: estudando o estado de Santa Catarina. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5. p. 1209-1219, 2007.

SCHLESINGER, S.; NORONHA, S. **O Brasil está nú! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fase, 2006.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TOCANTINS. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Tocantins**. ed. atual. Palmas: Assembleia Legislativa do Tocantins, 2008.

TOCANTINS. **Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências. Palmas, 2015.

TOCANTINS. **Diário Oficial do Estado. Publicação da portaria 048/2018 – Organização do sistema de ensino de Campos Lindos..** Disponível em: <https://diariooficial.to.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

TV ANHANGUERA, Rachaduras em escola pública colocam estudantes em risco e preocupam pais. **Portal G1 Notícias**, Palmas, 08 abr. 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/04/08/rachaduras-em-escola-publica-colocam-estudantes-em-risco-e-preocupam-pais.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2019.

VASCONCELOS, Teresa. A importância da educação na construção da cidadania. **Sabe(r) Educar**, n. 12, p. 109-117, 2007.

Fontes das entrevistas

AVENTURA, [20 anos]. Ex-aluno da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 19/09/2020. Campos Lindos – TO.

AYLA, [41 anos]. Profissional da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 15/09/2020. Campos Lindos – TO.

BRANCA, [45 anos]. Profissional da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 21/09/2020. Campos Lindos – TO.

CANARINHO, [28 anos]. Ex-aluno da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 19/09/2020. Campos Lindos – TO.

CATLEIA, [23 anos]. Ex-aluno da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 19/09/2020. Campos Lindos – TO.

CHAPÉU DE PALHA, [47 anos]. Profissional da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 18/09/2020. Campos Lindos – TO.

DAÍ, [40 anos]. Ex-aluno da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 19/09/2020. Campos Lindos – TO.

FOLHA LARGA, [63 anos]. Morador antigo da cidade. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 27/09/2020. Campos Lindos – TO.

GALEGO, [28 anos]. Ex-aluno da Educação de Jovens e Adultos. Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 20/09/2020. Campos Lindos – TO.

GALEGUINHO, [26 anos]. Ex-aluno da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 19/09/2020. Campos Lindos – TO.

KAROL, [21 anos]. Ex-aluna da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Campos Lindos, agosto de 2020.

MARANHÃO, [51 anos]. Profissional da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 27/09/2020. Campos Lindos – TO.

MARIA, [33 anos]. Profissional da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 16/09/2020. Campos Lindos – TO.

MARRIE, [45 anos]. Profissional da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 19/09/2020. Campos Lindos – TO.

MORAES, [35 anos]. Profissional da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 15/09/2020. Campos Lindos – TO.

ROSA DO DESERTO, [61 anos]. Profissional da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 17/09/2020. Campos Lindos – TO.

SANTOS, [47 anos]. Profissional da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 19/09/2020. Campos Lindos – TO.

TATÁ, [30 anos]. Profissional da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 15/09/2020. Campos Lindos – TO.

VAQUEIRO, [29 anos]. Ex-aluno da Educação de Jovens e Adultos. Entrevistadora: Rosalia de Sousa Lima Costa. Data da entrevista: 15/09/2020. Campos Lindos – TO.

Vídeos consultados

BOM DIA TOCANTINS, TV Ananguera. Pais denunciam estrutura precária na única escola municipal de Campos Lindos. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8132189/> - Acesso em 26/01/2020.

JA 1ª EDIÇÃO, TV Ananguera. Única escola municipal de Campos Lindos apresenta problemas na estrutura. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8132582/> - Acesso em 26/01/2020.

APÊNDICE1: ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AOS
TRABALHADORES QUE ABANDONARAM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS EM CAMPOS LINDOS – TOCANTINS

IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRIA DOS TRABALHADORES

Pseudônimo do entrevistado: _____ Idade: _____

Sexo: _____ Naturalidade: _____

1. Você se considera:
 Branco Negro Indígena Amarelo
 Pardo Não declarado

 2. Seu estado civil é:
 Solteiro Casado Divorciado Viúvo União estável

 3. A sua escolaridade é:
 Ensino Fundamental incompleto
 Ensino Fundamental completo
 Ensino Médio incompleto
 Ensino Médio completo

 4. Tem filhos? Sim Não

 5. Você está trabalhando neste período?
 Sim Não

 6. Sua renda mensal é:
 De 950,00 a 1.500,00
 De 1.500,00 a 2.500,00
 De 2.500,00 a 4.000,00
 Acima de 4.000,00

 7. Qual a sua função no seu local de trabalho?
-
8. O seu trabalho já exigiu um maior grau de estudo para você mudar de função?
 Sim Não

 9. Você é um trabalhador:
 Temporário Permanente

TEMPO DE ESTUDO NA ESCOLA

1. Você lembra de quando frequentava a escola?
 Sim Não

2. Você sente saudades do tempo que estudava?

() Sim () Não

3. Por que você resolveu abandonar os estudos?

4. O que você mais gostava na escola?

5.

6. O que você menos gostava na escola?

7. O que era mais organizado na escola:

- () A limpeza da sala de aula
- () As carteiras da sala de aula
- () A iluminação da sala de aula
- () Os ventiladores da sala de aula
- () A pintura da escola
- () Os banheiros para os alunos e alunas
- () A merenda escolar
- () Os livros didáticos
- () A jardinagem da escola
- () A quadra esportiva
- () A sala de informática
- () A biblioteca escolar
- () A sala dos professores
- () O momento do recreio
- () O horário das aulas
- () A presença do (a) diretor(a) na escola
- () A forma dos professores explicarem os conteúdos
- () A aplicação das atividades avaliativas e das provas

8. A quem você atribuiu a sua decisão de abandonar a escola?

9. Você tem planos de voltar a estudar?

10. Se você pudesse mudar a forma de condução da escola, o que você mudaria?

APÊNDICE 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO A PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM CAMPOS LINDOS – TOCANTINS

IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL

Pseudônimo do entrevistado: _____ Idade: _____

Sexo: _____ Naturalidade: _____

1. Você se considera:

- () Branco () Negro () Indígena () Amarelo
() Pardo () Não declarado

2. A sua escolaridade é:

- () Ensino Médio completo
() Ensino Superior incompleto
() Ensino Superior completo
() Ensino superior com Pós graduação incompleta
() Ensino superior com Pós graduação completa

3. Tem filhos? () Sim () Não

4. Sua renda mensal é:

- () De 950,00 a 1.500,00
() De 1.500,00 a 2.500,00
() De 2.500,00 a 4.000,00
() Acima de 4.000,00

5. Há quanto tempo você mora em Campos Lindos?

6. Algum aluno(a) comentou com você que deixaria de frequentar a escola para trabalhar nas fazendas voltadas ao agronegócio de Campos Lindos?

- () Sim () Não

7. Você consegue nos dizer quais foram os motivos que levaram esses alunos a abandonar os estudos?

8. O que você acha que esses alunos mais gostavam na escola?

9. O que você acha que esses alunos menos gostavam na escola?

10. O que você sugere de melhorias na escola para que os alunos da EJA deixem de abandonar as salas de aulas?
